



# **LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLITICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**“O SISTEMA ELEITORAL CABO – VERDIANO”**

---

**Autor: Gerson Silva Sacramento**

**Orientador: Graciano Nascimento**

**Mindelo, 2014**

**Autor: Gerson Silva Sacramento**

**Título: O Sistema Eleitoral Cabo-verdiano**

**Declaração de Originalidade**

Declaro que esta Monografia é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas, nos anexos e na bibliografia.

O Candidato,

Gerson Silva Sacramento

Mindelo, 07 de Setembro de 2014

"Trabalho apresentado à Universidade do Mindelo como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política e Relações internacionais".

## **GLOSSÁRIO DE TERMOS E ABREVIATURAS**

**CE** – Código Eleitoral

**CRCV** – Constituição da Republica de Cabo Verde

**CNE**- Comissão Nacional das Eleições

**DGAE**- Direção Geral de Administração Eleitoral

**LOPE**- Lei de Organização Política do Estado

**AN**- Assembleia Nacional

**PR** – Presidente da Republica

**PM** – Primeiro-ministro

**PAICV** – Partido Africano da Independência de Cabo Verde

**MPD** – Movimento para a Democracia

**UCID** – União Cabo-verdiana Independente e Democrática

**PTS** – Partido do Trabalho e da Solidariedade

**BO** – Boletim Oficial

**CV** – Cabo Verde

### **RESUMO EXECUTIVO**

Desde a Constituição de 1991 que o sistema eleitoral Cabo-verdiano se tem mantido constante, num sistema proporcional de lista partidária fechada e bloqueada e desde então a literatura tem considerado o país um caso excecional e um paradigma de democracia consolidada na África.

O debate científico acerca dos sistemas eleitorais é uma área de elevado interesse para a comunidade académica, pois trata-se de uma dimensão institucional indissociável do funcionamento do sistema político com impactos no formato e na dinâmica do sistema partidário ou na densidade das relações que se estabelecem entre representantes e representados.

Nos últimos vinte e três anos foram feitas várias análises à governabilidade, proporcionalidade e qualidade da representação no sistema eleitoral Cabo-verdiano. Os resultados dos dados recolhidos através dos inquéritos vão no sentido de haver um problema na qualidade da representação, ou seja, na proximidade entre o eleitor e o eleito, tanto nas opiniões como no escrutínio popular.

Considera-se também que a desconfiança e a avaliação negativa do público em relação ao Sistema Eleitoral Cabo-verdiano está diretamente relacionadas ao comportamento dos atores políticos, nos seus desempenhos e grau de eficiência interna.

Palavras-chaves: Sistema eleitoral, sistema partidário, sistema político, reforma eleitoral e Governabilidade.

### **ABSTRACT**

Since the Constitution of 1991 that the Cape Verdean electoral system has remained constant, a party-list proportional system closed and blocked, and since then the literature has considered the country a case is exceptionally located and a paradigm of consolidated democracy in Africa.

The scientific debate about electoral systems is an area of high interest for the academic community, because it is an institutional dimension inseparable from the operation of the political system with impacts in the form and in the dynamics of the party system or in the density of relations that are established between representatives and represented.

In the last twenty-three years were made several analyses to governability, proportionality and quality of representation in the Cape Verdean electoral system. The results of the data collected through the surveys will to be a problem in the quality of representation, namely, in the proximity between the elector and elected, both opinions as the popular ballot.

It is also considered that the mistrust and negative assessment of the public in relation to the Cape Verdean electoral system is directly related to the behaviour of political actors in their performances and degree of internal efficiency.

Key-words: Electoral system, party system, political system, electoral reform and Governability.

*Dedicatórias*

Dedico este trabalho a minha mãe,  
a meus amigos, familiares e todos as pessoas  
que me ajudaram na realização deste trabalho. Obrigado.

### **AGRADECIMENTOS**

Esta monografia de licenciatura não seria possível sem o meu orientador o Mestre Graciano Nascimento. Os seus comentários, a sua ajuda e a sua disponibilidade foram determinantes para a prossecução de este estudo em Ciência Política e Relações Internacionais. Agradeço o seu apoio e estímulo para encontrar respostas sobre o sistema eleitoral cabo-verdiano, bem como a possibilidade de adquirir conhecimentos extremamente úteis sobre a situação política de Cabo Verde.

Helda Andrade, minha mulher por me apoiar incondicionalmente e não me deixar desistir. Por entender os momentos de tensão e por me ter ajudado na escolha do tema deste trabalho. Sou imensamente grato por me mostrar que todo o conhecimento apenas é válido quando supera as frias páginas de um livro.

Um agradecimento reconhecido a todos os professores que licenciaram o curso de ciência política e relações internacionais na Universidade do Mindelo pelos conhecimentos transmitidos ao longo destes quatro anos e um agradecimento em especial a nossa coordenadora de Curso Risanda Soares.

Finalmente, agradeço à minha família, a minha amiga Dilva funcionária da HGI e os meus colegas de curso em especial Eritson Oliveira, Helton Delgado, Sandro Fortes e Valdir Lopes por permitir essa busca incessante de conhecimento em todas as etapas académicas.

## ÍNDICE

GLOSSÁRIO DE TERMOS E ABREVIATURAS .....	II
RESUMO EXECUTIVO.....	III
ABSTRACT .....	IV
Agradecimentos .....	VI
Introdução.....	1
Metodologia .....	3
<b>Capítulo 1:</b> Eleições, Representação Política, Sistemas Eleitorais Participação Política e Participação Eleitoral .....	4
1.1. Noção e importância dos Sistemas Eleitorais e os Princípios de Representação Política ....	4
Princípios de Representação e Fórmulas Eleitorais .....	5
Concetualização .....	6
1.2. Classificação dos Sistemas Eleitorais.....	7
1.3. Elementos dos sistemas eleitorais e seus efeitos .....	9
1.3.1. As fórmulas eleitorais.....	9
1.3.2. Magnitude dos círculos eleitorais .....	11
1.3.3. A dimensão da Assembleia .....	12
1.4. Os processos de reforma eleitoral .....	12
1.4.1. Representatividade dos círculos .....	14
1.5. Participação Política .....	15
1.6. Participação Eleitoral.....	17
<b>Capítulo 2:</b> Inter-relação dos sistemas políticos, dos sistemas de partidos e dos sistemas eleitorais num sistema de representação proporcional. ....	20
2.1. Sistemas Eleitorais e Sistemas de Partidos .....	20
2.2. Sistemas Eleitorais e Sistemas Políticos .....	22
2.3. Sistemas Políticos e Sistemas de Partidos.....	23
<b>Capítulo 3:</b> O Sistema Eleitoral Cabo-verdiano .....	26
3.1. As eleições em Cabo Verde nos primeiros quinze anos da Independência .....	26
3.2. A abertura política de 1990 e a reforma dos sistemas político e eleitoral .....	28
3.3. Caracterização do sistema eleitoral cabo-verdiano .....	32
3.3.1 – Os Órgãos do Poder eleitos por sufrágio direto e universal: .....	32
3.3.2 – Órgãos de Poder não eleitos diretamente pelo Povo .....	32
3.3.3 – Os intervenientes no sistema eleitoral cabo-verdiano .....	33
3.4 - O papel da CNE no âmbito do Sistema Eleitoral cabo-verdiano .....	37



<b>Capítulo 4: Análise de dados</b> .....	41
Conclusão .....	65
RECOMENDAÇÕES.....	68
<b>índice de Tabelas</b> .....	69
Tabela nº 1-Sexo .....	69
Tabela nº 2- Faixa etária .....	69
Tabela nº 3- Naturalidade .....	70
Tabela nº 4- Nível de escolaridade .....	70
Tabela nº 5- Local de residencia .....	71
Tabela nº 6- Tem habito de participar nas eleições .....	72
Tabela nº 7- Em que eleição já participou .....	72
Tabela nº 8- Já participou em alguma reunião de campanha ou comício .....	73
Tabela nº 9- Alguma vez trabalhou para um candidato ou partido político .....	73
Tabela nº 10- Já tentou convencer outras pessoas a votar num determinado candidato ou partido político .....	73
Tabela nº 11- Aprova ou desaprova a maneira como o Primeiro Ministro tem desempenhado as suas funções .....	74
Tabela nº 12- Como avalia o desempenho dos Deputados na AN .....	74
Tabela nº 13- Achas que os Deputados defendem os interesses do partido ou do povo .....	75
Tabela nº 14- Alguma vez falou com algum deputado sobre a situação política de CV .....	75
Tabela nº 15- Conhece os Deputados do seu círculo eleitoral .....	75
Tabela nº 16- Concorde que os Deputados devam criar gabinetes de atendimento aos eleitores .....	76
Tabela nº 17- Concorde que os Deputados devam prestar conta aos eleitores .....	76
Tabela nº 18- Confia no Sistema Político em Cabo Verde .....	76
Quadro nº 19- Como caracteriza a qualidade da Democracia em CV .....	77
Tabela nº 20- Confia no Presidente da República .....	77
Tabela nº 20.1.....	78
Tabela nº 20.2.....	78
Tabela nº 21- Confia na Assembleia Nacional .....	79
Tabela nº 21.1.....	79
Tabela nº 21.2.....	79
Tabela nº 22- Confia no Governo .....	80
Tabela nº 22.1.....	80

Tabela nº 22.2.....	80
Tabela nº 23- Confia nos Tribunais .....	81
Tabela nº 23.1 .....	81
Tabela nº 23.2 .....	81
Tabela nº 24- Confia no Presidente da Câmara Municipal .....	82
Tabela nº 24.1 .....	82
Tabela nº 24.2 .....	82
Tabela nº 25- Confia no PAICV .....	83
Tabela nº 25.1 .....	83
Tabela nº 25.2 .....	83
Tabela nº 26- Confia no MPD .....	84
Tabela nº 26.1 .....	84
Tabela nº 26.2 .....	84
Tabela nº 27- Confia na UCID .....	85
Tabela nº 27.1 .....	85
Tabela nº 27.2 .....	85
Tabela nº 28- Como caracteriza a qualidade dos políticos em CV .....	86
Tabela nº 29- Em sua opinião o Sistema Eleitoral Cabo-verdiano funciona bem ou mal .....	86
Tabela nº 30- Na sua opinião porque há um grande numero de abstenção .....	87
Tabela nº 31- Confia na CNE .....	87
Tabela nº 32- Na sua opinião as eleições em CV são transparentes .....	88
Tabela nº 33- O sistema Eleitoral Cabo-verdiano precisa ser reformado .....	88
Tabela nº 34- Concorda com o orçamento dos partidos nas campanhas eleitorais .....	88
Tabela nº 35- Concorda que os partidos ou candidatos deviam justificar o financiamento das campanhas .....	88
Tabela nº 36- que alterações introduziria no Sistema Eleitoral Cabo-verdiana .....	89
<b>índice de Gráficos .....</b>	<b>90</b>
Gráfico nº 1 -Sexo.....	90
Gráfico nº 2- Faixa etária.....	90
Gráfico nº 3- Naturalidade .....	90
Gráfico nº 4- Nivel de escolaridade .....	91
Gráfico nº 5- Local de residencia.....	91
Gráfico nº6- Tem habito de participar nas eleições .....	91
Gráfico nº 7- Em que eleição já participou .....	92

Gráfico nº8- Já participou em alguma reunião de campanha ou comício .....	92
Gráfico nº9- Alguma vez trabalhou para um candidato ou partido político.....	92
Gráfico nº10- Já tentou convencer outras pessoas a votar num determinado candidato ou partido político .....	93
Gráfico nº11- Aprova ou desaprova a maneira como o Primeiro Ministro tem desempenhado as suas funções.....	93
Gráfico nº12- Como avalia o desempenho dos Deputados na AN .....	93
Gráfico nº13- Achas que os Deputados defendem os interesses do partido ou do povo .....	94
Gráfico nº14- Alguma vez falou com algum deputado sobre a situação política de CV .....	94
Gráfico nº15- Conhece os Deputados do seu círculo eleitoral .....	94
Gráfico nº16- Concorda que os Deputados deviam criar gabinetes de atendimento aos eleitores .....	95
Gráfico nº17- Concorda que os Deputados devem prestar conta aos eleitores .....	95
Gráfico nº18- Confia no Sistema Político em Cabo Verde .....	95
Gráfico nº19- Como caracteriza a qualidade da Democracia em CV .....	96
Gráfico nº 20- Confia no Presidente da República .....	96
Gráfico nº 20.1 .....	96
Gráfico nº 20.2 .....	97
Gráfico nº 21- Confia na Assembleia Nacional .....	97
Gráfico nº 21.1 .....	97
Gráfico nº 21.2 .....	98
Gráfico nº 22- Confia no Governo .....	98
Gráfico nº 22.1 .....	98
Gráfico nº 22.2 .....	99
Gráfico nº 23- Confia nos Tribunais .....	99
Gráfico nº 23.1 .....	99
Gráfico nº 23.2 .....	100
Gráfico nº 24- Confia no Presidente da Câmara Municipal .....	100
Gráfico nº 24.1 .....	100
Gráfico nº 24.2 .....	101
Gráfico nº 25- Confia no PAICV .....	101
Gráfico nº 25.1 .....	101
Gráfico nº 25.2 .....	102
Gráfico nº 26- Confia no MPD .....	102

Gráfico nº 26.1 .....	102
Gráfico nº 26.2 .....	103
Gráfico nº 27- Confia na UCID .....	103
Gráfico nº 27.1 .....	103
Gráfico nº 27.2 .....	104
Gráfico nº 28- Como caracteriza a qualidade dos políticos em CV .....	104
Gráfico nº 29- Em sua opinião o Sistema Eleitoral Cabo-verdiano funciona bem ou mal .....	104
Gráfico nº 30- Na sua opinião porque há um grande numero de abstenção .....	105
Gráfico nº31- Confia na CNE .....	105
Gráfico nº32- Na sua opinião as eleições em CV são transparentes .....	105
Gráfico nº33- O sistema Eleitoral Cabo-verdiano precisa ser reformado .....	106
Gráfico nº 34- Concorda com o orçamento dos partidos nas campanhas eleitorais .....	106
Gráfico nº 35- Concorda que os partidos ou candidatos deviam justificar o financiamento das campanhas .....	106
Gráfico nº36- que alterações introduziria no Sistema Eleitoral Cabo-verdiana .....	107
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>108</b>

### INTRODUÇÃO

A presente monografia, intitulado o Sistema Eleitoral Cabo-verdiano, insere-se no âmbito do requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais ministrado na Universidade do Mindelo.

O Sistema eleitoral é uma área que atrai enorme interesse da comunidade académica, pois trata-se de uma dimensão institucional fundamentalmente para o funcionamento do sistema político com impactos no formato e na dinâmica do sistema partidário ou na densidade das relações que se estabelecem entre representantes e representados. Ou seja, as influências do sistema eleitoral na vida política dependem sempre das características das sociedades mais ou menos heterogéneas, que pode ter efeitos substancialmente diversos, quer em termos do formato e dinâmica do sistema de partidos, quer em termos da dinâmica do sistema político, principalmente no relacionamento entre candidatos, representantes, eleitores e partidos políticos (Lopes e Freire, 2002).

Este estudo analisa o sistema eleitoral Cabo-verdiano e, analisadas as suas principais características, conclui-se que a governabilidade e a proporcionalidade estão dentro dos valores médios e a qualidade de representação está abaixo.

Esta monografia tem como objetivo geral Compreender a perceção que os Sanvicentinos têm do Sistema Eleitoral Cabo-verdiano.

Como objetivos específicos definiu-se:

- 1º - Avaliar o nível de participação política dos Mindelenses nas eleições;
- 2º - Conhecer a perceção dos Sanvicentinos sobre o Sistema Eleitoral Cabo-verdiano;
- 3º - Conhecer a opinião dos Mindelenses sobre a necessidade de Reforma do Sistema Eleitoral cabo-verdiano;

4º - Conhecer a avaliação que os Sanvicentinos fazem das instituições políticas em Cabo Verde e por último avaliar o nível de confiança dos Sanvicentinos nas instituições políticas em Cabo Verde.

Para responder aos objetivos da investigação elaborou as seguintes hipóteses de Investigação:

Hipótese 1- Os Sanvicentinos avaliam positivamente o sistema eleitoral cabo-verdiano;

Hipótese 2 - Os Sanvicentinos confiam pouco nas instituições políticas cabo-verdianas;

Hipótese 3 -.Os Sanvicentinos avaliam de forma positiva a qualidade da Democracia em Cabo Verde.

A nossa monografia está dividida em quatro partes. Na primeira parte procede-se à revisão da literatura onde se explora os temas “Eleições, Representação Política, Sistemas Eleitorais, Participação Política e Participação Eleitoral”, que consiste numa revisão da literatura a nível internacional e nacional sobre os tópicos que o título indica “Eleições, Representação Política, Sistemas Eleitorais e Participação Eleitoral”. Aborda-se assim conceitos subjacentes a este título descrevendo e classificando em particular os sistemas eleitorais com destaque para as componentes, efeitos e consequências dos sistemas eleitorais e respetivas reformas.

Na segunda parte faz-se uma inter-relação dos sistemas políticos, dos sistemas por partidos e dos sistemas eleitorais num sistema de representação proporcional, esta relação faz-nos compreender os elementos que conformam um sistema político, a sua estrutura e dinâmica.

Na terceira parte é dedicado à descrição do Sistema Eleitoral Cabo-verdiano através de uma análise da legislação eleitoral acompanhada de uma contextualização política.

Na quarta e última parte esta a análise dos dados feitos através de uma pesquisa quantitativa ao eleitorado Sanvicentino conforme definido na metodologia.

### **METODOLOGIA**

Para o alcance desta análise do sistema eleitoral Cabo-verdiano, as técnicas de recolha e análise foram obedecidas. Fazendo uma pesquisa quantitativa que constitui no estudo de uma amostra, com recurso a um inquérito composto por perguntas fechadas.

A amostra é composta por 106 munícipes recenseados e residentes na cidade do Mindelo, ilha de São Vicente que participaram nas últimas Eleições Legislativas de 2011.

Para a seleção da amostra, foi dividida equitativamente pelos bairros da cidade, e respeitando a igualdade de género dando aos dois sexos um peso equilibrado na amostra.

Foram definidos onze pontos de amostragem, correspondentes a outras tantas zonas. As zonas foram seleccionadas aleatoriamente na cidade do Mindelo (peso eleitoral) tendo-se em atenção ainda a sua dimensão em termos de eleitores recenseados (46 783).

Na escolha dos pontos de recolha seguiu-se um caminho aleatório sistemático, com passos definidos para a realização dos inquéritos. A determinação dos passos foi feita em função da dimensão da localidade e do número de inquéritos que nela deviam ser realizados de modo a garantir a que toda ela fosse percorrida. Foi definida uma amostra por quota, as quotas foram definidas conforme o peso eleitoral de cada zona, e o critério de seleção do entrevistado respeitou as regras de aleatoriedade com vista a permitir que todos os inquiridos tivessem a mesma probabilidade de pertencer a amostra.

Para a execução da pesquisa, preliminarmente, levantou-se a bibliografia específica sobre o tema, legislação eleitoral, bem como, o recenseamento que serviu de suporte das últimas eleições, consulta a testemunhas privilegiadas, nomeadamente pessoas ligadas a máquina eleitoral, representantes de partidos políticos, técnicos da Câmara Municipal, entre outros, com intenção de alargar o horizonte de compreensão da temática em estudo.

## **CAPITULO 1: ELEIÇÕES, REPRESENTAÇÃO POLITICA, SISTEMAS ELEITORAIS PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO ELEITORAL**

### **1.1. Noção e importância dos Sistemas Eleitorais e os Princípios de Representação Política**

No trabalho iremos iniciar com a definição de Sistema Eleitoral, pelo facto de existirem varias abordagens diferentes. Segundo Nohlen: os sistemas eleitorais determinam as regras através das quais os eleitores expressam as suas preferências políticas, convertendo votos em mandatos parlamentares (no caso das eleições legislativas) ou em outros cargos políticos (no caso de eleições presidenciais, por exemplo). (Nohlen, 2007).

Apesar de nem todos os estudiosos dos sistemas eleitorais têm a mesma abordagem, Nohlen faz uma distinção que nos parece fundamental, onde faz uma diferenciação teórica e conceptualmente os princípios de representação das fórmulas de conversão de votos, onde o princípio de representação se refere aos objetivos de representação política adotados à escala nacional, e as fórmulas de conversão de votos em mandatos que determinam quem perde ou quem ganha a eleição em cada círculo eleitoral (Nohlen, 2007).

O mesmo autor diz que os princípios de representação têm objetivos políticos distintos, ao mesmo tempo leva-nos para lógica de representações alternativas e comparados: o princípio de representação por maioria que tem como objetivo fundamental a formação de maiorias parlamentares em que um único partido controla o poder executivo nacional, o que torna mais fácil a responsabilização do seu desempenho governativo, encontrando-se, por isso, vinculado a uma ideia de representação entendida como «mandato»; e o princípio de representação proporcional tem como função principal refletir com a maior fidelidade possível todos os interesses e opiniões políticas no parlamento tendo em conta o seu peso relativo na sociedade, pelo que se fundamenta numa ideia de representação entendida, como «amostra representativa», como se pode ver no quadro nº 1.



### Princípios de Representação e Fórmulas Eleitorais

Quadro nº 1

Princípios de representação	Fórmulas eleitorais	Objetivos da representação	Lógicas de representação
Representação Por maioria	Ganha a maioria	Formação de maiorias no parlamento	Representação Mandato
Representação proporcional	A percentagem de votos de cada partido define a sua percentagem de mandatos	Representar fielmente o eleitorado	Representação Amostra

**Fonte:** Maria P. Teixeira (2009)

O princípio de representação política, e não a fórmula de conversão de votos em mandatos, constitui um critério muito mais relevante para a classificação dos sistemas eleitorais em muitos países porque se encontra fixado na ordem constitucional, logo, a questão sobre o qual o princípio de representação a escolher é um assunto de direito constitucional, enquanto todas as outras disposições do sistema eleitoral são matérias de legislação ordinária (Nohlen, 2007). Cabo Verde faz parte dos países que o princípio de representação política encontra fixada na Constituição da República, no artigo 105º.

Segundo Fernandes: as eleições que têm por finalidade básica escolher os governantes, isto é, os membros dos principais órgãos de soberania, constituem um dos traços mais característicos de todos os regimes democrático-liberais. No entanto, a sua importância e função variam segundo diversos fatores: uns inerentes ao próprio sistema eleitoral; outros exteriores a este sistema, dos quais se destacam o sistema de partidos e o sistema político de governo. (Fernandes, 2008).

A decisão sobre os decisores, que constitui o mecanismo central de construção da representação política é um processo complexo de luta concorrencial entre os pretendentes ao exercício de cargos políticos e obedece a um conjunto de regras que formam o sistema eleitoral.

O funcionamento do sistema político depende da análise das regras que regulam os processos eleitorais e dos normativos que enquadram a conversão de votos em mandatos.

Por conseguinte esse conjunto de regras com a sua lógica e coerência interna determinará o modo de eleição dos titulares dos órgãos políticos (Lopes e Freire, 2002; Fernandes, 2008).

### **CONCETUALIZAÇÃO**

Não existe nenhum sistema eleitoral ideal a ser aplicado universalmente. Tanto os efeitos como a preferência por um sistema eleitoral dependem de diversos fatores e variáveis como o tempo e o espaço, e são confrontados com distintas exigências funcionais, de entre as quais a representação justa, a eficácia no funcionamento do sistema político e a responsabilidade na relação eleito-eleitor (Nohlen 2007). Devemos ter sempre presente que o sistema eleitoral é apenas um dos vários fatores que influenciam o sistema partidário e o processo político em geral.

Para o estudo dos sistemas eleitorais como uma variável independente ou dependente inserida numa estrutura de análise é necessário apresentar a sua definição no sentido amplo e restrito (Nohlen, 2007).

Em sentido amplo, o sistema eleitoral é entendido como o “conjunto de normas jurídico-positivas e consuetudinárias que regulam a eleição de representantes do povo”, ou seja, diz respeito a todos os normativos que regulam os processos eleitorais como a marcação das eleições, o processo de apresentação de candidatos, as regras que regulam as campanhas eleitorais e a divulgação de sondagens eleitorais durante as mesmas, as normas que definem a capacidade eleitoral ativa (direito de voto) e passiva (direito de ser eleito), as leis que definem o carácter obrigatório ou facultativo do voto e todas as normas que regulam a transformação de votos em mandatos (Farrell, 1997). Neste contexto, existe uma relação na qual o sistema eleitoral é considerado um subsistema do sistema político por regular os procedimentos eleitorais que conduzem à eleição dos representantes (a par de outros, como o dos partidos e o do governo) sendo um elemento importante do processo formal que permite concretizar a representação política, pois “remete para a forma de expressão da vontade do eleitorado, das suas opções e da maneira como elas são convertidas em mandatos representativos dessa vontade.” (Martins, 2008).

O sistema eleitoral em sentido restrito é entendido como “o conjunto de normas que regulam a transformação de votos em mandatos nos processos de eleição de representantes para cargos políticos” (Lopes e Freire, 2002), ou seja, para além do tipo de representação (por maioria ou proporcional), a fórmula de conversão de votos em mandatos, o número e a distribuição de mandatos bem como as formas e Preenchimento das vagas nos mandatos inclui ainda o desenho e a dimensão dos círculos eleitorais, bem como as manipulações e distorções associadas ao desenho dos círculos (gerrymandering) e à respetiva correspondência com o número de eleitores (representação desigual: mallapportionment), tipos de sufrágio, etc. (Lopes e Freire, 2002).

Durante o trabalho vai fazer uma classificação dos sistemas eleitorais, seus elementos e seus efeitos (a formula eleitoral, magnitude dos círculos eleitorais e a dimensão da Assembleia) e os processos de reforma eleitoral.

### **1.2. Classificação dos Sistemas Eleitorais**

O mapa internacional dos sistemas eleitorais apresenta uma grande variedade (Nohlen, 2007), para Farrell existe uma diversidade de sistemas eleitorais distintos pelas suas particularidades, características e efeitos próprios, tornando-os únicos em cada país, tanto que não existem dois países com sistemas eleitorais exatamente idênticos embora possa haver diferenças muito reduzidas (Farrell, 2001). Segundo Nohlen existe apenas dois tipos ideais de sistemas eleitorais: os sistemas de representação proporcional e os sistemas de representação por maioria. Também reconhece que dentro dos dois tipos de representação, a possibilidade de depararmos também com a categoria dos chamados «sistemas mistos», que se utilizam como uma fórmula residual, e cujo significado varia consideravelmente de autor para autor (Nohlen, 2007). Neste sentido, será dado um principal enfoque aos sistemas eleitorais maioritária e sistemas de representação proporcional, nos quais funciona em Cabo Verde para os Presidenciais e Legislativas respetivamente.

Damos mais importância ao sistema de representação proporcional porque Cabo Verde insere-se nesta classificação, aplica-se o método de Hondt e a média mais alta na

conversão dos votos em mandatos; o eleitor vota numa lista fechada e bloqueada, ou seja, os eleitores podem votar apenas no partido da sua preferência, mas não podem expressar preferências pelos deputados presentes na lista do círculo eleitoral onde está registado.

O sistema maioritário tem o propósito de assegurar apenas a representação dos candidatos mais votados em uma determinada eleição. Em geral a forma maioritária é utilizada em distritos uninominais. O candidato mais votado, neste caso, recebe a totalidade da representação e os outros, independentemente da votação, ficam sem representação; o sistema maioritário divide-se em Sistemas maioritários simples, sistemas maioritários de duas voltas e voto alternativo (Lopes e Freire, 2002). A maioria simples, neste sistema o candidato eleito é o que recebe mais votos que seus concorrentes. Neste tipo de sistema o candidato vencedor precisa assegurar um número de voto superior dos seus adversários; o sistema de duas voltas é utilizada em muitos sistemas presidenciais para a eleição dos candidatos. Por exemplo, em Cabo verde, para determinar o vencedor das eleições presidenciais exige-se que o candidato mais votado tenha uma maioria absoluta dos votos 50% mais 1 que decorrem num círculo uninominal único para o território nacional. Caso isso não ocorra, os dois candidatos mais votados disputam uma nova eleição, onde um dos candidatos obterá a maioria absoluta dos votos validos; o sistema maioritário “ voto alternativo” é uma versão do sistema maioritário. Este sistema consiste na transferência de votos dos candidatos menos votados para outros, de modo a garantir uma maioria absoluta e sem necessidade de realizar uma segunda volta. Neste sistema os partidos apresentam em cada circunscrição eleitoral uma lista uninominal. Os eleitores em vez de atribuírem um único voto para um determinado candidato ordenam os candidatos. Ao lado de cada nome um número de acordo com a sua preferência. O voto é valido se o eleitor ordenar os candidatos. O candidato que recebe mais de 50% de votos em primeira preferência é eleito. Nas situações em que isso não ocorre há um sistema de transferência das cédulas do candidato menos votado, que é eliminado, para os outros. Se após a transferência um candidato obtiver maioria absoluta ele estará eleito. Este processo repete-se até que se conclua a eleição.

Sublinhe-se que, neste sistema eleitoral, o candidato com maior número de primeiras preferências não é necessariamente o candidato que vem a ser eleito. A vitória de determinados candidatos depende em larga medida do sistema de alianças que os partidos

estabelecem entre si, das instruções de segundas preferências que dão aos seus eleitores e do grau em que os eleitores cumprem essas instruções (Lopes e Freire, 2002).

### **1.3. Elementos dos Sistemas Eleitorais e seus Efeitos**

Segundo Nohlen, os sistemas eleitorais são estruturas complexas, compostos por diferentes elementos técnicos com efeitos distintos, que se acham relacionados, quer com o processo de transformação de votos em mandatos, quer com a expressão das preferências dos eleitores, e cujos efeitos políticos e institucionais podem ser reforçados, eliminados ou neutralizados através da sua combinação (Nohlen, 2007). Dos elementos técnicos, interessa-nos tratar neste trabalho apenas aqueles que podem ter uma influência direta ou indireta sobre o Sistema Eleitoral Cabo-verdiano:

- Fórmulas eleitorais;
- Magnitude dos círculos eleitorais;
- Dimensão da assembleia.

No trabalho, o autor faz referência ainda a outra variável considerada de menor importância, mas que é relevante destacar: a representação desigual ou «mallapportionment». Assim, o estudo dos sistemas eleitorais serão sobretudo centrados na relação com os sistemas de representação proporcional adotado em Cabo Verde.

#### **1.3.1. As Fórmulas Eleitorais**

As fórmulas eleitorais não só se distinguem dos princípios de representação como diferenciam das fórmulas de conversão de votos em mandatos pela maior importância política dos primeiros, para todo o nacional, enquanto as fórmulas de conversão de votos em mandatos são especificações técnicas que se aplicam ao nível dos círculos eleitorais (Nohlen, 2007).

Nas fórmulas proporcionais, os partidos/candidatos tendem a obter um número de mandatos proporcional à sua percentagem de votos, pelo que os derrotados também

tenderão a obter lugares, portanto estes não são totalmente derrotados porque o seu voto é aproveitado, por isso, o valor do voto é muito maior do que no caso das fórmulas maioritárias, onde em cada círculo eleitoral o vencedor ganha todos os mandatos (Lopes e Freire, 2002).

Na fórmula proporcional, a conversão de votos em mandatos pode ser feita através de múltiplos procedimentos, que são de difícil compreender e que fazem com que o eleitor dificilmente saiba o que acontece ao seu voto, por isso, importa distinguir entre as fórmulas do quociente eleitoral ou dos maiores restos e as fórmulas de divisor ou da média mais alta. Essas fórmulas têm em comum o facto de assentarem na divisão do número de votos de cada partido por determinantes divisores (Nohlen, 2007), por exemplo, em Cabo verde de acordo com o artigo 416º do Código Eleitoral, a conversão de votos em mandatos faz-se de acordo com o método de representação proporcional de Hondt. Como se pode ver no quadro nº 2.

### **Exemplo prático (conversão dos votos em mandatos):**

O círculo eleitoral "Y" tem direito a eleger 7 deputados e concorrem 4 partidos: A, B, C e D. Apurados os votos, a distribuição foi a seguinte: A - 24.000 votos; B – 15.000 votos; C – 9.000 votos; e D - 6.000 votos. Da aplicação do método de Hondt resulta a seguinte série de quocientes:

Quadro nº 2

PARTIDOS	DIVISOR				
	1	2	3	4	5
A	24000	12000	8000	6000	4800
B	15000	7500	5000	3750	3000
C	9000	4500	3000	2250	1800
D	6000	3000	2000	1500	1200

**Fonte:** quadro elaborado pelo autor.

No exemplo constante da tabela, os quocientes correspondentes a mandatos, assinalados a preto, levam à seguinte distribuição:

**Partido A** - 3 deputados, correspondentes aos quocientes 24000 (1.º eleito), 12000 (3.º eleito) e 8000 (5.º eleito). Atenção apesar do quociente resultante da divisão por 4 ser 6000, igual aos votos obtidos pelo partido D, o mandato é atribuído ao menos votado, isto é ao Partido D, que assim elege o seu deputado.

**Partido B** - 2 deputados, correspondentes aos quocientes 15000 (2.º eleito) e 7500 (6.º eleito).

**Partido C** - 1 deputado, correspondente ao quociente 9000 (4.º eleito).

**Partido D** - 1 deputado, correspondente ao quociente 6000 (7.º e último eleito), beneficiando da regra que em igualdade atribui o lugar à lista menos votada, arrebatando o lugar ao partido A.

### 1.3.2. Magnitude dos Círculos Eleitorais

O território de cada país é dividido em círculos, circunscrições ou distritos eleitorais, que são fundamentais não só no ato de candidatura como também no processamento de contagem de votos e respetiva transformação em mandatos a distribuir pelos diferentes partidos (Lopes e Freire, 2002).

Segundo Nohlen a magnitude dos círculos eleitorais não se refere a extensão geográfica ou a dimensão populacional dos círculos, mas sim ao número de candidatos a eleger em cada círculo e que a sua distinção é feita entre círculos uninominais e círculos plurinominais, podendo estas ser de pequena (dois a cinco mandato), média (seis a dez) e grande (mais de dez) magnitude (Nohlen, 2007).

Segundo o mesmo autor, a magnitude dos círculos eleitorais é um elemento determinante para a análise do sistema eleitoral quer na relação entre votos e mandatos, quer nas oportunidades eleitorais dos partidos políticos. Nos sistemas de representação proporcional à magnitude dos círculos eleitorais tem a seguinte regra: quando mais pequeno é o círculo eleitoral, menor será o efeito proporcional do sistema eleitoral e também menor será as oportunidades de os pequenos partidos acederem ao Parlamento.

Cabo Verde tem três círculos de dimensões grandes (Santiago Sul, Santiago Norte e São Vicente, com 19, 14 e 11 deputados, respetivamente), um de dimensão média (Santo Antão, com 6 deputados) e nove de pequena dimensão (S. Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio,

Fogo, Brava, Africa, Américas e Europa e Resto do Mundo, com dois a cinco deputados)<sup>1</sup>

.

### 1.3.3. A Dimensão da Assembleia

A dimensão da assembleia, ou seja, o número total de lugares tem efeitos importantes no grau de proporcionalidade global do sistema eleitoral, assim como no formato e funcionamento do sistema partidário. Assim, quanto menor for o círculo maior é o limiar de representação, ou seja, maior é a percentagem mínima de votos exigida para um partido político puder obter representação no parlamento (Lopes e Freire, 2002). Segundo o mesmo autor, só podemos ter uma verdadeira representação proporcional se a dimensão de assembleia permitir um determinado grau de representação proporcional. Neste sentido, entende-se que quanto maior for a dimensão dos círculos eleitorais maior será a proporcionalidade e menor será o limiar de representação.

### 1.4. Os Processos de Reforma Eleitoral

As recentes tendências internacionais no desenvolvimento dos sistemas eleitorais, podemos constatar que a lei eleitoral em vigor, cerca de 95% dos casos não se traduz numa transferência do sistema eleitoral de um país para o outro, mas sim no desenho de novos sistemas eleitorais que respondem às necessidades concretas dos países, sendo assim o resultado dos conflitos e dos consensos que se produziram aquando do processo de elaboração e aprovação do novo sistema eleitoral (Nohlen, 2007).

As reformas eleitorais implicam um elevado grau de incerteza no que respeita aos seus efeitos, uma vez que têm influência em várias dimensões da vida política, gerando uma espécie de “medo do desconhecido” (Taagepera e Shugart, 1989; Colomer, 2005; Meirinho, 2008). Elas enquadram-se no debate sobre diferentes concepções de democracia (maioritária versus consensual/consociativa), e, sobre os principais objetivos que as regras eleitorais devem alcançar e qual a melhor forma de os atingir (Lijphart, 1999, Norris, 1997).

---

<sup>1</sup> Estes dados referem-se à distribuição territorial dos mandatos nas eleições legislativas de 2011.



Existem outros fatores que ajudam a compreender o insucesso na implementação das reformas eleitorais, sejam elas substantivas ou minimalistas, tais como a mudanças da fórmula de conversão de votos em mandatos em sistema de representação proporcional, a passagem de listas fechadas para listas abertas (Martins, 2008). Estas reformas são propostas geralmente pelos “partidos de poder” (os dois maiores partidos ou blocos de partidos), que raramente chegam a consenso sobre os benefícios (e prejuízos) das reformas, nomeadamente quando está em causa a facilidade na conquista e na manutenção do poder, e estes partidos de poder tem um papel central na determinação do tipo de reformas e do momento da sua implementação (Freire, 2008).

O verdadeiro papel destes partidos na determinação do tipo de reformas e na ocasião da sua implementação é importante. Todavia os pequenos partidos argumentam que, por detrás dos objetivos explícitos, existe sempre o interesse dos principais partidos obterem a maximização do poder (Freire et al., 2008). Logo, se o sistema vigente beneficiar os partidos de poder, estes não sentem necessidade de propor alterações; sempre que se verificam alterações significativas no sistema partidário e/ou nas escolhas dos eleitores que afetem aqueles partidos, então tendem a oferecer propostas de reforma do sistema eleitoral” (Boix, 1996 citado em Freire, 2008).

As reformas eleitorais raramente acontecem a partir de um processo de “baixo para cima” (das massas para as elites), por norma, as reformas surgem em processos de “cima para baixo”, que são conduzidas pelas elites políticas e não resultam de pressões de cidadãos organizados, ou seja, os cidadãos têm pouca capacidade para forçar os partidos à mudança das regras do jogo: são as elites partidárias que determinam os termos das reformas, o seu momento e os resultados desejados (Martins, 2008).

Segundo o mesmo autor, não é fácil alterar o sistema eleitoral, especificamente quando ele é objeto de consagração constitucional, como é o caso de Cabo Verde, em que é necessária uma maioria de dois terços para aprovar as modificações (Martins, 2008).

As reformas de pequena dimensão caracterizam-se por mudanças menores no sistema eleitoral sejam no acesso ao boletim de voto, na modificação de uma fórmula eleitoral por outra do mesmo sistema de representação, a criação ou a alteração do tamanho dos

círculos eleitorais, entre outras (Lopes e Freire, 2002). Também pretendemos analisar especificamente os fatores de representação desigual por descreverem as fragilidades do sistema eleitoral Cabo-verdiano.

### **1.4.1. Representatividade dos Círculos**

Nas modernas democracias fundamentam-se no princípio “um homem = um voto”, mas, a distribuição regional das circunscrições eleitorais e a determinação do número de mandatos a eleger em cada uma destas pode por em causa este princípio. Por esta razão, por forma a assegurar uma representação equitativa utiliza-se, geralmente, o critério do número de habitantes ou do número de eleitores para determinar quantos representantes deverão ser eleitos em cada círculo eleitoral (Lopes e Freire, 2002).

Cabo Verde, a lei eleitoral estabelece que, nos círculos eleitorais do território nacional, o número de deputados a eleger em cada círculo deverá ser proporcional ao respetivo número de eleitores. Estas normas procuram garantir uma representação política equitativa, ou seja, que cada voto tem o mesmo peso para eleger um deputado, qualquer que seja o círculo do território nacional. Ao contrário, nos círculos de fora do território nacional elegem-se dois deputados em cada um, independentemente do número de eleitores, ou seja, no limite teórico, se todos os 600 mil de eleitores cabo-verdianos residentes no estrangeiro (estimativa) se inscrevessem no Recenseamento Eleitoral (RE) e votassem, todos esses votos não possibilitariam eleger mais de seis deputados. Logo, esta situação geraria uma forte representação desigual, porque os votos dos eleitores dos círculos de fora do território nacional valeriam muito menos do que os votos dos eleitores dos círculos nacionais. Esta situação é deliberada e visa reduzir a força dos emigrantes na determinação dos resultados da eleição de deputados da Assembleia Nacional, de outra maneira os emigrantes poderiam ser a chave de todas as eleições do Parlamento Cabo-verdiano sem terem, muitas vezes ligações efetivas a Cabo Verde e, decidindo o resultado das eleições sem depois sofrerem as consequências diretas da governação. Também, o número de eleitores Cabo-verdianos inscritos no estrangeiro nas últimas eleições legislativas é muito baixo (Boletim Oficial da República de Cabo Verde – 19 de Fevereiro de 2011).

Podemos dizer que a representação desigual ou malapportionment é a distribuição do número de representantes por círculos eleitorais de forma não proporcional do número de eleitores de cada um deles, que pode conduzir a consequências políticas graves, prejudicando determinadas forças políticas e beneficiando outras, mas também tem objetivos políticos positivos, isto é, não acomodáveis em estratégias de manipulação iniciadas por determinada força política em benefício (Lopes e Freire, 2002).

A escolha de um sistema eleitoral deve atender às qualidades próprio de um país ou região, portanto “não existe nenhum sistema eleitoral ideal ou teoricamente superior que possa passar sem o teste da comprovação histórico-empírica, isto é, o contexto faz a diferença” (Nohlen, 2007).

### **1.5. Participação Política**

Para Manuel Meirinho Martins no sentido etimológico, o termo participação (lat, participatio) significa, “fazer parte de”, “tomar parte em qualquer coisa”. De acordo com esta aceção poder-se-ia afirmar que a noção de participação política remete para a ideia de alguém tomar parte na vida política. Contudo, sendo muitas as dificuldades em delimitar a sua natureza, modos, formas, determinantes e graus, não é possível encontrar uma posição consensual quanto a conceptualização operacional desta expressão (Martins, 2004).

A participação política segundo Gianfranco Pasquino, é um conjunto de comportamentos que aspiram a influenciar de forma maios ou menos direta e mais ou menos legal as decisões dos detentores do poder no sistema político ou em organizações políticas particulares, bem como a própria escolha daqueles, com o propósito de manter ou de modificar a estrutura do sistema de interesses dominantes, que se exprime em comportamento, ou participação visível (Pasquino, 2010).

Para Martins (2004), a ambiguidade do conceito parece resultar entre outros fatores, da sua excessiva popularização, da multiplicidade de sentidos em que é utilizado, bem como a diversidade de variáveis objetivas e subjetivas que vulgarmente lhe estão associadas. A multiplicidade de sentidos deste conceito antecipa, desde logo, a complexidade inerente a

abordagem de um fenómeno que tanto pode referir a comportamentos ativos ou passivos dos cidadãos; a atitude e motivações face a vida política e pública; as ações individuais e voluntárias destinada a intervir no processo de decisão política; a ações individuais e voluntárias destinadas a intervir no processo de decisão política; a atividades estimuladas por diversos agentes políticos e sociais, a comportamentos consentidos; ou a intervenção na esfera política e social.

Para Pasquino (2010), a participação política é simultaneamente um fenómeno antigo e um fenómeno recente. É um facto antigo na medida em que, a partir do momento em que se pode falar de política como atividade desenvolvida numa comunidade organizada, existiu participação política, existiu participação política. É recente uma vez que se encontra estreitamente ligado, no seu sentido mais expressivo, as mudanças significativas nos sistemas socioeconómicos e na natureza das comunidades políticas. Quanto a antiguidade do fenómeno ninguém duvida que é de participação política que devemos falar quando referimos de cidade -estado grega.

Para Robert Dahl (1966) existe algumas razões pelas quais os indivíduos não se envolvem na política:

“ É pouco provável que um indivíduo se envolva em política quando dá pequeno valor à recompensa resultante do envolvimento político em relação às recompensas que espera outros tipos de atividade humana; quando acha que tem pouca probabilidade de influenciar o resultado dos acontecimentos e de mudar a balança de recompensas por meio de seu envolvimento político; e se acreditar que o resultado geral será relativamente satisfatório para ele próprio, independentemente do seu envolvimento. O mesmo autor considera então que muitos indivíduos têm tendência a moderar a sua ação com a intenção de obter recompensas. E tendo em conta que as recompensas da atividade política são distantes e vagas, enquanto as recompensas de outros campos, tais como a família e o trabalho, entre outros, são mais imediatas e concretas, optam pela situação mais vantajosa. Contudo, a baixa confiança dos indivíduos na sua capacidade de influenciar os acontecimentos políticos e a crença de que as decisões tomadas serão para eles, de qualquer maneira, satisfatórias, são igualmente fatores que desencorajam a participação” (DAHL, 1966).

A importância da participação política para a realização da democracia, segundo Manuel Meirinho Martins (2004) é exaltada no sentido em que esta exige um cidadão ativo,

interessado, informado e responsável, capaz de tomar decisões sobre assuntos políticos e públicos. A concretização deste objetivo não pode deixar de requerer a transformação radical das estruturas e dos processos políticos, tendo em vista o alargamento das oportunidades de intervenção do cidadão na vida social e política.

### **1.6. Participação Eleitoral**

Para Freire e Magalhães (2002), a participação eleitoral pode ser definida como um conjunto de indivíduos que, dispondo de capacidade eleitoral ativa, exercem o seu direito de voto na escolha dos representantes políticos, na eleição em causa.

Segundo os mesmos, nas democracias representativas, os organismos eleitorais têm sido o canal tradicional e privilegiado de relação entre os cidadãos e o sistema político, de aqueles expressarem as suas preferências através das eleições. A participação verdadeiramente democrática da população circunscreve-se quase sempre aos atos constitutivos e legitimadores do poder.

Para Manuel Braga da Cruz (1995), a maneira mais elementar de participar, acessível a todo o cidadão, é a de eleger. A participação eleitoral é um processo formal e organizativo da participação política.

As eleições são concebidas como instrumentos prospetivos, através dos quais os partidos políticos obtêm informação dos cidadãos acerca das suas preferências de política pública. São também mecanismos retrospectivos, por meio dos quais os cidadãos têm a oportunidade de premiar ou castigar os partidos ou líderes políticos que tenham ou não tenham feito um trabalho de acordo com as suas preferências.

Neste sentido, a participação eleitoral é entendida como insuficiente pois dá origem a uma relação modesta e incompleta. A ação do cidadão reduz-se à possibilidade de cumprimento periódico da sua função de eleitor, não havendo continuidade no vínculo governo-cidadão:

“ [...] o voto, ao qual se costuma associar o relevante ato de uma democracia atual, é o voto não para decidir, mas sim para eleger quem deverá decidir. Quando descrevemos

o processo de democratização ocorrido ao longo do século XIX nos diferentes países que hoje chamamos de democráticos nos referimos à ampliação progressiva, mais rápida ou mais lenta segundo os diferentes países, do direito de eleger os representantes” (BOBBIO, 2000).

Para compreender o enfraquecimento da participação eleitoral, Manuel Braga da Cruz evoca como um dos fatores determinantes a partidocracia, ou seja crescente assenhoreamento da vida política pelos partidos, com a inércia que lhe está associada, terá porventura enfraquecido o sentimento de influência dos cidadãos e aumentado a consciência da sua impotência.

Adiciona ainda que, o que está em causa na sua despolitização é a falta de interesse pela política ou da consciência política, ou ainda o enfraquecimento da participação:

“ É apetecível a consciencialização política para uma mais ampla participação, isto é, para uma mais profunda vida democrática. Deseja-se a politização como condição de participação, porque nela está a garantia de sobrevivência de um regime também, desejável, e lamenta-se a despolitização enquanto provoca a desparticipação e o enfraquecimento da democracia representativa. Por politização entendemos assim a progressiva tomada de consciência dos direitos e deveres públicos, com o inerente interesse crescente pelos factos da vida pública, bem como a progressiva difusão de meios políticos de intervenção nos destinos da coletividade, como resposta aos mecanismos de ativação política dos cidadãos. E por despolitização entendemos precisamente o contrário” (CRUZ, 1995).

Na visão de Viegas e Faria (2004), para analisar os fatores que explicam a participação eleitoral é necessário dois blocos de variáveis como objetivo de verificar os fatores determinantes da participação eleitoral: o primeiro bloco engloba as variáveis de integração e recursos materiais e simbólicos, tais como habitat, idade, nível de escolaridade, situação conjugal, situação face ao trabalho e frequência de práticas religiosas. Segundo os mesmos, é importante referir que essas variáveis por um lado, reportam fatores de integração social e de recursos, nomeadamente de conhecimentos, que possibilitam um maior domínio simbólico e prático dos fenómenos políticos, por outro lado, reportam fatores de condição e interesse que se projetam no espaço público político; O segundo bloco de variáveis engloba a satisfação como funcionamento da democracia, o interesse pela política, a proximidade de um partido político, e a saliência

da identidade ideologia. A evolução dos resultados relativos a variável satisfação com o funcionamento da democracia indica a mudança que se está a operar no comportamento eleitoral.

## **CAPITULO 2: INTER-RELAÇÃO DOS SISTEMAS POLÍTICOS, DOS SISTEMAS DE PARTIDOS E DOS SISTEMAS ELEITORAIS NUM SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL.**

Os estudos científicos das relações entre os sistemas eleitorais, os sistemas de partidos e os sistemas políticos são ainda relativamente recentes. Em 1945, Maurice Duverger<sup>2</sup>, num artigo publicado na “*Vie Intellectuelle*”<sup>3</sup>, sob o título «*Les Partis Politiques et la Démocratie – (Democracia e Partidos políticos)*», formulou leis sociológicas que definem as relações entre os sistemas eleitorais e os sistemas de partidos políticos. E, a partir dos anos 50, alguns teóricos dedicaram-se a avaliar a influência dos sistemas eleitorais nos sistemas políticos.

Estes estudos então elaborados parecem ter favorecido a variável eleitoral na análise dos sistemas políticos, concluindo que o sistema eleitoral determina o sistema de partidos e que este influencia a própria natureza do sistema político. Mas o sistema eleitoral é apenas um elemento, entre outros, do sistema político; é um subsistema do sistema político global, uma variável do Poder político, que este altera ao sabor das circunstâncias ocasionais (Fernandes, 2008).

### **2.1. Sistemas Eleitorais e Sistemas de Partidos**

O fundamental objetivo da lei eleitoral consiste em permitir aos eleitos representar os eleitores. Todavia, os eleitores excecionalmente são representados na proporção do seu peso eleitoral; normalmente não há coincidência entre a percentagem dos votos obtidos por um partido e a percentagem dos assentos parlamentares que lhe são atribuídos (Fernandes, 2008).

Segundo o mesmo autor, não há uma representação perfeita dos eleitores que votam em tal ou tal partido político. Um partido está perfeitamente representado quando a percentagem de votos obtidos (%V.O.) é igual à percentagem de lugares que lhe são

---

<sup>2</sup> Maurice Duverger é um cientista político e sociólogo francês.

<sup>3</sup> Vie intellectuelle é uma revista católica fundada em 1928 pelo padre dominicano Marie-Vicent Bernadot, a pedido do Papa Pio XI.



atribuídos (%L.A.), isto é, quando a relação entre a % V.O. e a % L.A. é igual à unidade. Se esta relação é superior à unidade, o partido está sub-representado; se, pelo contrário, é inferior à unidade, o partido está super representado.

António Fernandes diz que o sistema de representação proporcional e o sistema de escrutínio maioritário têm reflexos diferentes sobre o sistema de partidos, enquanto o primeiro dá oportunidade aos pequenos partidos de se fazerem representar nos Parlamentos, proporcionando a sua multiplicação, o segundo favorece a bipolarização da vida política, conforme se trate de escrutínio maioritário de uma votação ou de escrutínio maioritário de dois turnos. Contudo, os sistemas eleitorais não influenciam apenas o número de partidos, também têm ocorrência na sua própria estrutura.

Duverger (1951) formulou três leis sociológicas fundamentais que foram contestadas por alguns autores como Georges Lavau<sup>4</sup> e apoiados por outros como Jean-Marie Cotteret e Claude Emeri, que diz o seguinte:

- 1ª – O escrutínio maioritário de uma votação coincide com o bipartidarismo e favorece uma vincada centralização na organização dos partidos políticos;
- 2ª – O escrutínio maioritário de dois turnos tende para um sistema de partidos múltiplos, subtis e dependentes, e favorece as grandes coligações de partidos;
- 3ª – O escrutínio de representação proporcional tende para um sistema de partidos múltiplos, rígidos e independentes uns dos outros, e favorece as cisões nos partidos existentes.

Cotteret e Emeri, (1975) veio confirmar a teoria de Duverger «no que se refere ao escrutínio maioritário de uma votação, afirmando que o bipartidismo não existe quando não há utilização deste processo de escrutínio». Este sistema eleitoral conduz ao afastamento dos outros partidos do Poder: na Grã-Bretanha, o Partido Liberal, apos a ascensão do Partido Trabalhista, quase desapareceu da cena política, e o comunismo nunca conheceu grande desenvolvimento neste país; e, nos EUA, os partidos Democratas

---

<sup>4</sup> **Georges Lavau** é um advogado francês, Professor da Universidade de Grenoble 1948-1962 no Instituto de Estudos Políticos de Paris 1988-1990 e diretor do Jornal francês de Ciência Política 1973-1990.

e Republicano têm-se revezado no poder, constituindo os dois principais polos da vida política norte-americana.

O sistema maioritário de dois turnos, embora facilite a existência de uma pluralidade de partidos políticos, conduz a uma bipolarização da vida política, os partidos ideológicos e politicamente mais próximos coligam-se antes da segunda votação para tirar vantagem deste sistema eleitoral (Duverger, 1951).

Segundo o mesmo autor, o sistema de representação proporcional favorece os movimentos de opinião e consequentemente, o aparecimento de novos partidos. Os sistemas multipartidarista encontram terreno favorável nestes sistemas eleitorais, dado que cada tendência espera sempre obter uma representação mínima. No entanto, o escrutínio de representação proporcional, particularmente o método de Hondt, também convida à formação de coligações de partidos, uma vez que beneficia os grandes partidos ou coligações, e pode, portanto, favorecer a tendência para a bipolarização da vida política, ou, pelo menos, para a tripolarização (como sucede na Bélgica). Apesar disso, a representação proporcional tende a favorecer o aparecimento de pequenos partidos e grupos minoritários, cujo peso político a nível parlamentar não corresponde ao seu poder real. No entanto se o sistema eleitoral estabelecer um limite mínimo de votos (3% ou 5%) para cada partido ter direito a participar na distribuição dos lugares, a tendência para a proliferação de partidos suscitada pela representação proporcional é substancialmente reduzida.

Mediante os diferentes processos de escrutínio também influenciam a estrutura dos próprios partidos. Com efeito, o sistema maioritário, ao proporcionar uma relação mais direta entre os eleitos e os seus eleitorados, origina estruturas partidárias flexíveis, ao passo que o sistema proporcional suscita a instituição de partidos rígidos e acentua a intermediação partidária (Fernandes, 2008).

### **2.2. Sistemas Eleitorais e Sistemas Políticos**

Segundo Fernandes, o sistema eleitoral influencia o funcionamento e a dinâmica de um sistema político. O sistema eleitoral condiciona a existência ou ausência de uma maioria

governamental, num sistema político pluralista, ao mesmo tempo que facilita ou dificulta o papel e a importância dos partidos da oposição. O sistema de escrutínio maioritário de uma votação, que gera o bipartidarismo, simplifica o jogo dos partidos, é o exemplo do caso da Grã-Bretanha. O exemplo britânico mostra claramente que, na medida em que um sistema eleitoral conduz ao bipartidarismo, constitui um fator importante de estabilidade governamental, e também de estabilidade política porque canaliza os movimentos de opinião no seio de estruturas ligadas às regras do jogo pluralista.

O sistema de escrutínio maioritário de segunda votação, que normalmente conduz à formação de alianças (procura-se constituir uma maioria por meio de alianças antecipadas, isto é, antes de realizar a segunda votação), é também um fator de estabilidade governamental. A maioria, que resulta de compromissos assumidos antes da segunda votação, mostra-se disciplinada e garante o seu apoio parlamentar ao Governo do qual geralmente emerge.

O sistema de representação proporcional, ao proporcionar a criação de novos partidos e facilitar as cisões, tem sido apontado como um fator de instabilidade política. Ao favorecer a expressão de todas as opiniões sublima a função das oposições e o carácter conflituoso das sociedades políticas. As forças políticas que rejeitam a regra do jogo pode agravar as dissidências entre as forças políticas democráticas, influenciando o processo de decisão, procurando paralisá-lo (Fernandes, 2008).

Segundo o mesmo autor, o sistema político condiciona o sistema eleitoral, na medida em que o pode preservar ou alterar, conforme as conveniências das forças que servem de suporte aos órgãos do aparelho do Estado. O sistema político exerce, pois, uma ação direta sobre o sistema eleitoral, enquanto este influencia aquele indiretamente, ou seja, através dos partidos políticos.

### **2.3. Sistemas Políticos e Sistemas de Partidos**

Os sistemas políticos e os sistemas de partidos estão estreitamente ligados a estabilidade ou instabilidade do sistema político dependente em boa parte do tipo de sistema de partidos. Muitos politicólogos têm sustentado que o multipartidarismo é mais suscetível de conduzir à instabilidade governamental do que o bipartidarismo, enquanto afirmam que o sistema de partido único é um importante fator contributivo para a estabilidade

governamental (Fernandes, 2008).

O mesmo autor diz que nos sistemas multipartidarista, a ausência de um partido maioritário é, *a priori*, um elemento de instabilidade governamental, porque as coligações são, em princípio, mais difíceis de manter do que a unidade de um partido rígido e disciplinado. Foi o que passou na Alemanha com a Republica de Weimar: seguidamente a rutura de sucessivas coligações, chegou-se a governos semiditatoriais que governam na base de decretos-leis em nome da Democracia, e depressa se passou da semiditadura a ditadura.

Num sistema bipartidarista, o fenómeno de alternância obriga os partidos a velar continuamente pelo reforço das suas estruturas, o a trabalhar seus panoramas, a escolher dirigentes para o eleitorado, a zelar pela manutenção de um sistema eleitoral que é a chave do sistema político. É comum afirmar-se que o bipartidarismo determina verdadeiramente a natureza do sistema político: não se trata de um regime de separação de poderes conforme os princípios apresentados por Montesquieu, mas mais exatamente do governo de um partido sob o controlo de outro partido e sobre o arbítrio do povo.

No sistema monopartidista, existe uma verdadeira ditadura do partido. O sistema eleitoral está estruturado de forma a evitar a expressão do pluralismo. Conduzindo ao monopólio da representação e da atividade política em benefício do partido único, o sistema eleitoral participa na união entre o partido e o estado. É o partido que expressa a ideologia do estado totalitário e se apodera dos seus órgãos. As regras do jogo político são obra do partido único e dele só, e os eleitores não controlam os governantes, nem sequer os eleitos o podem fazer. Foi o que passou em Cabo Verde durante o período de regime único, de 1975 à 1990.

Em todos os sistemas políticos os partidos tem realmente um papel fundamental na organização e expressão do poder. Em suma, pode dizer-se que existe uma inter-relação permanente entre os sistemas políticos, os sistemas de partidos e os sistemas eleitorais.

Os sistemas políticos exercem uma ação direta sobre os sistemas eleitorais. Aliás, os sistemas políticos estão na origem dos sistemas eleitorais que o modelam como quere, tendo em conta uma relação de forças a manter ou a modificar.

Ao contrário, os sistemas eleitorais exercem apenas uma ação indireta sobre os sistemas políticos, na medida em que os seus reflexos se fazem sentir diretamente nos partidos políticos. Sendo o sistema eleitoral uma das mais importantes regras do jogo político, atua sobre os sistemas de partidos, multiplicando ou reduzindo o seu número, consolidando ou não a sua estrutura. Por seu lado, os partidos políticos, que fornecem os suportes ao sistema político e lhe transmitem apoios ou exigências, atuam sobre ele diretamente e sobre o sistema eleitoral indiretamente (Fernandes, 2008).

## **CAPITULO 3: O SISTEMA ELEITORAL CABO-VERDIANO**

Cabo Verde é um país Democrático desde 1991, com Eleições Legislativas, Presidenciais e Autárquicas. Desde a constituição de 1992 que o Sistema Eleitoral Legislativo Cabo-verdiano se tem mantido constante, onde a conversão de votos em mandatos, em cada colégio eleitoral plurinominal, far-se-á de acordo com o princípio da representação proporcional de acordo com o artigo 105º da CRCV, com um sistema de voto em lista fechada e bloqueada, utilizando o método D'Hondt e com uma Assembleia Nacional composto por 72 Deputados.

### **3.1. As Eleições em Cabo Verde nos primeiros quinze anos da Independência**

Segundo Bartolomeu Varela<sup>5</sup> Cabo Verde alcançou à Independência a 5 de Julho de 1975, devido a dois factos históricos: a vitoriosa Luta de Libertação Nacional conduzida pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundado por Amílcar Cabral a 19 de Setembro de 1956; e a Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974, desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas Portuguesas, visando a instauração da liberdade e da democracia em Portugal (Varela, 2011).

Segundo o mesmo autor, esses factos estiveram na origem do Acordo para a Independência de Cabo Verde, assinado a 19 de Dezembro de 1974, em Lisboa, entre delegações do Governo português e do PAIGC. Nos termos desse acordo, além da constituição de um Governo de Transição para assegurar a administração do arquipélago até à proclamação da Independência, marcada para 5 de Julho do ano subsequente, ficou estabelecido que a emergência do novo Estado Independente na arena internacional deveria ocorrer mediante a expressão autêntica da vontade popular através da eleição por sufrágio direto, livre e secreto dos deputados à Assembleia Constituinte.

A lei eleitoral então aprovada, a Assembleia Constituinte deveria ser eleita por sufrágio universal, direto e secreto, a partir de listas que poderiam ser apresentadas pelo PAIGC e por outras forças ou grupos políticos. No entanto, apesar das tentativas de um ou outro

---

<sup>5</sup> Bartolomeu Varela Jurista e Investigador Educacional

grupo, o contexto histórico-político não se mostrou favorável à afirmação e à concorrência de outras forças políticas, pelo que só o PAIGC logrou apresentar-se ao sufrágio, com o apoio massivo dos eleitores cabo-verdianos residentes nas ilhas e previamente recenseados (Varela, 2011).

A experiência eleitoral cabo-verdiana consistiu na realização de mais duas eleições (1980, 1985), para a Assembleia Nacional Popular, da qual emanavam, direta ou indiretamente, os titulares dos demais órgãos de soberania (Presidente da República, Governo e Tribunais), em conformidade com a Lei de Organização Política do Estado – LOPE, de 5 de Julho de 1975 que seria uma lei de transição, todavia, nessa mesma Lei, e em seu artigo 2º, fica estabelecido que seria escolhida uma comissão, presidida pelo presidente da Assembleia Nacional Popular que, juntamente com mais seis deputados, submeteria à essa Assembleia, no prazo de noventa dias, um projeto de Constituição de República de Cabo Verde (Évora, 2004).

Nas eleições legislativas de 1980 e 1985 foram realizadas nos termos de leis eleitorais aprovadas pelo Parlamento, cabendo a sua organização e supervisão a Comissões Nacionais Eleitorais, que não eram órgãos permanentes, mas organismos para isto, criados expressamente para preparar e organizar as eleições, dissolvendo-se, de jure e de facto, após a conclusão dos atos eleitorais. Tais Comissões eram constituídas por personalidades idóneas, mas não podiam considerar-se verdadeiramente independentes do Poder Político, posto que emanavam, direta ou indiretamente, do partido no Poder e do respetivo Governo (Varela, 2011).

Segundo Varela, em virtude da consagração constitucional de um regime político monopartidário, tais eleições não eram verdadeiramente competitivas, não obstante o esforço feito pelo regime, sobretudo nas eleições legislativas de 1985, no sentido de conferir maior representatividade à Assembleia Nacional Popular, através da inclusão nas listas únicas, apresentadas pelo partido no poder, de indivíduos sem filiação partidária ou mesmo de diferente sensibilidade política, com base nos resultados da auscultação direta das populações, em assembleias locais organizadas pelas estruturas do único partido legalmente autorizado. Por outro lado, e no quadro de um sistema político de um só partido, tais eleições não eram suscetíveis de conduzir a uma efetiva alternância

governativa, ainda que pudessem provocar, de algo modo, alguma renovação dos dirigentes, sobretudo a nível parlamentar.

Quanto ao Poder Local, os respetivos órgãos eram designados pelo Governo, se bem que a sua eleição, com base em listas concorrentes (apresentadas pelo PAICV e por Grupos de Cidadãos), já tivesse sido consagrada em 1989, no âmbito de uma preconizada “reforma política por etapas”, que começou com a aprovação, em 1989 e 1990, de um pacote legislativo referente ao regime de organização, competência e eleição dos órgãos das autarquias municipais (Leis n.ºs 47 e 48/III/89, ambas de 13 de Julho, e Decreto-Lei n.º 52-A/90, de 4 de Julho), (Varela, 2011).

### **3.2. A Abertura Política de 1990 e a Reforma dos Sistemas Político e Eleitoral**

Depois de algumas tentativas de democratização do regime por etapas, dá-se, em finais da década de 80 e início da de 90, uma mudança profunda da conjuntura política internacional, com a derrocada dos regimes socialistas do leste europeu e com os níveis de violência que vinha ocorrendo na África contra os regimes monopartidários. Nesse contexto, e perspetivando a evolução política da sociedade cabo-verdiana, em Fevereiro de 1990, o partido no Poder (Partido Africano da Independência de Cabo Verde, que sucede ao PAIGC), decide abrir o regime ao pluripartidarismo (Évora, 2004).

A abertura política foi formalmente institucionalizada, quando a Assembleia Nacional Popular (ANP), através da Lei Constitucional n.º 2/III/90, de 29 de Setembro, decidiu remover o artigo 4.º da Constituição de 1980 que reconhecia o PAICV como uma única força política dirigente da sociedade e do Estado. Essa Assembleia institui a lei do regime jurídico dos partidos políticos, a lei eleitoral para a ANP e para o Presidente da República, a lei que reconhece o direito de antena e de resposta aos partidos, assim, constitucionalmente, formalizou-se o direito de existência dos partidos políticos e as condições legais para ter separação entre os poderes legislativo e executivo (Évora, 2004).

Logo após a aprovação da lei de revisão constitucional de 1990, publicam-se importantes diplomas, como a lei que define o regime jurídico dos partidos políticos, a lei de



recenseamento eleitoral e as leis eleitorais para eleição dos deputados à Assembleia Nacional Popular e do Presidente da República.

Feita a revisão constitucional em Setembro e criadas as condições legais para o multipartidarismo, o PAICV estabeleceu um calendário para a realização dos atos eleitorais, o livre acesso aos órgãos públicos de comunicação social, a despartidarização das forças armadas e da administração pública, a constituição da Comissão Nacional Eleitoral e a presença, a convite do Estado, de uma missão internacional de observação das eleições legislativas e presidenciais, marcadas para Janeiro e Fevereiro de 1991 – tais são algumas das questões que o partido no poder negociou então com as forças políticas emergentes, visando a criação de um ambiente político favorável à realização de eleições competitivas, livres, justas em Cabo Verde.

As eleições Legislativas de 1991 são marcadas pela bipolarização: apenas o PAICV e o MpD se apresentam ao eleitorado e só dois candidatos disputaram o cargo para as eleições presidenciais: António Mascarenhas Monteiro – que concorreu independente com apoio do MPD e Aristides Pereira, que se recandidatou à Presidente da República, após ter sido Presidente da República por 15 anos (Évora, 2004).

Essas primeiras eleições pluralistas e competitivas da História política de Cabo Verde resultaram na constituição da primeira alternância política no Arquipélago, conquistada pelo MpD, por uma maioria qualificada na Assembleia Nacional Popular e a eleição de um novo Presidente da República, António Mascarenhas Monteiro. Assim, o PAICV passa à Oposição e o Primeiro Presidente da República, Aristides Pereira, sai derrotado.

Assim deu-se a II República, marcada por alterações profundas no ordenamento jurídico cabo-verdiano.

Foram tomadas medidas após as eleições legislativas e presidenciais de 1991, uma delas foi a criação de condições para a realização das primeiras eleições dos órgãos do Poder Local (Assembleias Municipais e Câmaras Municipais) e o consequente desenvolvimento do municipalismo Cabo-verdiano. Assim, foi revisto o pacote legislativo publicado na I República (Leis nºs 47 e 48/III/89, ambas de 13 de Julho, e Decreto – Lei nº 52-A/90, de 4 de Julho), fazendo-se publicar, respetivamente, os

Decretos-Leis n°s 122, 123 e 124/91, todos de 20 de Setembro, que adaptaram os diplomas em causa à nova conjuntura política, garantindo a participação dos diversos partidos políticos, além dos Grupos de Cidadãos, nas referidas eleições (Varela, 2011).

Segundo Varela a Constituição de 1992 veio aprofundar a reforma do sistema político cabo-verdiano, com a consagração de um regime semiparlamentar, em que a Assembleia Nacional (em substituição da Assembleia Nacional Popular), erigida em centro vital do poder, e o Presidente da República, enquanto Chefe de Estado, são eleitos por sufrágio direto, secreto e universal, enquanto o Governo é constituído em função do resultado das eleições legislativas e da composição do Parlamento e os órgãos de cúpula do Poder Judicial e do Ministério Público são constituídos através de mecanismos em que intervêm os demais órgãos de soberania assim como, em alguns casos, os próprios Magistrados.

No que toca ao sistema eleitoral, ao longo do ano de 1994, verifica-se uma profunda reforma legislativa, com a aprovação dos seguintes diplomas:

- Lei n° 112/IV/94, de 30 de Dezembro- Cria a Comissão Nacional de Eleições;
- Lei n° 113/IV/94, de 30 de Dezembro - Que regula o recenseamento eleitoral;
- Lei n° 116/IV/94, de 30 de Dezembro- Que aprova a lei eleitoral para a Assembleia Nacional;
- Lei n° 117/IV/94, de 30 de Dezembro- Que aprova a lei eleitoral para a eleição do Presidente da República;
- Lei n° 118/IV/94, de 30 de Dezembro- Que aprova a lei eleitoral para a eleição dos órgãos dos municípios.

Foram estas leis que serviram de base à efetivação dos atos de recenseamento e de processo eleitoral conducentes à realização das subsequentes eleições, a saber: eleições legislativas de 17.12.1995, eleições autárquicas de 21.01.1996 e eleições presidenciais de 18.02.1996.

Dando continuidade os processos de reforma e modernização do sistema eleitoral, e a fim de se pôr cobro à dispersão das normas jurídicas relativas à preparação e realização

dos atos eleitorais, o Parlamento aprovou pela Lei nº 92/V/99, de 8 de Fevereiro, o primeiro Código Eleitoral de Cabo Verde, o qual revoga os diversos diplomas legais até então vigentes, num total de sete, e passa a constituir o quadro jurídico de referência para realização das subseqüentes eleições: eleições autárquicas de 2000 e eleições legislativas e presidências de 2001.

Com a experiência resultante dessas eleições, veio a Assembleia Nacional, por Lei nº 118/V/2000, de 24 de Abril, a introduzir várias alterações ao Código Eleitoral, com a preocupação de reforçar o rigor e a transparência dos atos eleitorais, ao mesmo tempo que é reforçado o papel da Comissão Nacional de Eleições, enquanto órgão independente da administração eleitoral.

Com o Código Eleitoral de 1999, na redação que lhe foi dada pela revisão de 2000, que se realizaram as eleições legislativas de 14.01.2001, as eleições presidenciais de 11 e 25 de Fevereiro de 2001 (1ª e 2ª volta), as eleições autárquicas de 21.03. 2004, bem como as eleições legislativas e presidenciais de 22 de Janeiro e 12 de Fevereiro de 2006, respetivamente.

Embora das virtualidades do Código Eleitoral então vigente, em termos do estabelecimento dos procedimentos e garantias essenciais para que se realizassem eleições livres, transparentes e justas, a CNE vinha alertando, nos seus relatórios, desde 2004, para a necessidade da sua revisão, tendo em vista o aprimoramento de vários aspetos cruciais do processo eleitoral, a começar pelo recenseamento eleitoral, cuja base de dados, que vinha dos anos noventa, evidenciava deficiências tais que recomendavam a sua reconstituição de raiz, mediante a realização de um novo censo eleitoral.

Em 2007, os partidos políticos chegam, finalmente, a uma base alargada de entendimento para uma revisão profunda do Código Eleitoral, efetuada através da Lei nº 12/VII/2007, de 22 de Junho. As eleições autárquicas de 18 de Maio de 2008 foram realizadas com base no Código Eleitoral resultante desta revisão. Mesmo assim, com a extensão da revisão, o Código Eleitoral continuou a apresentar insuficiências e inadequações, de que, em grande parte se melhorou, com a última revisão feita em 2010, com a aprovação da Lei nº 56/VII/2010, de 9 de Março. E, foi com este Código Eleitoral que serviu de

quadro jurídico referencial para a realização das eleições legislativas de 6 de Fevereiro de 2011 e as eleições presidenciais de 7 e 21 de Agosto de 2011 (1ª e 2ª volta).

### **3.3. Caracterização do Sistema Eleitoral Cabo-verdiano**

O regime eleitoral cabo-verdiano encontra-se representado juridicamente aprovado na Constituição da República e no Código Eleitoral cabo-verdiano, nos termos dos quais a legitimação dos órgãos de Poder Político (e de Soberania) e do Poder Local é feita por sufrágio geral, direto e secreto ou, no caso do Governo e dos Tribunais, através de outros mecanismos de designação (Varela, 2011).

#### **3.3.1 – Os Órgãos do Poder eleitos por Sufrágio direto e universal:**

- As Eleições Legislativas que elege os Deputados da nação que formam a Assembleia Nacional por um mandato de 5 anos pelos Cidadãos cabo-verdianos residentes no país e no estrangeiro, onde elegem os Partidos Políticos, utilizando o Sistema Proporcional segundo o Método de Hondt;
- As Eleições Presidenciais que elege o Presidente da República eleito por um mandato de 5 anos pelos cidadãos cabo-verdianos residentes no país e no estrangeiro, elegido de acordo com o Art.º 110º da CRCV, segundo o Sistema eleitoral maioritário (Maioria absoluta);
- As Eleições Autárquicas Locais que compreende uma Assembleia eleita, com poderes deliberativos e um órgão colegial executivo responsável perante aquela, eleita por um mandato de 4 anos, pelos cidadãos eleitores residentes na circunscrição territorial da autarquia, segundo o sistema de representação proporcional.

#### **3.3.2 - Órgãos de Poder não eleitos diretamente pelo Povo**

O Governo é um órgão executivo de Soberania, cuja formação tem em conta os resultados das eleições legislativas, mas não resulta automaticamente dos mesmos

resultados (ou seja, os membros do Governo não são eleitos diretamente pelo Povo), pelo que, no processo de sua formação, o Presidente da República terá de considerar a correlação de forças no Parlamento e auscultar os partidos políticos antes de convidar a entidade melhor posicionada para o exercer o cargo de Primeiro-Ministro e apresentar os demais membros do Executivo, cujo Programa de Governo terá de obter apoio parlamentar, expresso na provação de uma Moção de Confiança, sob pena de não poder subsistir.

Os Tribunais são órgãos de soberania, dotados de independência em relação aos demais órgãos, mas não são, também, eleitos diretamente pelo Povo, como se referiu acima, havendo a intervenção dos órgãos de soberania eleitos na conformação dos órgãos de cúpula do Poder Judiciário.

### **3.3.3 – Os intervenientes no Sistema Eleitoral Cabo-verdiano**

Não é apenas a Assembleia Nacional, que aprova a legislação eleitoral e elege a Comissão Nacional de Eleições (que funciona junto do Parlamento e ao qual presta contas, através de relatórios anuais), do Presidente da República e do Governo (que marcam, nos termos da lei, as datas das eleições), intervêm no sistema eleitoral cabo-verdiano várias entidades públicas:

➤ A Comissão Nacional de Eleições (CNE) eleita por 2/3 dos deputados em efetividade de funções que é um Órgão independente de administração eleitoral que funciona junto da Assembleia Nacional. Possui delegados em todos os Círculos Eleitorais. Superintende nos atos de recenseamento e das eleições, intervindo no processo de apuramento e publicação dos resultados eleitorais. Organiza e controla o cumprimento do calendário dos atos eleitorais. Constitui as Assembleias de Voto e indica as respetivas Mesa Assegura o normal processamento das Campanhas Eleitorais; Decide em matéria d ilícitos de ordenação social nos atos de recenseamento e das eleições, podendo aplicar coimas. Fiscaliza a legalidade e a regularidade das contas das diferentes candidaturas aos atos eleitorais;

➤ Comissões de Recenseamento Eleitorais eleita pelas Assembleias Municipais,

que são órgãos independentes responsáveis pela organização do recenseamento eleitoral, elaboração e publicação dos cadernos eleitorais e outros atos correlativos;

➤ Missões Diplomática e Consulares que Integram a estrutura do Governo, sendo os Embaixadores nomeados pelo PR, em articulação com o Governo onde prestam Serviços externos do MNE que, além de responsabilidades de logística eleitoral, intervêm no recenseamento eleitoral, de modo distinto, em dois momentos: fora do período eleitoral, são os postos consulares, as embaixadas e as representações diplomáticas que efetuam a inscrição no recenseamento eleitoral; no período eleitoral, o recenseamento incumbe a uma comissão de recenseamento de que fará parte um funcionário consultor ou, na sua falta, um funcionário diplomático. Além disso, propõem à CNE os membros das assembleias de voto e os locais de votação no estrangeiro, ouvindo previamente os partidos políticos;

➤ Direção Geral de Administração Eleitoral Criada pelo Governo, que nomeia o Diretor Geral responsável pelo Serviço central de apoio ao processo eleitoral, integrado na orgânica do Governo. Assegura, nomeadamente, a organização da logística necessária na preparação e realização das eleições. Seu dirigente é Assessor Permanente da CNE;

➤ Representante do departamento governamental responsável pelas relações exteriores designado pelo Governo com função de Assessor Permanente junto da CNE, em matéria de ligação com as missões diplomáticas e consulares do país, para efeitos de preparação e realização de atos de recenseamento eleitoral e do processo eleitoral no seio das comunidades emigradas no estrangeiro;

➤ Representante do departamento governamental responsável pela Comunicação Social designado pelo Governo com função de Assessor Permanente junto da CNE, em matéria de comunicação e publicidade institucional, assegurando a ligação com os meios de comunicação social em Tudo quanto respeite aos atos do processo eleitoral;

➤ Assembleias Municipais eleita pelo sufrágio universal, que são órgãos competentes para designarem as Comissões de Recenseamento Eleitoral;

➤ Câmaras Municipais eleitas pelo sufrágio universal que disponibilizam espaços

para propaganda eleitoral; concedem apoio logístico nomeadamente na receção, conservação e distribuição de material eleitoral; participam na organização do voto antecipado;

➤ Magistrados Judiciais de Comarca (nos municípios) Designado pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial, que são Juízes dos Tribunais de Comarca. Órgãos independentes, têm por funções: a admissão e rejeição de candidaturas às eleições legislativas e autárquicas; a resolução de ilícitos eleitorais; o julgamento de crimes eleitorais;

➤ Magistrados do Ministério Público nas comarcas designado pelo Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público, integram o Ministério Público, que funciona junto dos Tribunais. Participam, como presidentes, nas assembleias de apuramento dos resultados eleitorais, a nível dos Círculos Eleitorais, velando pela legalidade dos atos de sufrágio; Instauram processos por crimes eleitorais;

➤ Supremo Tribunal de Justiça/Tribunal Constitucional com intervenção, na sua composição, do Presidente da República, do Parlamento e de Magistrados, que é um órgão jurisdicional independente e instância máxima da administração da justiça eleitoral. Decide em matéria de admissão e rejeição de candidaturas às eleições presidenciais, de registo de coligações eleitorais e do contencioso eleitoral;

➤ Mesas das Assembleias de Votos designado pela Comissão Nacional de Eleições, ouvidos os partidos políticos, as Câmaras Municipais e a DGAE com função de organizar o sufrágio e fazem o apuramento preliminar dos resultados eleitorais mediante fiscalização das candidaturas concorrentes, nomeadamente delegados das candidaturas e delegados de círculo;

➤ Assembleias de Apuramento geral ou intermédias presididas pelos Procuradores da República, integram os delegados da CNE, que secretariam os trabalhos o Conservador ou delegado dos Registos e Secretário da Assembleia Municipal correspondente com função de assegurar, em cada círculo eleitoral do território nacional, o apuramento e a divulgação dos resultados das eleições autárquicas e legislativas; Nas eleições presidenciais, fazem o apuramento intermédio das eleições encaminhando o

processo à CNE, para efeitos de apuramento geral.

Acabou -se de referir ao sistema eleitoral em sentido orgânico, tendo em conta os principais intervenientes situados ao nível da esfera pública ou do poder do Estado, mas é óbvio que existem outros sujeitos do sistema eleitoral, de entre os quais relevam o cidadão eleitoral, os partidos e coligações eleitorais, grupos de cidadãos, candidatos e respetivos representantes (mandatários, delegados de círculo, delegados de mesa), órgãos e profissionais de comunicação social, forças de segurança, etc.

Para Varela pode-se falar do Sistema Eleitoral em sentido material ou como atividade, relevando as principais atividades que têm lugar nos diversos momentos do sistema eleitoral, segundo Varela de entre os quais se destacam:

- a) A campanha eleitoral, no âmbito da qual se processa a comunicação política das candidaturas com o eleitorado, tendo em vista a mobilização do apoio dos eleitores;
- b) O Recenseamento Eleitoral, mediante o qual se determinado o eleitorado, ou seja, quem possui a capacidade eleitoral;
- c) A apresentação das candidaturas, feita por órgãos próprios dos partidos ou coligações eleitorais ou por grupos de cidadãos;
- d) A organização do sufrágio, que inclui a determinação dos locais das Assembleias de Voto e a indicação dos eleitores que nelas devem votar, a composição das Mesas de Voto e a sua formação e a preparação e disponibilização tempestivas de toda a logística eleitoral;
- e) A realização do sufrágio, ou seja, o exercício do direito de voto pelos eleitores nas respetivas Assembleias e Mesas de Voto;
- f) O apuramento dos resultados eleitorais, com a expressão quantitativa dos votos expressos nas diversas candidaturas, assim como dos votos brancos ou nulos, e a proclamação dos candidatos eleitos, a nível das Assembleias de Apuramento;
- g) O contencioso eleitoral, que pode ou não ocorrer, com a intervenção da instância



judicial competente;

h) O julgamento das contas eleitorais, a cargo da CNE, condição necessária para que haja lugar à subvenção eleitoral, a atribuir pelo mesmo órgão, nos termos previstos na lei, de uma verba não inferior a setecentos e cinquenta escudos, por cada voto validamente expressos nas eleições legislativas e presidenciais, e quinhentos escudos, nas eleições autárquicas; cada candidatura não pode gastar mais de 80% da subvenção prevista para a eleição em causa; nenhuma candidatura pode receber acima de 60% do total de subvenção prevista; cada candidatura não pode contrair empréstimo que, incluindo os juros, atinja montante superior a 50% da subvenção prevista; no caso da eleição presidencial, só tem direito ao subsídio quem obtiver, pelo menos, 10% dos votos expressos.

### **3.4 - O Papel da CNE no âmbito do Sistema Eleitoral Cabo-verdiano**

A Comissão Nacional de Eleições é um Órgão independente e permanente de administração eleitoral, funciona junto da Assembleia Nacional, a legitimidade da Comissão Nacional de Eleições resulta reforçada com a sua eleição por uma maioria de dois terços dos deputados em efetividade de funções, ou seja, a comissão só pode ser eleita com a sintonia da maioria dos Deputados na Assembleia Nacional. Seus membros, em número de cinco, cumprem um mandato de seis anos, renovável uma só vez e cessa com a posse dos novos membros, são inamovíveis e exercem as suas funções nas mesmas condições que os magistrados judiciais.

A Comissão Nacional de Eleições designa e credencia delegados nos diversos Círculos Eleitorais, os quais realizam, nas respetivas áreas, e sob a orientação da CNE, funções de organização, coordenação e controlo dos diversos atos relacionados com o processo eleitoral, designadamente a composição das assembleias de voto e respetivas mesas (em que formulam propostas à CNE, para decisão), a campanha eleitoral (atuando na observância do cumprimento pelas candidaturas nas normas legais aplicáveis), a distribuição do material destinado às eleições, a organização do sufrágio, o apuramento dos resultados eleitorais.

Uma vertente importante da atividade da CNE é a preventiva, mediante a divulgação de informações para o esclarecimento objetivo dos cidadãos em relação às operações de recenseamento e aos atos eleitorais.

Entretanto, a CNE deve agir no sentido da salvaguarda da legalidade dos atos do recenseamento e do processo eleitorais, resolvendo queixas e reclamações apresentadas pelos intervenientes no processo eleitoral (candidaturas, eleitores, etc.), podendo aplicar coimas pela prática de ilícitos de mera ordenação eleitoral e participar ao Ministério os demais ilícitos eleitorais de que tome conhecimento, para efeitos de instrução e apresentação a julgamento dos tribunais competentes, sem prejuízo da iniciativa das partes interessadas.

A CNE tem a ver com a fiscalização das contas eleitorais, cabendo-lhe verificar a legalidade e a regularidade das receitas e despesas das diferentes candidaturas e promover a publicação dessas contas e bem assim a sua deliberação a respeito. Dos atos administrativos praticados pela CNE cabe recurso contencioso perante o Supremo Tribunal de Justiça.

Confirmada a CNE, como órgão independente de supervisão das eleições, é condição necessária à consolidação do sistema eleitoral, em prol da boa governação democrática em Cabo Verde. Daí que umas das apostas atuais consiste no reforço da capacidade institucional e logística deste órgão, de modo a dotar-se dos meios indispensáveis ao desempenho cabal das suas funções, constantes do Código Eleitoral.

### **De acordo com o art.º 18 do Código Eleitoral, compete à CNE os seguintes:**

- Assegurar a liberdade e regularidade das eleições, a igualdade de oportunidades e de tratamento das candidaturas e o respeito pelos demais princípios fundamentais do processo eleitoral, estabelecidos na Constituição, deste Código e demais legislação, adotando todas as providências necessárias;
- Assegurar a igualdade de tratamento dos cidadãos e a imparcialidade, isenção e objetividade de todos os serviços e agentes da administração eleitoral no exercício de

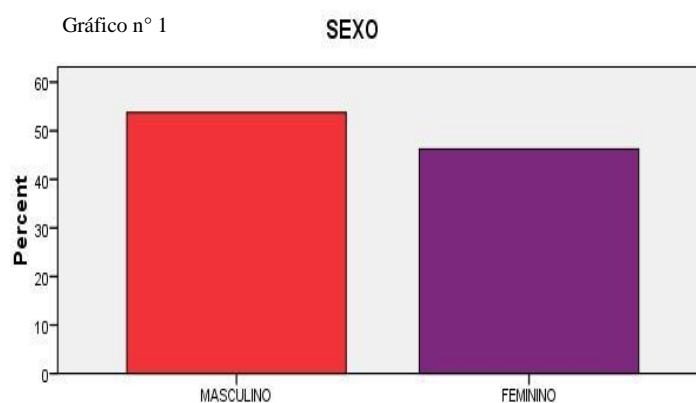
funções;

- Promover, organizar, dirigir e fiscalizar superiormente, nos termos previstos no Código Eleitoral, as operações de constituição de assembleias de voto e de apuramento, nas eleições abrangidas no âmbito das suas atribuições;
- Emitir instruções genéricas aos órgãos de recenseamento e às mesas das assembleias de voto, sobre a interpretação e aplicação da lei, sem prejuízo da sua independência funcional e do disposto em matéria de impugnação;
- Fiscalizar e controlar as operações de recenseamento e de votação, adotando providências e promovendo diligências que assegurem a sua conformidade com a lei;
- Promover o esclarecimento objetivo dos cidadãos acerca das operações eleitorais;
- Criar uma bolsa de membros de mesas de assembleias de voto, no país e no estrangeiro;
- Promover, apoiar e certificar a formação, em matéria eleitoral, dos seus delegados, das entidades recenseadoras e dos membros das mesas de voto, com o apoio do serviço central de apoio ao processo eleitoral;
- Dar a mais ampla publicidade aos diplomas legais que marcam as data das eleições;
- Resolver queixas e reclamações, que lhe sejam apresentadas no âmbito do processo eleitoral;
- Instaurar, instruir e decidir processos por contraordenação eleitoral e aplicar as coimas correspondentes;
- Participar ao Ministério Público crimes eleitorais de que tome conhecimento
- Apreciar a regularidade das contas eleitorais;

➤ Desempenhar as demais funções atribuídas pelo Código Eleitoral e demais legislação. Também tem competência exclusiva a proclamação dos resultados eleitorais, sem prejuízo da sua divulgação pelos órgãos de comunicação social, nos termos da lei, etc.

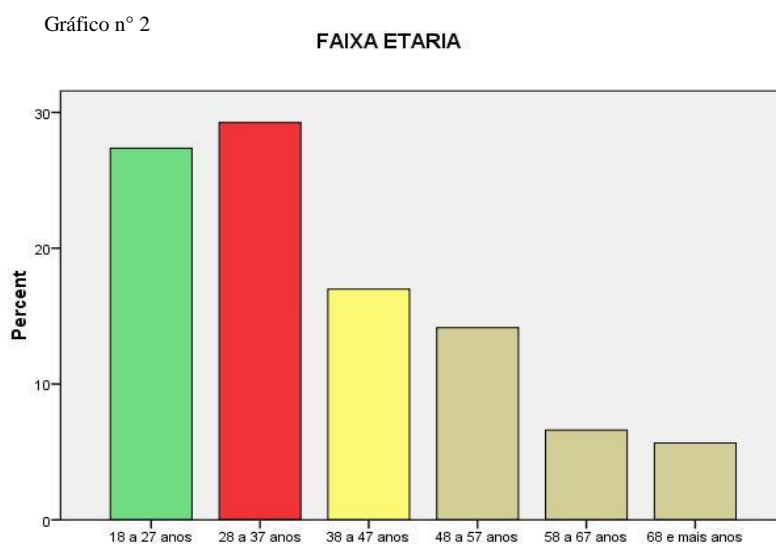
## CAPITULO 4: ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo, os inquéritos foram realizadas em onze pontos de amostragem, selecionadas aleatoriamente na cidade do Mindelo, tendo em conta o seu peso eleitoral e ainda a sua dimensão em termos de eleitores recenseados.



Fonte : Tabela 1 no anexo

Na realização deste estudo foram inquiridos 106 pessoas, sendo 57 do sexo Masculino que corresponde a 53,8 % e 49 do sexo feminino que corresponde a 47,2.

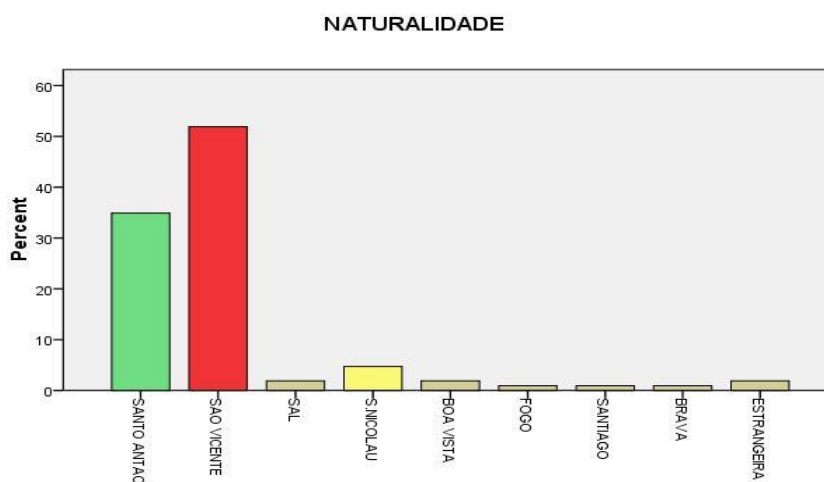


Fonte : tabela 2 no anexo

Como pode observar o gráfico mostra-nos que dos 106 inquiridos 29 pertence a faixa etária dos 18 a 27 anos de idade, que corresponde a 27,4 %, 31 pertence a faixa etária dos 28 a 37 anos de idade, que corresponde a 29,2 %, 18 pertence a faixa etária dos 38 a 47

anos de idade, que corresponde a 17 % dos inquiridos, 15 pertence a faixa etária dos 48 a 57 anos de idade, que corresponde a 14,2 %, 7 dos inquiridos pertence a uma faixa etária dos 58 a 67 anos de idade, que corresponde a 6,6 % e 6 dos inquiridos pertence a uma faixa etária dos 68 e mais anos de idade, que corresponde a 5,7 %.

Gráfico nº 3



Fonte : tabela 3 no anexo

Dos 106 inquiridos, 104 tem a nacionalidade Cabo-verdiana, que corresponde a 98,1 % e 02 tem nacionalidade estrangeira que corresponde a 1,9 %.

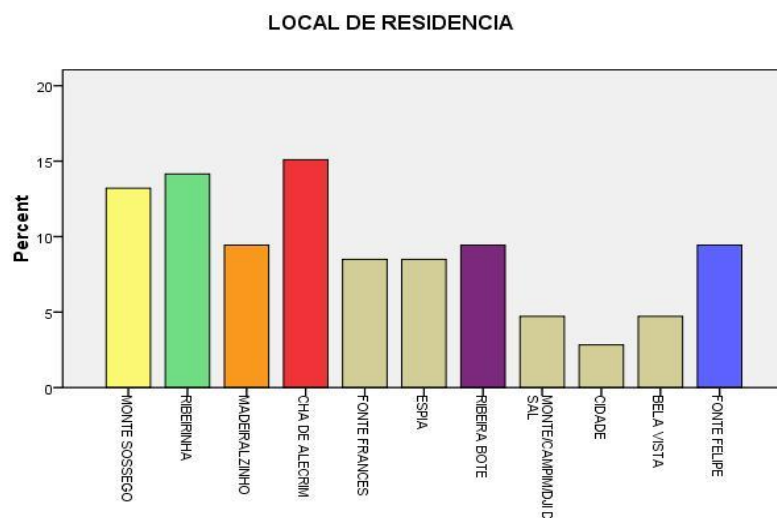
Gráfico nº 4



Fonte : tabela 4 no anexo

No gráfico, 7 inquiridos não possuem nenhum grau de escolaridade, que corresponde a 6,6 %, 20 inquiridos possuem o ensino básico, que corresponde a 18,9 %, 58 tem o ensino secundário que corresponde a 54,7 % dos inquiridos e 21 dos inquiridos possuem ensino superior, que corresponde a 19,8 %.

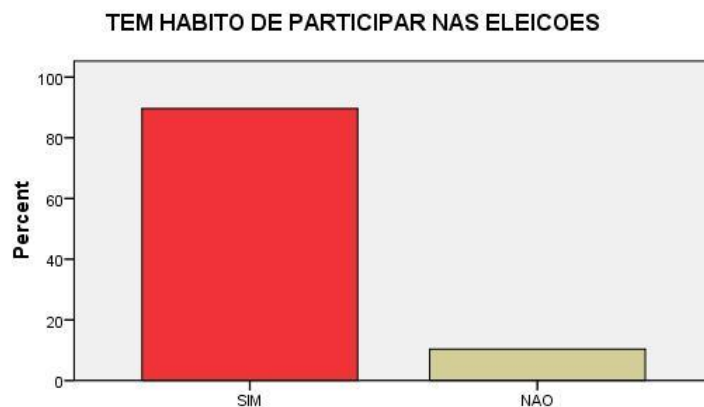
Gráfico n° 5



Fonte : tabela 5 no anexo

O gráfico mostra como se procedeu a distribuição dos inquéritos tendo sido dado uma maior importância às zonas de Chã de Alecrim, Ribeirinha, Monte Sossego, Madeiralzinho e Ribeira Bote, considerando que são as localidades com maior peso eleitoral.

Gráfico n°6



Fonte : tabela 6 no anexo

No universo dos 106 inquiridos, 95 tem hábito de participar nas eleições, que corresponde a 89,6 %, enquanto 11 não tem esse hábito, que corresponde a 10,4 %.

Gráfico n° 7



Fonte : tabela 7 no anexo

Dos 106 inquiridos, apenas 01 participou nas eleições legislativas, que corresponde a 0,9%, 03 participaram apenas nas eleições autárquicas, que corresponde a 2,8 % dos inquiridos, 02 participaram somente nas eleições presidenciais, que corresponde a 1,9 %, 89 já participaram em todas as eleições, enquanto 11 nunca participaram em nenhuma eleição, que corresponde a 10,4.

Gráfico n° 8



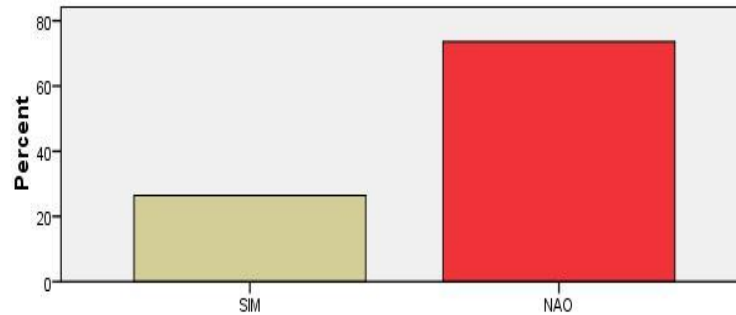
Fonte : tabela 8 no anexo

No gráfico, dos 106 inquiridos 80 já participaram de uma reunião de campanha ou comício, que corresponde a 75,5% e 26 nunca participaram, que corresponde a 24,5%.



Gráfico n° 9

### ALGUMA VEZ TRABALHOU PARA UM CANDIDATO OU PARTIDO POLITICO

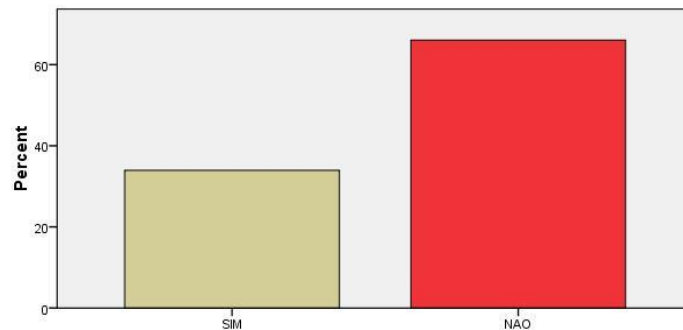


Fonte : tabela 9 no anexo

Do universo dos 106 inquiridos 28 já trabalharam para um candidato ou partido, que corresponde a 26,4%, enquanto 78 nunca trabalharam, que corresponde a 73,6%.

Gráfico n° 10

### JÁ TENTOU CONVENCER OUTRAS PESSOAS A VOTAR NUM DETERMINADO CANDIDATO OU PARTIDO POLITICO



Fonte : tabela 10 no anexo

Como podemos observar no gráfico, no universo dos 106 inquiridos, 36 já tentaram convencer outras pessoas a votar num candidato ou partido político, que corresponde a 34%, enquanto 70 inquiridos que corresponde a 66% nunca tentaram convencer outras pessoas a votar.

Gráfico n°1 1



Fonte : tabela 11 no anexo

Dos 106 inquiridos no gráfico, 4 aprovam fortemente a maneira como o Primeiro-ministro tem desempenhado suas funções, que corresponde a 3,8%, 34 aprovam, que corresponde a 32,1% dos inquiridos, 38 dos inquiridos não aprovam nem desaprova, que corresponde a 35,8%, enquanto 21 desaprovam, que corresponde a 19,8%, 7 desaprovam fortemente, que corresponde a 6,6% dos inquiridos e 2 não souberam responder, que corresponde a 1,9% dos inquiridos.

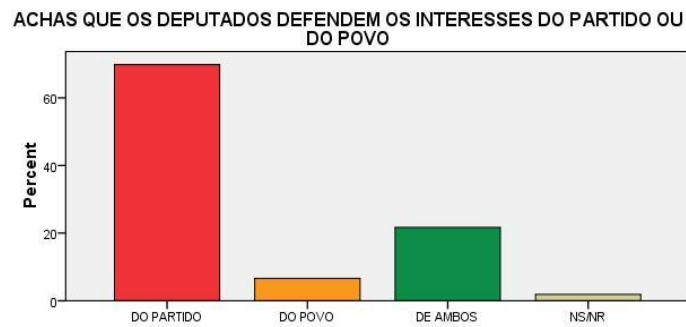
Gráfico n° 12



Fonte : tabela 12 no anexo

Como podemos analisar no gráfico, dos 106 inquiridos 09 pessoas avaliaram o desempenho dos deputados na Assembleia Nacional como Bom, que corresponde a 8,5%, 63 avaliaram como Razoável, que corresponde a 59,4% dos inquiridos, 23 considera-os de Medíocre, que corresponde a 21,7%, 11 considera o desempenho dos deputados de Mau, que corresponde a 10,4% dos inquiridos.

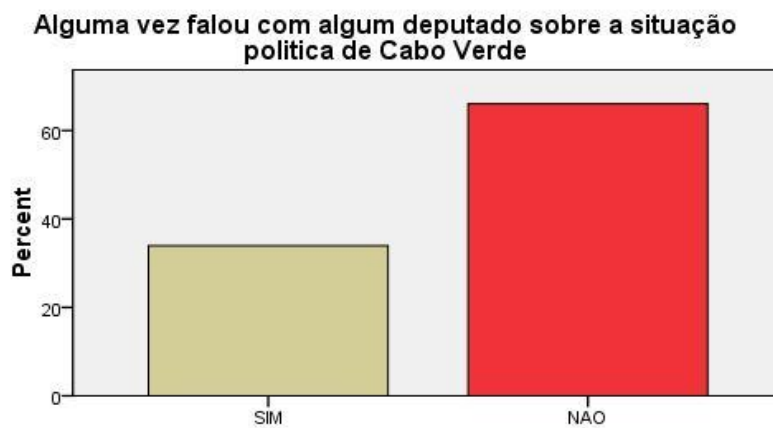
Gráfico n° 13



Fonte : tabela 13 no anexo

Desse universo dos 106 inquiridos, 74 acham que os deputados defendem os interesses do partido, que corresponde a 69,8%, 7 acham que defendem os interesses do povo, que corresponde a 6,6% enquanto 23 acham que defendem os interesses de ambos as partes, que corresponde a 21,7% dos inquiridos e 2 não souberam responder, que corresponde a 1,9%.

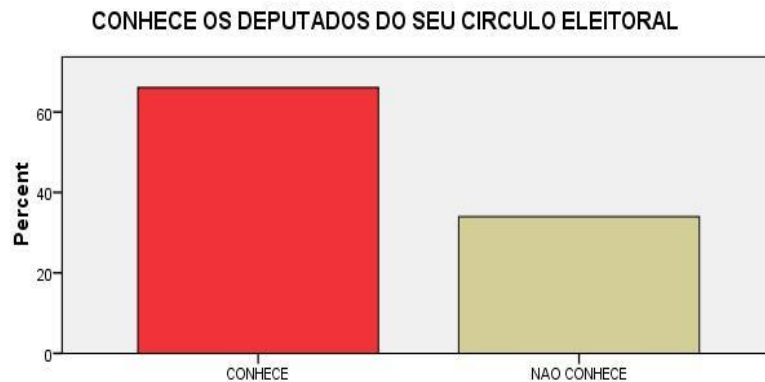
Gráfico n° 14



Fonte : tabela 14 no anexo

No gráfico, dos 106 inquiridos 36 já falou com algum deputado sobre a situação política de Cabo verde, que corresponde a 34%, contra 70 pessoas que nunca falaram com qualquer deputado sobre a situação política, que corresponde a 66% dos inquiridos.

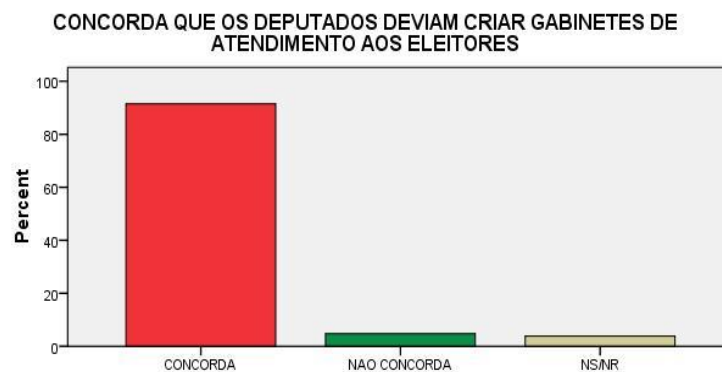
Gráfico n° 15



Fonte : tabela 15 no anexo

Do universo dos 106 inquiridos estudados no gráfico, sendo 70 conhece os deputados do seu círculo eleitoral, que corresponde a 66%, enquanto 36 não conhece nenhum deputado do seu círculo, que corresponde a 34% dos inquiridos.

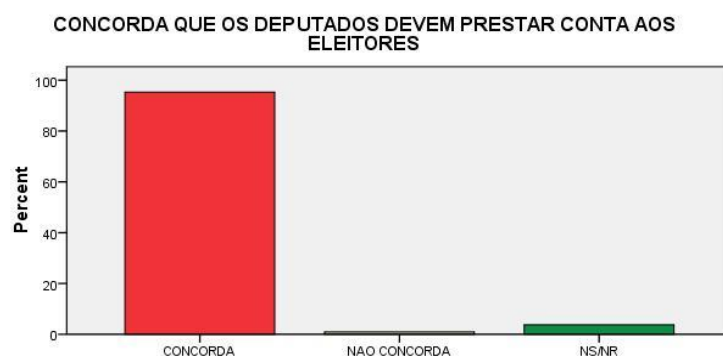
Gráfico n° 16



Fonte : tabela 16 no anexo

Dos 106 inquiridos no gráfico, 97 pessoas concordam que deveriam criar gabinetes de atendimento aos eleitores, que corresponde a 91,5%, sendo 5 não concorda que corresponde a 4,7% e 4 não souberam responder, que corresponde a 3,8%.

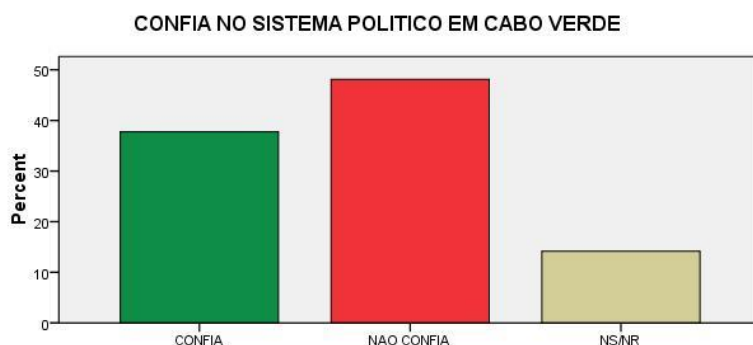
Gráfico n° 17



Fonte : tabela 17 no anexo

Como mostra o gráfico, dos 106 inquiridos, 101 concordam que os deputados devem prestar conta aos eleitores, que corresponde a 95,3%, apenas 01 não concorda, que corresponde a 0,9%, e 04 não souberam responder, que corresponde a 3,8% dos inquiridos.

Gráfico n° 18

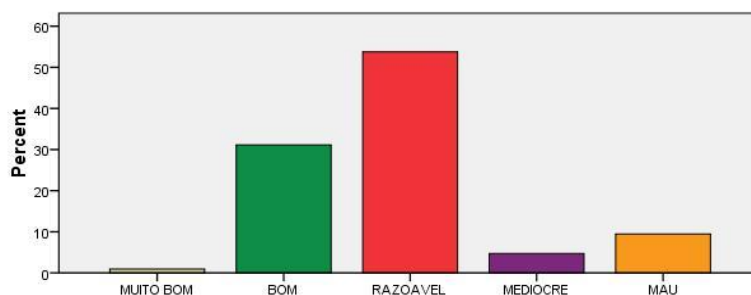


Fonte : tabela 18 no anexo

Dos 106 inquiridos no gráfico n° 18, 40 confia no sistema político cabo-verdiano, que corresponde a 37,7%, 51 não confia, que corresponde a 48,1% dos inquiridos e 15 não souberam responder, que corresponde a 14,2%.

Gráfico n° 19

### COMO CARACTERIZA A QUALIDADE DA DEMOCRACIA EM CABO VERDE

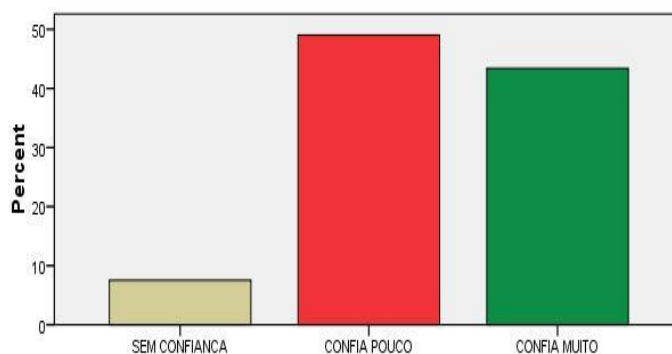


Fonte : tabela 19 no anexo

São inquiridos 106 indivíduos mostrados no gráfico, sendo 1 caracteriza a Democracia em Cabo Verde como Muito Bom, que corresponde a 0,9%, 33 caracteriza-a como Bom, que corresponde 31,1%, 57 caracteriza-a como Razoável, que corresponde a 53,8%, sendo 5 considera-a Medíocre, que corresponde a 4,7%, e 10 considera-a de Mau, que corresponde a 9,4% dos inquiridos.

Gráfico n° 20

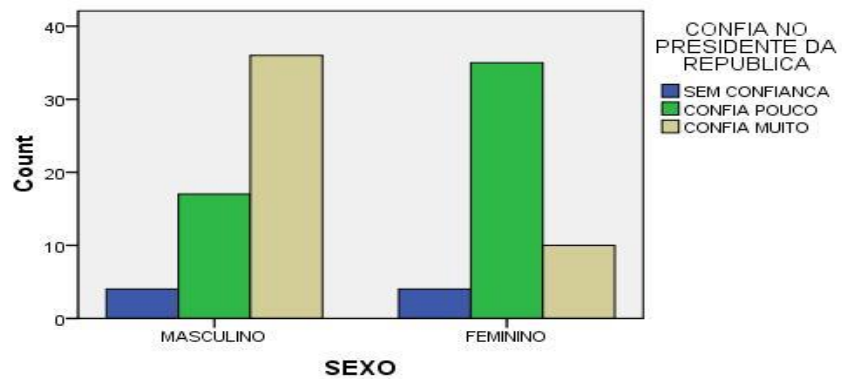
### CONFIANÇA NO PRESIDENTE DA REPÚBLICA



Fonte : tabela 20 no anexo

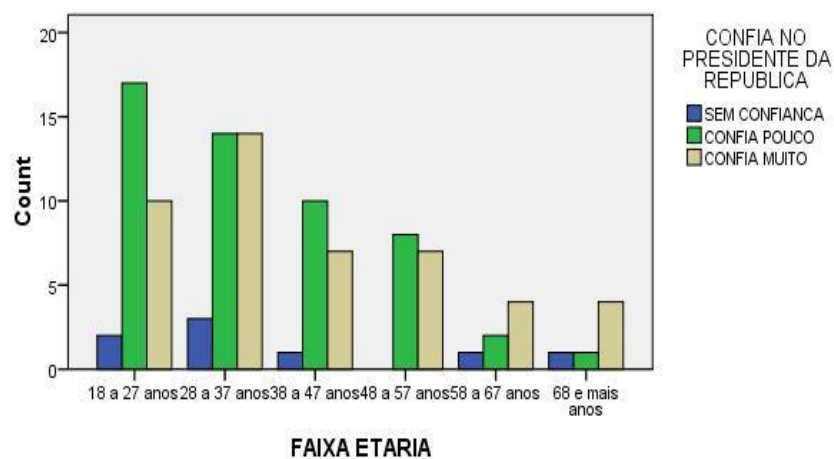
Do universo estudado no gráfico, 8 pessoas não tem confiança no Presidente da República, que corresponde a 7,5%, 52 confia pouco, que corresponde a 49,1% e 46 inquiridos confia muito no PR, que corresponde a 43,4%.

Gráfico n° 20.1



Quando cruzamos a variável sexo com a variável confia no Presidente da Republica concluimos que os homens confiam mais no PR do que as mulheres.

Gráfico n° 20.2



Quando cruzamos a variável faixa etária com a variável confia no Presidente da Republica podemos constatar que a faixa etária dos 18 a 27 anos de idade confia menos no PR e que aumentando a faixa etária, o nível de confiança no PR aumenta.

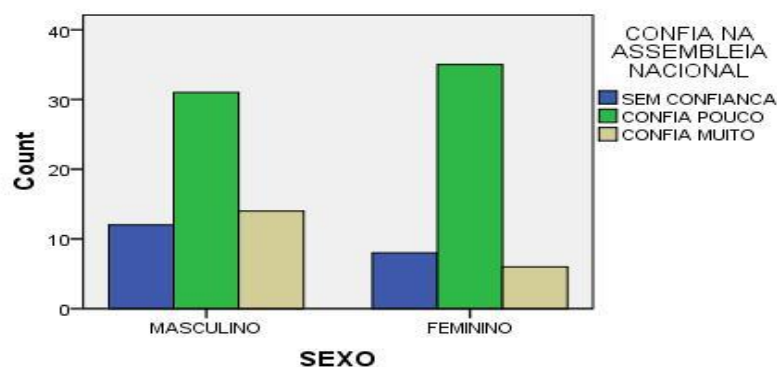
Gráfico n° 21



Fonte : tabela 21 no anexo

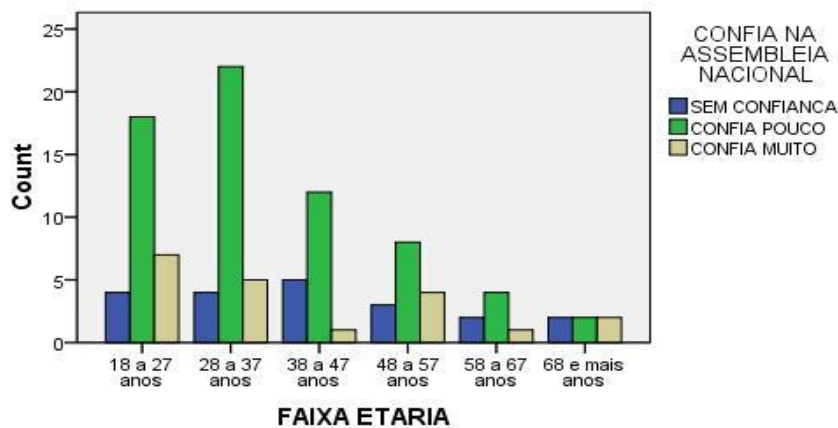
Dos 106 indivíduos inquiridos, 20 não têm confiança na Assembleia Nacional, que corresponde 18,9%, 66 confia pouco, que corresponde a 62,3% e 20 confia muito, que corresponde a 18,9%.

Gráfico n° 21.1



Ao cruzar a variável confia na Assembleia Nacional e o variável sexo constatamos que as mulheres confiam menos que os homens na Assembleia Nacional.

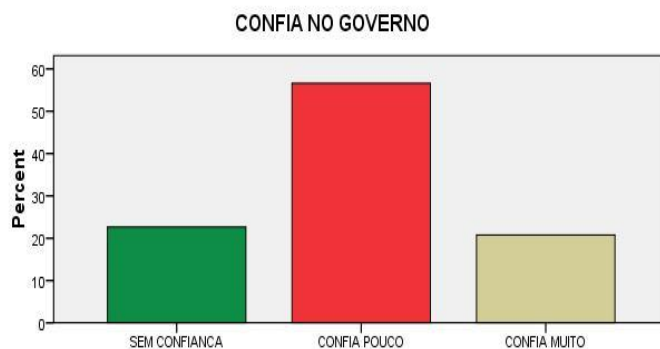
Gráfico n° 21.2





Ao cruzar a variável confia na Assembleia Nacional com a variável faixa etária, constatamos que a confiança na assembleia vai diminuindo conforme muda a faixa etária, ou seja os inquiridos com mais idade tem menos confiança na AN.

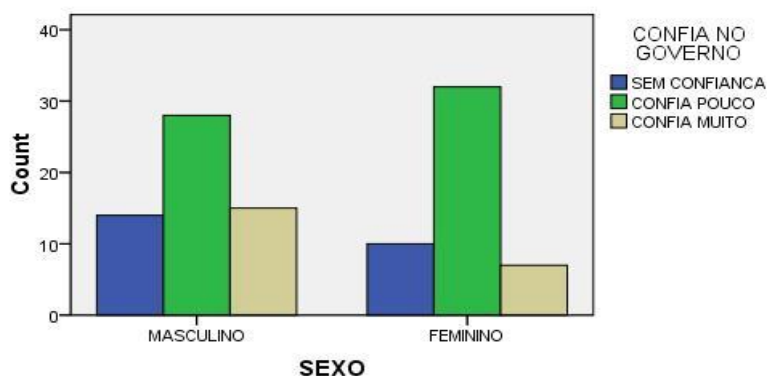
Gráfico n° 22



Fonte : tabela 22 no anexo

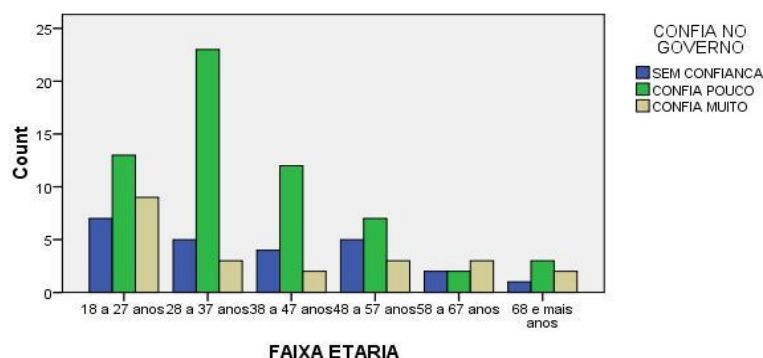
Dos 106 inquiridos no gráfico, 24 indivíduos não tem confiança no Governo, que corresponde a 22,6%, 60 confia pouco no governo que corresponde a 56,6% e 22 inquiridos confia no governo, que corresponde a 20,8% dos inquiridos.

Gráfico n° 22.1



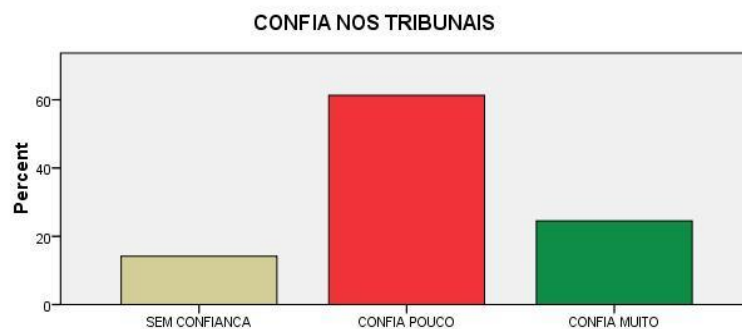
Quando cruzamos a variável confia no Governo com a variável sexo concluímos que os inquiridos do sexo Feminino confia menos no Governo do que os do sexo Masculino.

Gráfico n° 22.2



Quando cruzarmos a variável faixa etária com a variável confia no Governo; podemos concluir que a faixa etária dos 18 a 27 anos confia no Governo, enquanto as outras faixas etárias não confia no Governo.

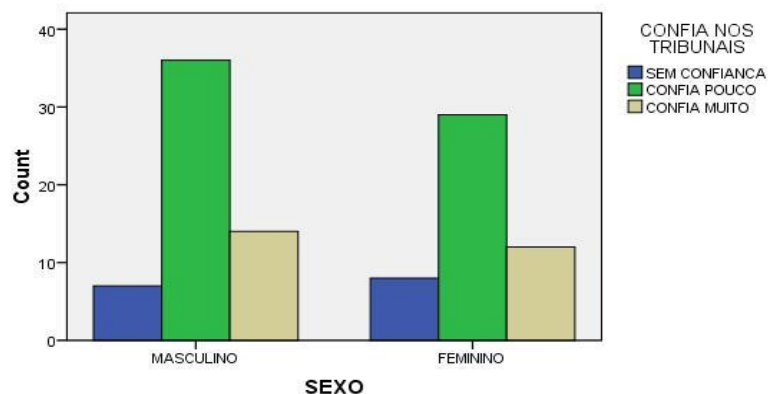
Gráfico n° 23



Fonte : tabela 23 no anexo

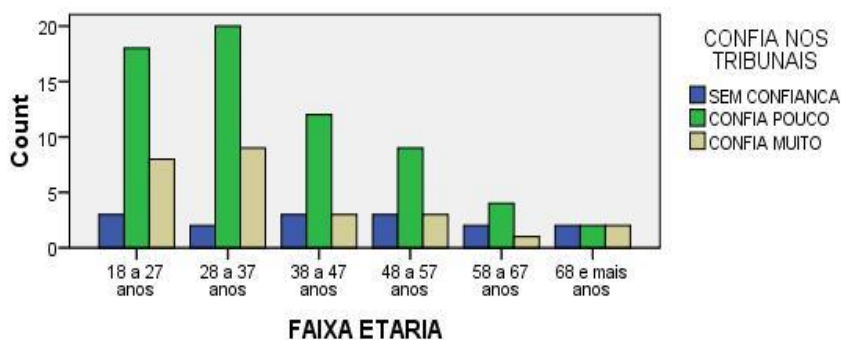
Como pode observar no gráfico, dos 106 inquiridos, 15 não confia nos tribunais, que corresponde a 14,2%, 65 confia pouco, que corresponde a 61,3% e 26 confia muito, que corresponde a 24,5%.

Gráfico n° 23.1



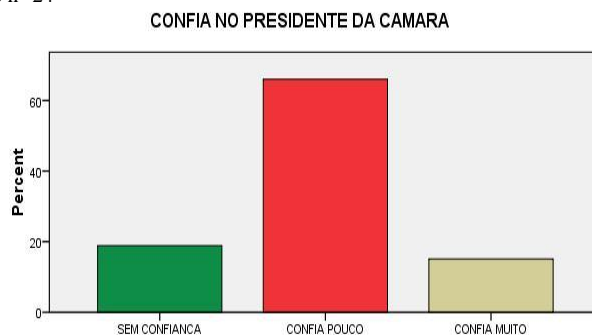
Ao cruzar o variável sexo com o variável confia nos Tribunais, constatamos que os inquiridos do sexo masculino confiam menos nos Tribunais do que os do sexo feminino.

Gráfico n° 23.2



Ao cruzar as variáveis faixa etária e confiança nos Tribunais podemos concluir que todas as faixas etárias confiam pouco no trabalho dos Tribunais.

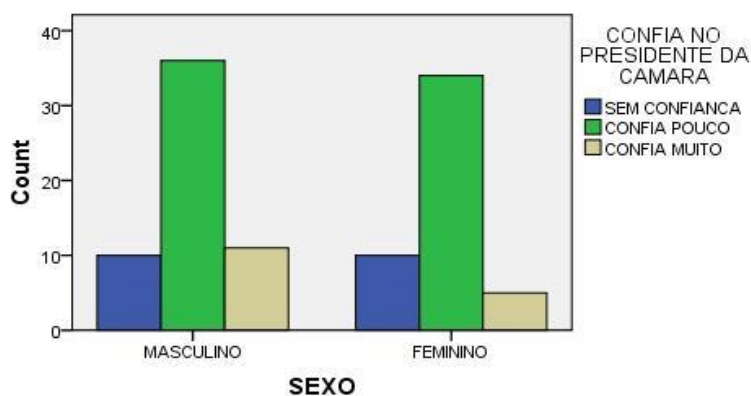
Gráfico n° 24



Fonte : tabela 24 no anexo

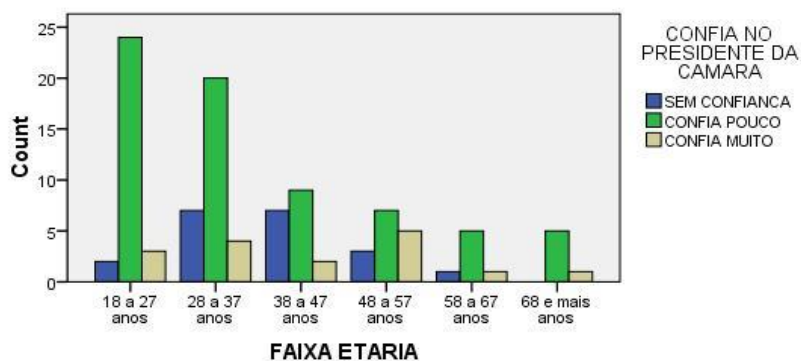
Dos 106 inquiridos no gráfico, 20 não tem confiança no Presidente da Câmara, que corresponde a 18,9%, 70 inquiridos confia pouco, que corresponde a 66%, e 16 confia muito, que corresponde a 15,1%.

Gráfico n° 24.1



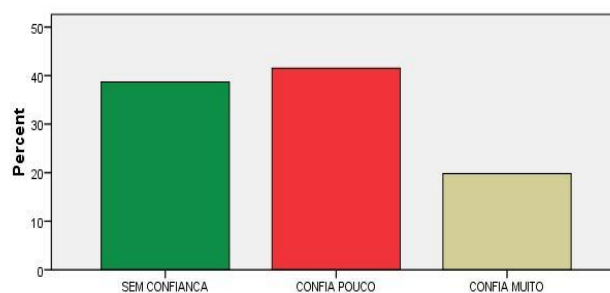
Quando cruzamos a variável confia no Presidente da Camara com a variável sexo concluimos que as mulheres confiam menos no Presidente da Camara do que os homens.

Gráfico n° 24.2



Quando cruzamos a variável confia no Presidente da Camara Municipal com a variável faixa etária podemos analisar que as faixas etárias todas confiam pouco no Presidente da Camara.

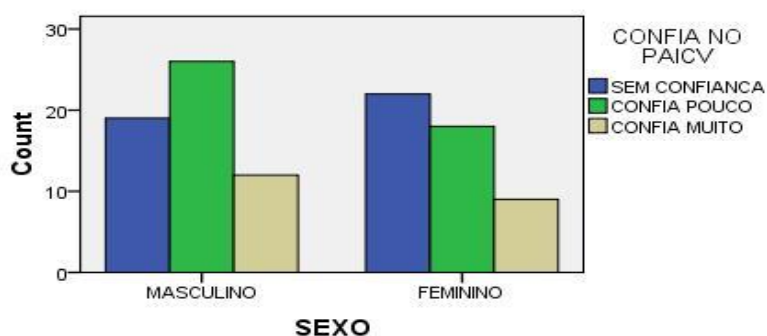
Gráfico n° 25 CONFIAR NO PAICV



Fonte : tabela 25 no anexo

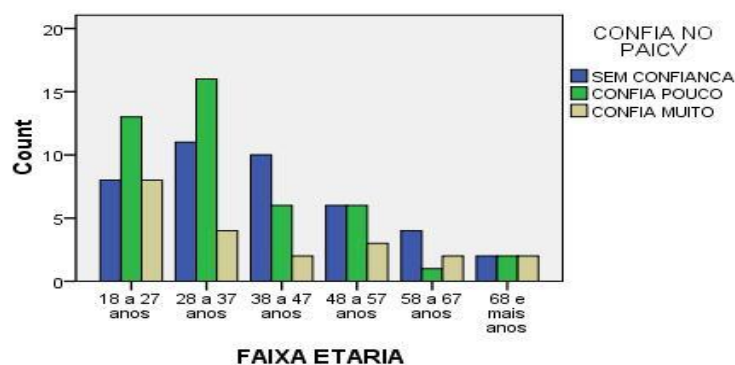
Dos 106 inquiridos no gráfico, 41 não tem confiança no PAICV, que corresponde 38,7%, 44 inquiridos que corresponde a 41,5% confia pouco, e 21 confia muito, que corresponde a 19,8%.

Gráfico n° 25.1



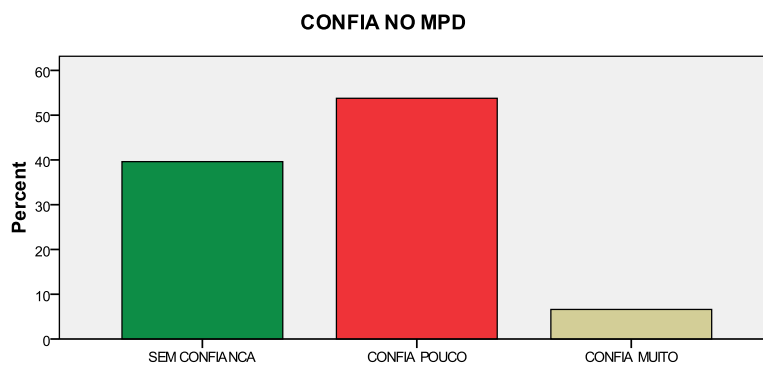
Quando cruzamos a variável sexo com a variável confia no PAICV, chegamos a conclusão que os do sexo masculino confiam menos no PAICV do que os do sexo feminino.

Gráfico n° 25.2



Quando cruzamos a variável faixa etária com a variável confia no PAICV, concluimos que na faixa etária dos 18 a 27 anos ainda os jovens confiam no PAICV e que a partir da faixa etária dos 28 a 37 anos os inquiridos começam a ficar sem confiança no PAICV.

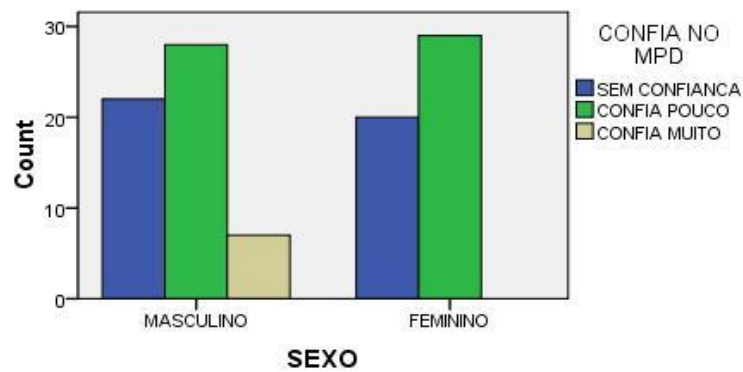
Gráfico n° 26



Fonte : tabela 28 no anexo

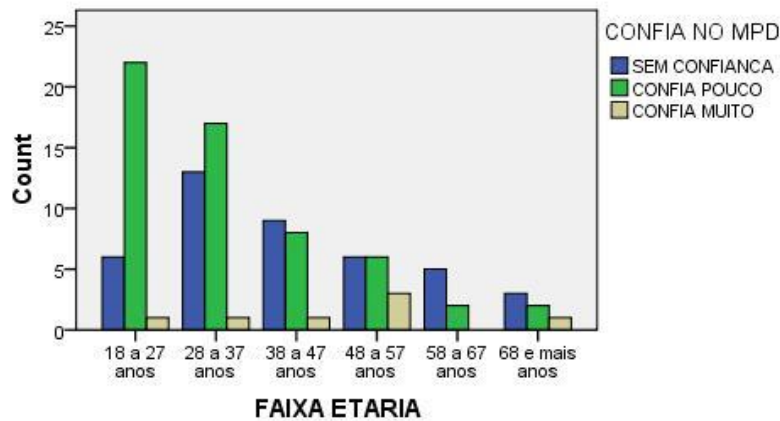
Conforme o gráfico, dos 106 inquiridos, 42 não tem confiança no MPD que corresponde a 39,6%, 57 que corresponde 53,8% confia pouco e 07 confia que corresponde a 6,6%.

Gráfico n° 26.1



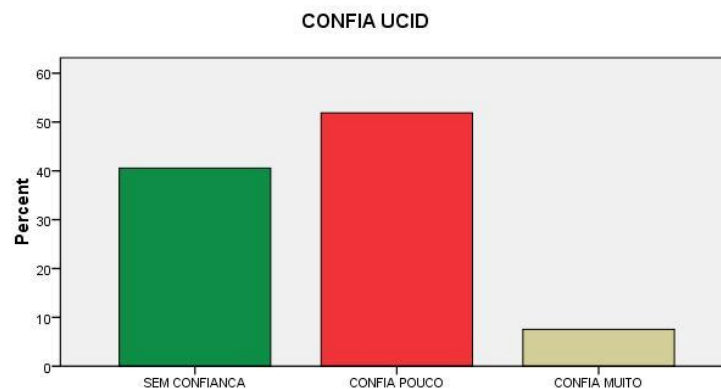
Ao cruzar a variável sexo com a variável confia no MPD, analisámos que os inquiridos do sexo feminino têm menos confiança no MPD do que os do sexo masculino.

Gráfico n° 26.2



Quando cruzamos as variáveis confiança no MPD e faixa etária, podemos concluir que as duas primeiras faixas etárias confiam pouco no MPD e que a partir da faixa etária de idade entre os 38 a 47 anos não confiam no MPD.

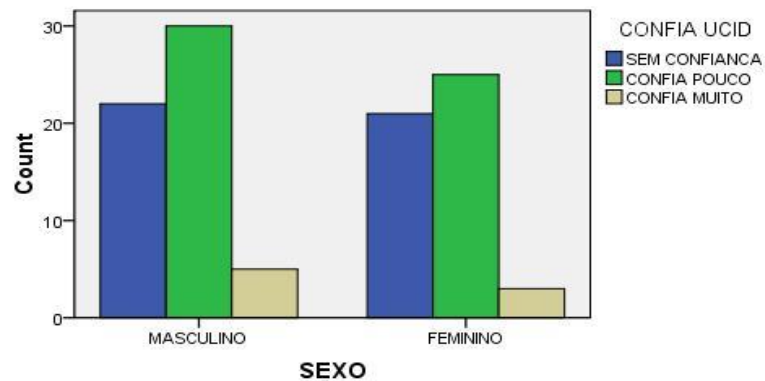
Gráfico n° 27



Fonte : tabela 27 no anexo

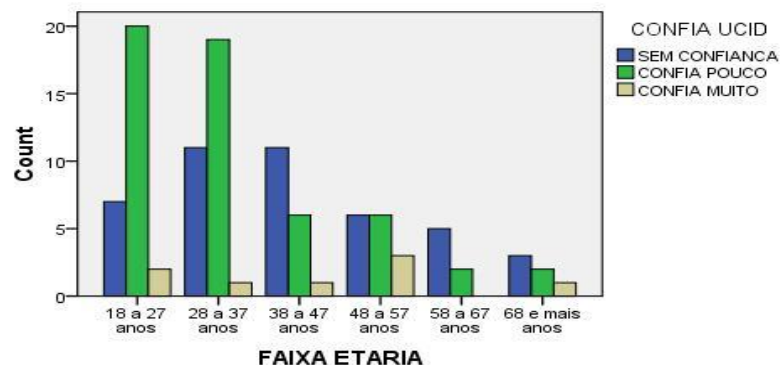
Dos 106 inquiridos, de acordo com o gráfico, 43 não tem confiança na UCID, que corresponde a 40,6%, 55 que corresponde a 51,9% confia pouco e 8 que corresponde a 7,5% confia.

Gráfico n° 27.1



Quando cruzamos a variável confia na UCID com a variável sexo, constatamos que os inquiridos do sexo masculino confia menos na UCID do que os do sexo feminino.

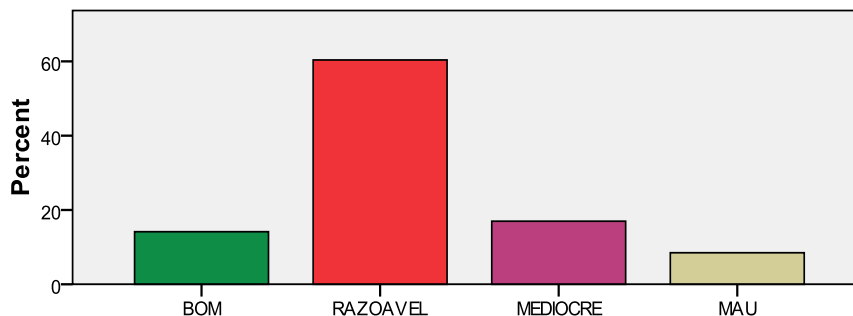
Gráfico n° 27.2



Ao cruzar as variáveis confiança no UCID e faixa etária, podemos concluir que as duas primeiras faixas etárias confiam pouco no UCID e que a partir da faixa etária de idade entre os 38 a 47 anos não confiam no UCID.

Gráfico n° 28

### COMO CARACTERIZA A QUALIDADE DOS POLITICOS EM CABO VERDE

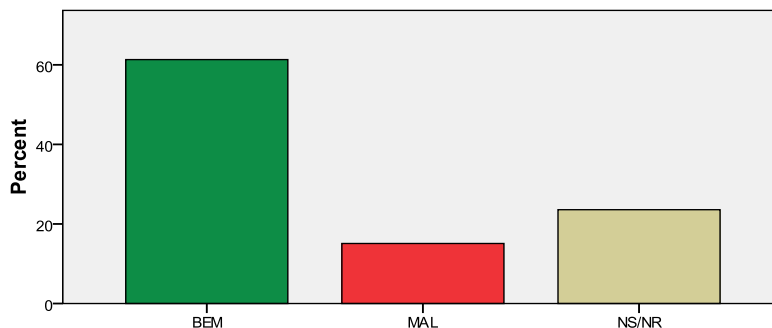


Fonte : tabela 28 no anexo

Dos 106 inquiridos de acordo com o gráfico, 14 que corresponde a 14,2% caracteriza a qualidade dos políticos sendo Bom, 64 que corresponde a 60,4% caracterizam como Razoável, 18 que corresponde a 17% caracterizam como Medíocre, e, 09 que corresponde a 8,5% caracterizam com sendo Mau.

Gráfico n° 29

### EM SUA OPINIAO O SISTEMA ELEITORAL CABO-VERDIANO FUNCIONA BEM OU MAL



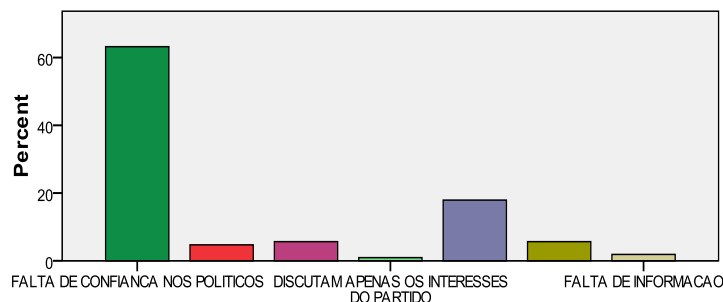
Fonte : tabela 29 no anexo

Dos 106 inquiridos, como se pode ver no gráfico, 65 é de opinião que o sistema eleitoral Cabo-Verdiano funcional Bem, que corresponde a 61,3%, 16 é de opinião que funciona Mal, que corresponde a 15%, e, 25 que corresponde a 23,6%, não souberam responder.



Gráfico n° 30

### NA SUA OPINIAO PORQUE HA UM GRANDE NUMERO DE ABSTENCAO

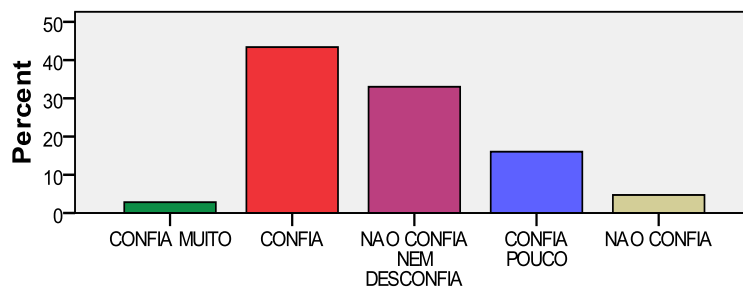


Fonte : tabela 30 no anexo

Dos 106 inquiridos de acordo com o gráfico, 67 indivíduos que corresponde a 63,2% atribuem a falta de confiança como causa da abstenção eleitoral, 5 que corresponde a 4,7% dizem ser falta de confiança das pessoas, 6 inquiridos que corresponde a 5,7% atribuem a falta de credibilidade dos políticos, 1 que corresponde a 0,9% dizem que os políticos defendem apenas os interesses dos partidos, 19 que corresponde a 17,9% dos inquiridos estão desacreditados com os políticos, 2 inquiridos, que corresponde a 1,9% acham que é devido a falta de informação, e, 6 inquiridos, que corresponde a 5,7% não souberam responder.

Gráfico n° 31

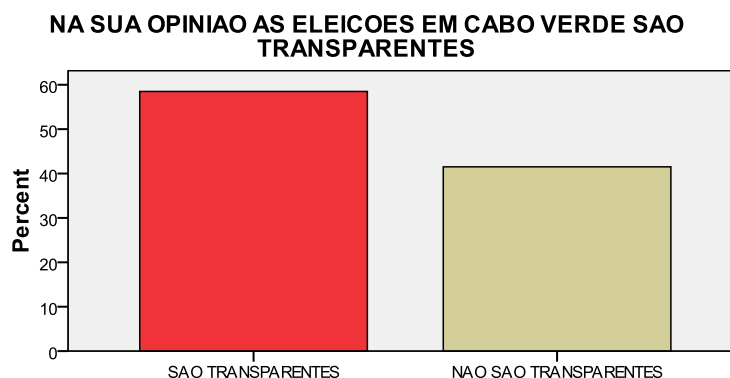
### CONFIA NA CNE



Fonte : tabela 31 no anexo

Como pode-se ver no gráfico dos 106 inquiridos 03 que corresponde a 2,8% confia muito na CNE, 46 que corresponde a 43,4% confia, 35 que corresponde a 33% dos inquiridos não confia nem desconfia, 17 inquiridos que corresponde a 16% confia pouco, e, 5 que corresponde a 4,7% dos inquiridos não confia.

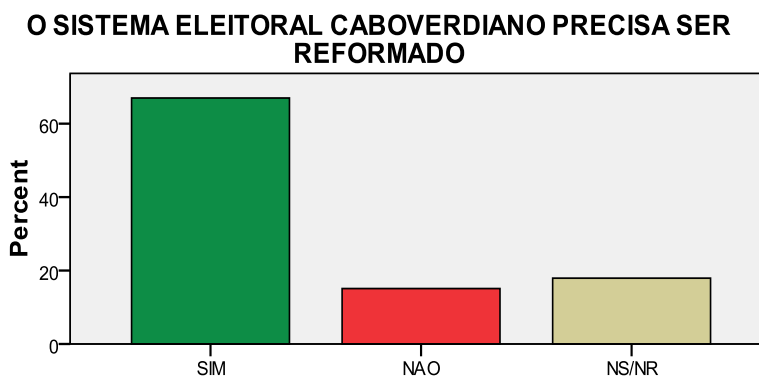
Gráfico n° 32



Fonte : tabela 32 no anexo

De acordo com o gráfico do universo de 106 inquiridos, sendo 62 que corresponde 58,5% são de opinião que as eleições em Cabo Verde são transparentes, enquanto 44 que corresponde a 41,5% dos inquiridos são de opinião que não há transparência nas eleições em Cabo verde.

Gráfico n° 33

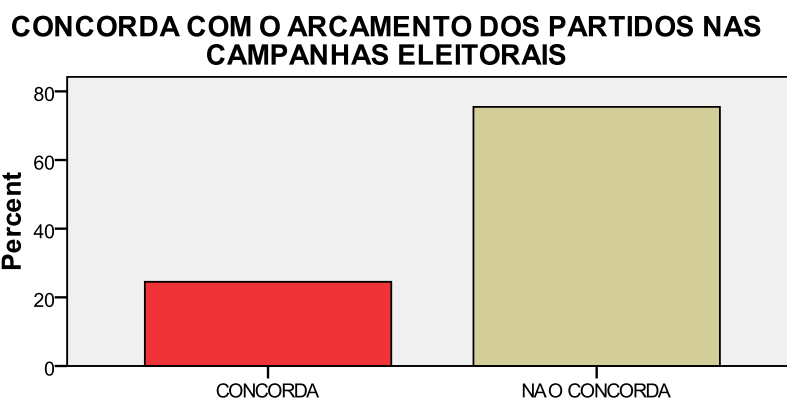


Fonte : tabela 33 no anexo

Apesar do gráfico 29 mostrar que a maioria dos inquiridos concordar com o funcionamento do Sistema Eleitoral Cabo-verdiano, mas, perguntando-os se o sistema eleitoral Cabo-verdiano precisa ser reformado, dos 106 inquiridos, 71 que corresponde a 67% são de opinião que o sistema eleitoral precisa ser reformado, 16 que corresponde a 15,1%, são de opinião que o sistema eleitoral não deve ser reformado, e, 19 dos inquiridos que corresponde a 17,9% não souberam responder.

Para Nohlen (2007), o debate sobre as reformas do sistema eleitoral consta na agenda política de muitos países da Europa Ocidental e que raramente tem trazido mudanças que impliquem a substituição de um princípio de representação por outro. Segundo o mesmo, no mapa internacional das reformas eleitorais, podemos perceber que na maioria dos países europeus nos últimos cinquenta anos, as reformas se mantiveram dentro do âmbito do princípio de representação estabelecido, procurando-se sobretudo reforçar ou diminuir o grau de proporcionalidade dos respetivos sistemas eleitorais, através da reorganização dos círculos, da alteração dos procedimentos de distribuição de mandatos ou da introdução de cláusulas- barreira (Nohlen, 2007).

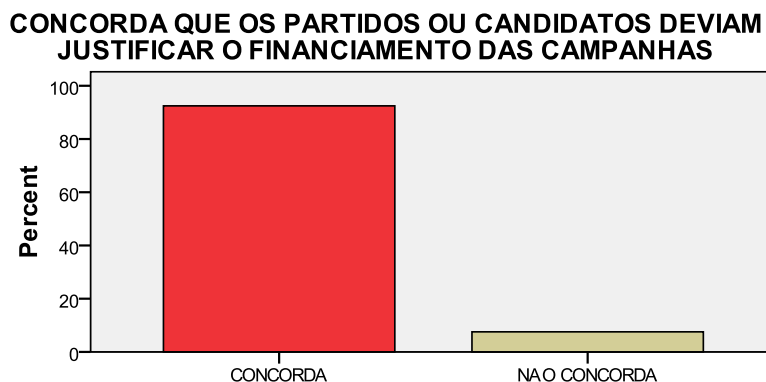
Gráfico n° 34



Fonte : tabela 34 no anexo

Dos 106 inquiridos, 26 que corresponde a 24,5% concorda com o orçamento dos partidos nas campanhas eleitorais, enquanto 80 que corresponde 75,5% dos inquiridos não concorda com o orçamento dos partidos nas campanhas.

Gráfico n° 35



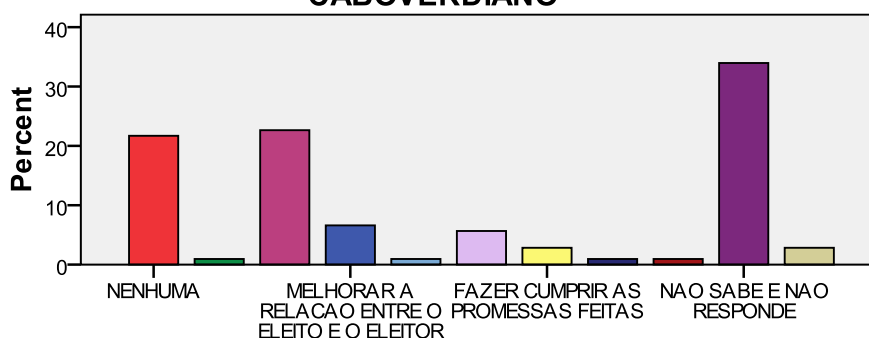
Fonte : tabela 35 no anexo

De acordo com o gráfico dos 106 inquiridos, 92 que corresponde a 92,5% concordam que os partidos ou candidatos deveriam justificar o financiamento das campanhas, e, 08 que corresponde a 7,5% dos inquiridos não concordam.

Segundo o Código eleitoral Cabo-verdiano os partidos políticos ou candidatos deve prestar contas à Comissão Nacional de Eleições no prazo de noventa dias a contar da proclamação oficial dos resultados das eleições.

Gráfico n° 36

### QUE ALTERACOES INTRODUIRIA NO SISTEMA ELEITORAL CABOVERDIANO



Fonte : tabela 36 no anexo

Dos 106 inquiridos de acordo com o gráfico, 23 que corresponde a 21,7% não introduziriam nenhuma informação no sistema eleitoral Cabo-verdiano, 1 que corresponde a 0,9% é de opinião que deveria mudar para um sistema presidencialista, 24 que corresponde a 22,6% dos inquiridos são de opinião de que o voto eletrónico deveria ser implementado em cabo verde, 7 que corresponde 6,6% são de opinião que deveria haver uma melhor relação entre eleito e eleitor, 1 que corresponde a 0,9% acham que deveria haver um sistema que combateria a compra de votos, 06 inquiridos que corresponde 5,7% pensam que deveria haver um sistema para combater a boca de urnas, 3 que corresponde 2,8% dos inquiridos acham que deveria haver um sistema que obrigasse a cumprir as promessas feitas, 1 que corresponde 0,9% pensa que todas as eleições deveriam ser feitas no mesmo dia, 1 que corresponde a 0,9% acredita que deveriam mudar a forma de eleições das autarquias, 36 que corresponde a 34% não souberam responder, e 3 que corresponde 2,8% dos inquiridos são de opinião que deveria ser implementado o voto obrigatório.

### CONCLUSÃO

Os sistemas eleitorais determinam as regras através das quais os eleitores expressam as suas preferências políticas, convertendo votos em mandatos parlamentares (no caso das eleições legislativas) ou em outros cargos políticos (no caso de eleições presidenciais, por exemplo).

Em relação à hipótese 1, “*Os sanvicentinos avaliam positivamente o sistema eleitoral cabo-verdiano*” Constatou-se que de acordo com as informações constante nos gráfico nº 34 os sanvicentinos têm uma boa perceção do sistema eleitoral Cabo-verdiano, caracterizando-o como um sistema que garante a estabilidade governativa, apenas precisa de alguns reajustes na relação entre eleito e eleitor, fazendo com que haja uma maior proximidade entre eles por forma a garantir uma melhor qualidade na representação e para garantir isso, os deputados deveriam criar gabinetes nos seus círculos eleitorais de atendimento aos eleitores por forma de melhorar a relação entre eles, e, também implementar algumas reformas no nosso sistema eleitoral, ou seja introduzir o sistema do voto eletrónico por forma a garantir uma melhor transparência, pelo que a hipótese se confirma, ainda de acordo com as informações constantes no gráfico 36 os sanvicentinos confia na Comissão Nacional de Eleições que é o órgão independente para supervisão das eleições que trabalha para a consolidação do sistema eleitoral, em prol de uma boa governação democrática em Cabo Verde.

A hipótese 2 vai no sentido de afirmar que “*os sanvicentinos confiam pouco nas instituições políticas cabo-verdianas*”, de acordo com as informações constantes nos gráficos nº 24 a 32, pelo que a hipótese se confirma.

Neste trabalho fica demonstrada que os Sanvicentinos não confiam nas instituições políticas e nem nos seus autores e segundo Pippa Norris (1999), a maior ou menor confiança nas instituições que diretamente se relacionam com o sistema político constitui uma dimensão de apoio que os cidadãos concedem ao sistema democrático.

Se tiverem em conta os dados obtidos através da amostra feita, pode-se observar que a maioria dos inquiridos dizem ter pouca ou nenhuma confiança nos partidos políticos e

seus autores. Dessas instituições políticas, o Presidente da República e os Tribunais são as únicas instituições políticas que ainda os Sanvicentinos depositam alguma confiança de acordo com os gráficos números 20 e 23.

Essa grande desconfiança social sobre os partidos políticos e os seus respetivos autores traduz num fenómeno que não pode ser ignorada, dado que, em grande medida, a democracia representativa é um ato de delegação condicional do poder por parte dos eleitores nas instituições políticas (Teixeira, 2009).

Em relação a hipótese 3, “*Como que os Sanvicentinos avaliam a qualidade da Democracia em Cabo Verde*” constatou-se que de acordo com as informações constantes no gráfico nº 19, os inquiridos a avaliam positivamente, pelo que a hipótese se confirma.

Para que um país tenha uma boa Democracia é preciso ter instituições credíveis e segundo Dahl (2001), a existência de um governo democrático a partir do século XX, requer a concretização de alguns critérios que são a base de tal regime e também os princípios mínimos para que um país possa ser considerado, assim, para haver democracia, é necessário existir: um governo; eleições livres, justas e frequentes; liberdade de imprensa; fontes de informação diversificada; autonomia para as associações; e cidadania.

Como pode-se verificar então que as três hipóteses de investigação são confirmadas pelos dados recolhidos como ficou demonstrado nos parágrafos anteriores.

Em Cabo Verde existe fatores diversos que contribuem para a permanência do conjunto de normas que regulam o processo eleitoral, porque o princípio de representação está reconhecida na Constituição da República. O que significa que a sua reforma implica a aprovação de uma maioria de 2/3 dos deputados, isso implica que o governo e os partidos de oposição têm que estar em acordo. Segundo Freire (2008), as propostas de reformas eleitorais são propostas pelos partidos no poder, no nosso caso o PAICV e o MPD, contudo raramente chegam a consenso sobre os benefícios e prejuízos quanto a esta reforma. Raramente essas reformas acontecem a partir de um processo de baixo para cima, ou seja das massas para as elites.

Continua-se a achar que o sistema eleitoral Cabo-verdiano não gera problemas de governabilidade. Seja porque o nível de proporcionalidade não é elevado. Seja porque o sistema partidário não é fragmentado, antes pelo contrário, o nível de concentração de voto nos dois maiores partidos é até semelhante ao dos regimes bipartidários associados às democracias maioritárias.

Constatou que a alta taxa de abstenção eleitoral em Cabo Verde é devido a falta de confiança que os cidadãos têm nos partidos políticos e nas instituições políticas devidos a vários motivos como a falta de credibilidade dos políticos, a falta de confiança nos partidos políticos.

A abstenção eleitoral segundo Freire e Magalhães (2002), significa abster, suprimir, privar-se de, evitar. Começou a ser usada no Direito privado, como renúncia ou não exercício de um direito ou obrigação, nomeadamente a uma herança. Depois passa para a linguagem política, querendo significar a renúncia ao exercício de direitos políticos, nomeadamente o fato de o eleitor não comparecer para votar no dia da eleição.

Em cada eleição o número oficial de indivíduos que se abstiveram é calculado a partir da diferença entre o número de inscritos no RE e o conjunto de cidadão que exercem o seu direito de voto.

Segundo os mesmos, abster-se eleitoralmente, não significa somente não votar ou não participar nas eleições, também pode significar não expressar preferência para nenhum dos concorrentes, votando em branco ou anulando o voto, que pretendam expressar desafeição ou desconfiança nos partidos políticos e seus autores.

### RECOMENDAÇÕES

- Introdução do Sistema de voto duplo

Neste sistema cada círculo eleitoral teria um círculo nacional acompanhado de um círculo regional e cada um com o seu escrutínio, utilizando todos o método D'Hondt e não serão permitidas transferências de votos entre eles, onde mantinha a opção ideológica no plano nacional, ao mesmo tempo possibilitaria uma escolha personalizada no plano regional. Mantendo Listas Fechadas e Bloqueadas ao nível nacional, mas ao nível regional manteria listas fechadas e não bloqueadas, onde aos eleitores seriam-lhes permitidos escolher não só o partido em que votam mas também o deputado, perante aos candidatos propostos. Assim, dentro de cada força política, a hierarquia será função da escolha dos eleitores e não da direção partidária como acontece.

- Os Deputados deviam criar Gabinetes de Atendimento aos Eleitores, assim eles passariam mais tempo em contacto com os eleitores e menos na Assembleia Nacional.
- A Liberdade de voto dos Deputados para as deliberações parlamentares, em vez da atual disciplina de voto. Esta disciplina aplicar-se-ia apenas quando estivesse em causa a Governabilidade do país (orçamentos, moções de censura, de confiança, etc.) e das promessas eleitorais e em todas as outras votações cada Deputado teria a sua liberdade de voto.



## ÍNDICE DE TABELAS

**Tabela nº 1**

**SEXO**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	MASCULINO	57	53,8	53,8	53,8
	FEMININO	49	46,2	46,2	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 2**

**FAIXA ETARIA**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	18 a 27 anos	29	27,4	27,4	27,4
	28 a 37 anos	31	29,2	29,2	56,6
	38 a 47 anos	18	17,0	17,0	73,6
	48 a 57 anos	15	14,2	14,2	87,7
	58 a 67 anos	7	6,6	6,6	94,3
	68 e mais anos	6	5,7	5,7	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 3**

**NATURALIDADE**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SANTO ANTAO	37	34,9	34,9	34,9
	SAO VICENTE	55	51,9	51,9	86,8
	SAL	2	1,9	1,9	88,7
	S.NICOLAU	5	4,7	4,7	93,4
	BOA VISTA	2	1,9	1,9	95,3
	FOGO	1	,9	,9	96,2
	SANTIAGO	1	,9	,9	97,2
	BRAVA	1	,9	,9	98,1
	ESTRANGEIRA	2	1,9	1,9	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 4**

**NIVEL DE ESCOLARIDADE**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SEM ESCOLARIDADE	7	6,6	6,6	6,6
	ENSINO BASICO	20	18,9	18,9	25,5
	ENSINO SECUNDARIO	58	54,7	54,7	80,2
	ENSINO SUPERIOR	21	19,8	19,8	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 5**

**LOCAL DE RESIDENCIA**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid MONTE SOSSEGO	14	13,2	13,2	13,2
RIBEIRINHA	15	14,2	14,2	27,4
MADEIRALZINHO	10	9,4	9,4	36,8
CHA DE ALECRIM	16	15,1	15,1	51,9
FONTE FRANCES	9	8,5	8,5	60,4
ESPIA	9	8,5	8,5	68,9
RIBEIRA BOTE	10	9,4	9,4	78,3
MONTE/CAMPIM/DJI D SAL	5	4,7	4,7	83,0
CIDADE	3	2,8	2,8	85,8
BELA VISTA	5	4,7	4,7	90,6
FONTE FELIPE	10	9,4	9,4	100,0
Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 6**

**TEM HABITO DE PARTICIPAR NAS ELEICOES**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	95	89,6	89,6	89,6
	NAO	11	10,4	10,4	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 7**

**EM QUE ELEICAO JA PARTICIPOU**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	LEGISLATIVAS	1	,9	,9	,9
	AUTARQUICAS	3	2,8	2,8	3,8
	PRESIDENCIAIS	2	1,9	1,9	5,7
	TODAS	89	84,0	84,0	89,6
	NENHUMA	11	10,4	10,4	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 8**

**JA PARTICIPOU EM ALGUMA REUNIAO DE CAMPANHA OU COMICIO**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	80	75,5	75,5	75,5
	NAO	26	24,5	24,5	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 9**

**ALGUMA VEZ TRABALHOU PARA UM CANDIDATO OU PARTIDO  
POLITICO**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	28	26,4	26,4	26,4
	NAO	78	73,6	73,6	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 10**

**JA TENTOU CONVENCER OUTRAS PESSOAS A VOTAR NUM  
DETERMINADO CANDIDATO OU PARTIDO POLITICO**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	36	34,0	34,0	34,0
	NAO	70	66,0	66,0	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 11**

**APROVA OU DESAPROVA A MANEIRA COMO O PM TEM DESEMPENHADO AS SUAS  
FUNÇÕES**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid APROVA FORTEMENTE	4	3,8	3,8	3,8
APROVA	34	32,1	32,1	35,8
NAO APROVA E NEM DESAPROVE	38	35,8	35,8	71,7
DESAPROVO	21	19,8	19,8	91,5
DESAPROVO FORTEMENTE	7	6,6	6,6	98,1
NS/NR	2	1,9	1,9	100,0
Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 12**

**COMO AVALIA O DESEMPENHO DOS DEPUTADOS NA ASSEMBLEIA  
NACIONAL**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid BOM	9	8,5	8,5	8,5
RAZOAVEL	63	59,4	59,4	67,9
MEDIOCRE	23	21,7	21,7	89,6
MAU	11	10,4	10,4	100,0
Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 13**

**ACHAS QUE OS DEPUTADOS DEFENDEM OS INTERESSES DO PAARTIDO OU  
DO POVO**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	DO PARTIDO	74	69,8	69,8	69,8
	DO POVO	7	6,6	6,6	76,4
	DE AMBOS	23	21,7	21,7	98,1
	NS/NR	2	1,9	1,9	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 14**

**ALGUMA VEZ FALOU COM ALGUM DEPUTADO SOBRE A SITUAÇÃO  
POLÍTICA DE CABO VERDE**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	36	34,0	34,0	34,0
	NÃO	70	66,0	66,0	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 15**

**CONHECE OS DEPUTADOS DO SEU CIRCULO ELEITORAL**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	CONHECE	70	66,0	66,0	66,0
	NAO CONHECE	36	34,0	34,0	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 16**

**CONCORDA QUE OS DEPUTADOS DEVIAM CRIAR GABINETES DE ATENDIMENTO  
AOS ELEITORES**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	CONCORDA	97	91,5	91,5	91,5
	NAO CONCORDA	5	4,7	4,7	96,2
	NS/NR	4	3,8	3,8	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 17**

**CONCORDA QUE OS DEPUTADOS DEVEM PRESTAR CONTA AOS ELEITORES**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	CONCORDA	101	95,3	95,3	95,3
	NAO CONCORDA	1	,9	,9	96,2
	NS/NR	4	3,8	3,8	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 18**

**CONFIA NO SISTEMA POLITICO EM CABO VERDE**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	CONFIA	40	37,7	37,7	37,7
	NAO CONFIA	51	48,1	48,1	85,8
	NS/NR	15	14,2	14,2	100,0
	Total	106	100,0	100,0	



**Quadro nº 19**

**COMO CARACTERIZA A QUALIDADE DA DEMOCRACIA EM CABO VERDE**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	MUITO BOM	1	,9	,9	,9
	BOM	33	31,1	31,1	32,1
	RAZOAVEL	57	53,8	53,8	85,8
	MEDIOCRE	5	4,7	4,7	90,6
	MAU	10	9,4	9,4	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 20**

**CONFIA NO PRESIDENTE DA REPUBLICA**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SEM CONFIANCA	8	7,5	7,5	7,5
	CONFIA POUCO	52	49,1	49,1	56,6
	CONFIA MUITO	46	43,4	43,4	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela n° 20.1**

**SEXO \* CONFIA NO PRESIDENTE DA REPUBLICA**

		CONFIA NO PRESIDENTE DA REPUBLICA			Total
		SEM CONFIANCA	CONFIA POUCO	CONFIA MUITO	
SEXO	MASCULINO	4	17	36	57
	FEMININO	4	35	10	49
	Total	8	52	46	106

**Tabela n° 20.2**

**FAIXA ETARIA \* CONFIA NO PRESIDENTE DA REPUBLICA**

		CONFIA NO PRESIDENTE DA REPUBLICA			Total
		SEM CONFIANCA	CONFIA POUCO	CONFIA MUITO	
FAIXA ETARIA	18 a 27 anos	2	17	10	29
	28 a 37 anos	3	14	14	31
	38 a 47 anos	1	10	7	18
	48 a 57 anos	0	8	7	15
	58 a 67 anos	1	2	4	7
	68 e mais anos	1	1	4	6
	Total	8	52	46	106

**Tabela nº 21**

**CONFIA NA ASSEMBLEIA NACIONAL**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SEM CONFIANCA	20	18,9	18,9	18,9
	CONFIA POUCO	66	62,3	62,3	81,1
	CONFIA MUITO	20	18,9	18,9	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 21.1**

**SEXO \* CONFIA NA ASSEMBLEIA NACIONAL**

		CONFIA NA ASSEMBLEIA NACIONAL			
		SEM CONFIANCA	CONFIA POUCO	CONFIA MUITO	Total
SEXO	MASCULINO	12	31	14	57
	FEMININO	8	35	6	49
	Total	20	66	20	106

**Tabela nº 21.2**

**FAIXA ETARIA \* CONFIA NA ASSEMBLEIA NACIONAL**

		CONFIA NA ASSEMBLEIA NACIONAL			
		SEM CONFIANCA	CONFIA POUCO	CONFIA MUITO	Total
FAIXA ETARIA	18 a 27 anos	4	18	7	29
	28 a 37 anos	4	22	5	31
	38 a 47 anos	5	12	1	18
	48 a 57 anos	3	8	4	15
	58 a 67 anos	2	4	1	7
	68 e mais anos	2	2	2	6
	Total	20	66	20	106

**Tabela nº 22**

CONFIA NO GOVERNO					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SEM CONFIANCA	24	22,6	22,6	22,6
	CONFIA POUCO	60	56,6	56,6	79,2
	CONFIA MUITO	22	20,8	20,8	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 22.1**

SEXO * CONFIA NO GOVERNO					
		CONFIA NO GOVERNO			
		SEM CONFIANCA	CONFIA POUCO	CONFIA MUITO	
SEXO	MASCULINO	14	28	15	57
	FEMININO	10	32	7	49
	Total	24	60	22	106

**Tabela nº 22.2**

FAIXA ETARIA * CONFIA NO GOVERNO					
		CONFIA NO GOVERNO			
		SEM CONFIANCA	CONFIA POUCO	CONFIA MUITO	
FAIXA ETARIA					Total
	18 a 27 anos	7	13	9	29
	28 a 37 anos	5	23	3	31
	38 a 47 anos	4	12	2	18
	48 a 57 anos	5	7	3	15
	58 a 67 anos	2	2	3	7
	68 e mais anos	1	3	2	6
	Total	24	60	22	106

**Tabela nº 23**

CONFIA NOS TRIBUNAIS					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SEM CONFIANCA	15	14,2	14,2	14,2
	CONFIA POUCO	65	61,3	61,3	75,5
	CONFIA MUITO	26	24,5	24,5	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 23.1**

**SEXO \* CONFIA NOS TRIBUNAIS**

		CONFIA NOS TRIBUNAIS			
		SEM CONFIANCA	CONFIA POUCO	CONFIA MUITO	Total
SEXO	MASCULINO	7	36	14	57
	FEMININO	8	29	12	49
	Total	15	65	26	106

**Tabela nº 23.2**

**FAIXA ETARIA \* CONFIA NOS TRIBUNAIS**

		CONFIA NOS TRIBUNAIS			
		SEM CONFIANCA	CONFIA POUCO	CONFIA MUITO	Total
FAIXA ETARIA	18 a 27 anos	3	18	8	29
	28 a 37 anos	2	20	9	31
	38 a 47 anos	3	12	3	18
	48 a 57 anos	3	9	3	15
	58 a 67 anos	2	4	1	7
	68 e mais anos	2	2	2	6
	Total	15	65	26	106

**Tabela nº 24**

**CONFIA NO PRESIDENTE DA CAMARA**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SEM CONFIANCA	20	18,9	18,9	18,9
	CONFIA POUCO	70	66,0	66,0	84,9
	CONFIA MUITO	16	15,1	15,1	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 24.1**

**SEXO \* CONFIA NO PRESIDENTE DA CAMARA**

		CONFIA NO PRESIDENTE DA CAMARA			
		SEM CONFIANCA	CONFIA POUCO	CONFIA MUITO	Total
SEXO	MASCULINO	10	36	11	57
	FEMININO	10	34	5	49
	Total	20	70	16	106

**Tabela nº 24.2**

**FAIXA ETARIA \* CONFIA NO PRESIDENTE DA CAMARA**

		CONFIA NO PRESIDENTE DA CAMARA			
		SEM CONFIANCA	CONFIA POUCO	CONFIA MUITO	Total
FAIXA ETARIA	18 a 27 anos	2	24	3	29
	28 a 37 anos	7	20	4	31
	38 a 47 anos	7	9	2	18
	48 a 57 anos	3	7	5	15
	58 a 67 anos	1	5	1	7
	68 e mais anos	0	5	1	6
	Total	20	70	16	106

**Tabela nº 25**

CONFIA NO PAICV					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SEM CONFIANCA	41	38,7	38,7	38,7
	CONFIA POUCO	44	41,5	41,5	80,2
	CONFIA MUITO	21	19,8	19,8	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 25.1**

SEXO * CONFIA NO PAICV					
		CONFIA NO PAICV			
		SEM CONFIANCA	CONFIA POUCO	CONFIA MUITO	
SEXO	MASCULINO	19	26	12	57
	FEMININO	22	18	9	49
	Total	41	44	21	106

**Tabela nº 25.2**

FAIXA ETARIA * CONFIA NO PAICV					
		CONFIA NO PAICV			
		SEM CONFIANCA	CONFIA POUCO	CONFIA MUITO	
FAIXA ETARIA	18 a 27 anos	8	13	8	29
	28 a 37 anos	11	16	4	31
	38 a 47 anos	10	6	2	18
	48 a 57 anos	6	6	3	15
	58 a 67 anos	4	1	2	7
	68 e mais anos	2	2	2	6
	Total	41	44	21	106

**Tabela nº 26**

CONFIA NO MPD					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SEM CONFIANCA	42	39,6	39,6	39,6
	CONFIA POUCO	57	53,8	53,8	93,4
	CONFIA MUITO	7	6,6	6,6	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 26.1**

SEXO * CONFIA NO MPD					
		CONFIA NO MPD			
		SEM CONFIANCA	CONFIA POUCO	CONFIA MUITO	
SEXO	MASCULINO	22	28	7	57
	FEMININO	20	29	0	49
	Total	42	57	7	106

**Tabela nº 26.2**

FAIXA ETARIA * CONFIA NO MPD					
		CONFIA NO MPD			
		SEM CONFIANCA	CONFIA POUCO	CONFIA MUITO	
FAIXA ETARIA	18 a 27 anos	6	22	1	29
	28 a 37 anos	13	17	1	31
	38 a 47 anos	9	8	1	18
	48 a 57 anos	6	6	3	15
	58 a 67 anos	5	2	0	7
	68 e mais anos	3	2	1	6
	Total	42	57	7	106



**Tabela nº 27**

CONFIA UCID					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SEM CONFIANCA	43	40,6	40,6	40,6
	CONFIA POUCO	55	51,9	51,9	92,5
	CONFIA MUITO	8	7,5	7,5	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 27.1**

SEXO * CONFIA UCID					
		CONFIA UCID			
		SEM CONFIANCA	CONFIA POUCO	CONFIA MUITO	
SEXO	MASCULINO	22	30	5	57
	FEMININO	21	25	3	49
	Total	43	55	8	106

**Tabela nº 27.2**

FAIXA ETARIA * CONFIA UCID					
		CONFIA UCID			
		SEM CONFIANCA	CONFIA POUCO	CONFIA MUITO	
FAIXA ETARIA					Total
	18 a 27 anos	7	20	2	29
	28 a 37 anos	11	19	1	31
	38 a 47 anos	11	6	1	18
	48 a 57 anos	6	6	3	15
	58 a 67 anos	5	2	0	7
	68 e mais anos	3	2	1	6
	Total	43	55	8	106

**Tabela nº 28**

COMO CARACTERIZA A QUALIDADE DOS POLITICOS EM CABO VERDE					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	BOM	15	14,2	14,2	14,2
	RAZOAVEL	64	60,4	60,4	74,5
	MEDIOCRE	18	17,0	17,0	91,5
	MAU	9	8,5	8,5	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 29**

EM SUA OPINIAO O SISTEMA ELEITORAL CABO-VERDIANO FUNCIONA BEM OU MAL					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	BEM	65	61,3	61,3	61,3
	MAL	16	15,1	15,1	76,4
	NS/NR	25	23,6	23,6	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 30**

**NA SUA OPINIAO PORQUE HA UM GRANDE NUMERO DE ABSTENCAO**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	FALTA DE CONFIANCA NOS POLITICOS	67	63,2	63,2	63,2
	FALTA DE INTERESSE DAS PESSOAS	5	4,7	4,7	67,9
	FALTA DE CREDIBILIDADE DOS POLITICOS	6	5,7	5,7	73,6
	DISCUTAM APENAS OS INTERESSES DO PARTIDO	1	,9	,9	74,5
	DESILUDIDO/DESACREDITADO COM OS POLITICOS	19	17,9	17,9	92,5
	NAO SABE	6	5,7	5,7	98,1
	FALTA DE INFORMACAO	2	1,9	1,9	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 31**

**CONFIA NA CNE**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	CONFIA MUITO	3	2,8	2,8	2,8
	CONFIA	46	43,4	43,4	46,2
	NAO CONFIA NEM DESCONFIA	35	33,0	33,0	79,2
	CONFIA POUCO	17	16,0	16,0	95,3
	NAO CONFIA	5	4,7	4,7	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 32**

**NA SUA OPINIAO AS ELEICOES EM CABO VERDE SAO TRANSPARENTES**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SAO TRANSPARENTES	62	58,5	58,5	58,5
	NAO SAO TRANSPARENTES	44	41,5	41,5	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 33**

**O SISTEMA ELEITORAL CABOVERDIANO PRECISA SER REFORMADO**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	71	67,0	67,0	67,0
	NAO	16	15,1	15,1	82,1
	NS/NR	19	17,9	17,9	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 34**

**CONCORDA COM O ARCAMENTO DOS PARTIDOS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	CONCORDA	26	24,5	24,5	24,5
	NAO CONCORDA	80	75,5	75,5	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 35**

**CONCORDA QUE OS PARTIDOS OU CANDIDATOS DEVIAM JUSTIFICAR O FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	CONCORDA	98	92,5	92,5	92,5
	NAO CONCORDA	8	7,5	7,5	100,0
	Total	106	100,0	100,0	

**Tabela nº 36**

QUE ALTERACOES INTRODUIRIA NO SISTEMA ELEITORAL CABOVERDIANO				
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid NENHUMA	23	21,7	21,7	21,7
MUDAR PARA O SISTEMA PRESIDENCIALISTA	1	,9	,9	22,6
VOTO ELECTRONICO	24	22,6	22,6	45,3
MELHORAR A RELACAO ENTRE O ELEITO E O ELEITOR	7	6,6	6,6	51,9
COMBATER A COMPRA DE VOTOS	1	,9	,9	52,8
ACABAR COM A BOCA DE URNA	6	5,7	5,7	58,5
FAZER CUMPRIR AS PROMESSAS FEITAS	3	2,8	2,8	61,3
TODAS AS ELEICOES DEVIAM SER FEITAS NO MESMO DIA	1	,9	,9	62,3
MUDAR A FORMA DE ELEICAO PARA AS AUTARQUICAS	1	,9	,9	63,2
NAO SABE E NAO RESPONDE	36	34,0	34,0	97,2
VOTO OBRIGATORIO	3	2,8	2,8	100,0
Total	106	100,0	100,0	

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1

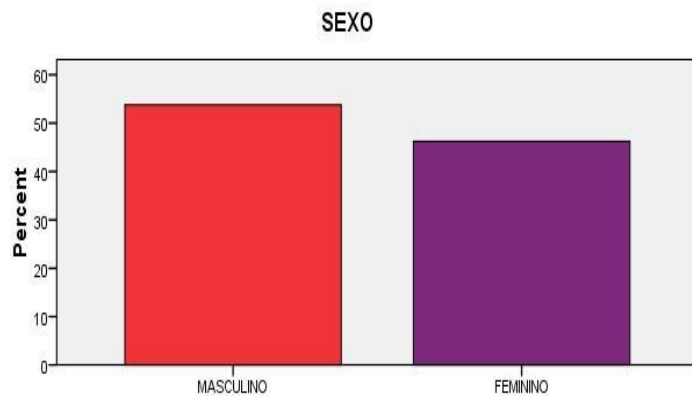


Gráfico nº 2

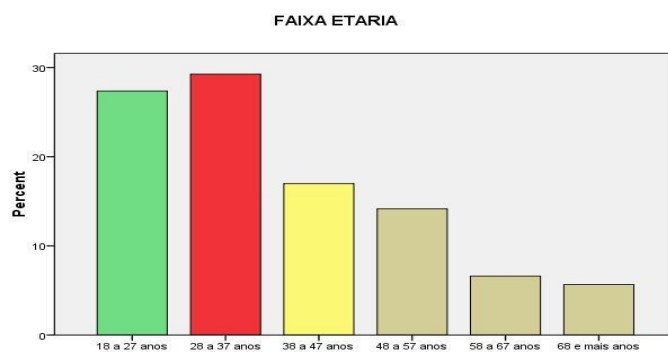
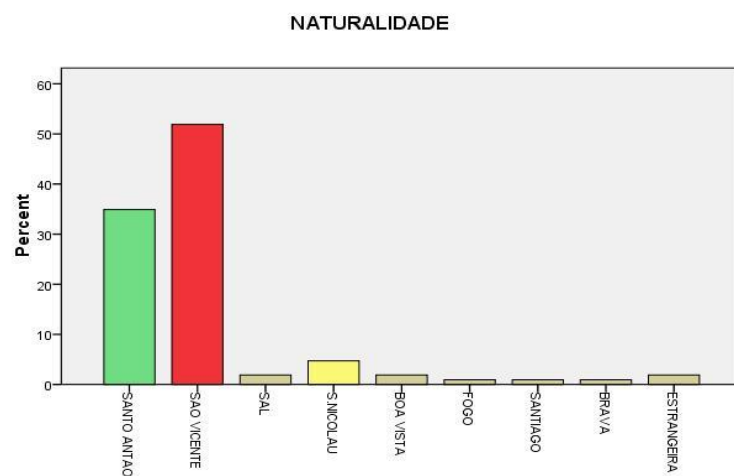
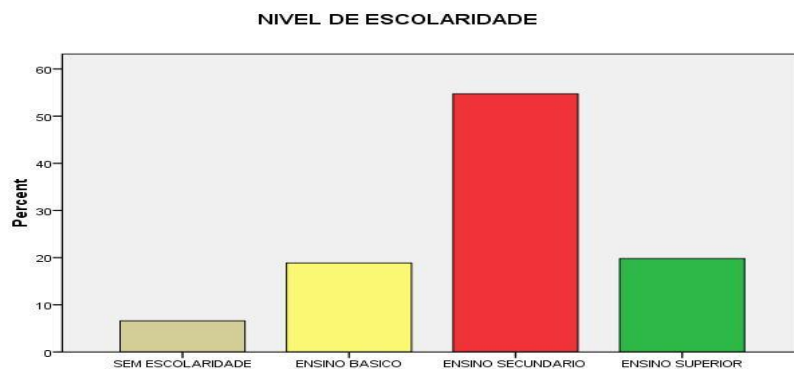


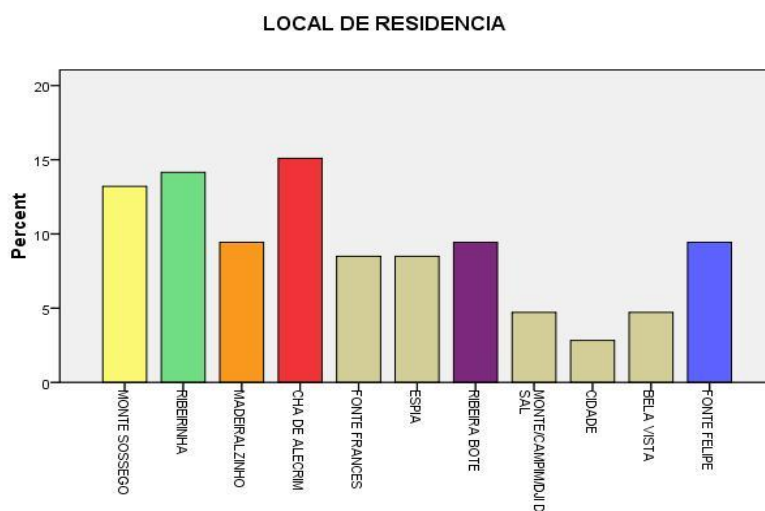
Gráfico nº 3



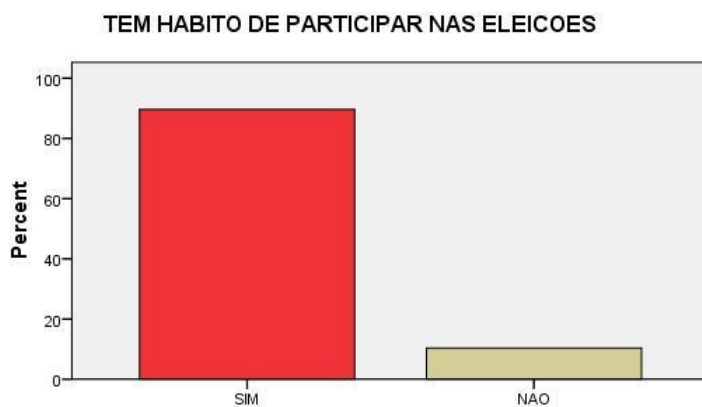
**Gráfico nº 4**



**Gráfico nº 5**



**Gráfico nº6**



**Gráfico nº 7**



**Gráfico nº8**



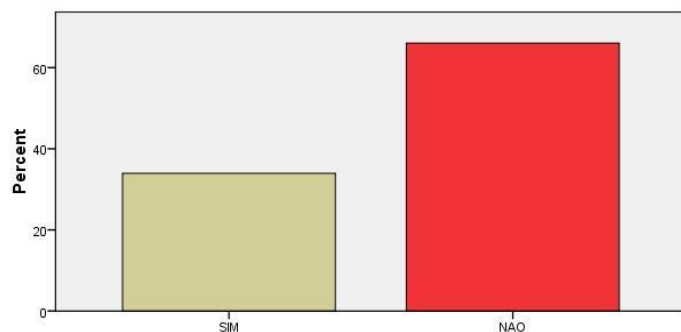
**Gráfico nº9**





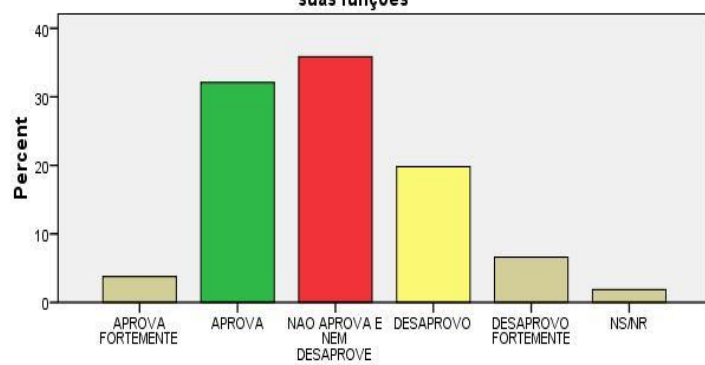
**Gráfico nº10**

JÁ TENTOU CONVENCER OUTRAS PESSOAS A VOTAR NUM DETERMINADO CANDIDATO OU PARTIDO POLÍTICO



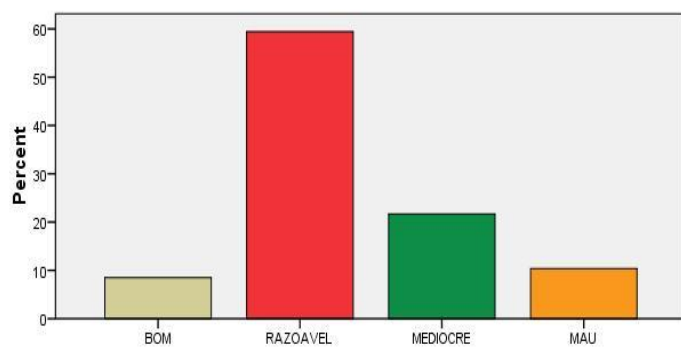
**Gráfico nº11**

Aprova ou desaprova a maneira como o Primeiro Ministro tem desempenhado as suas funções

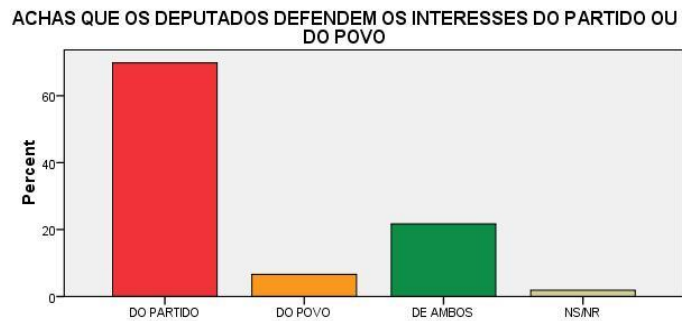


**Gráfico nº12**

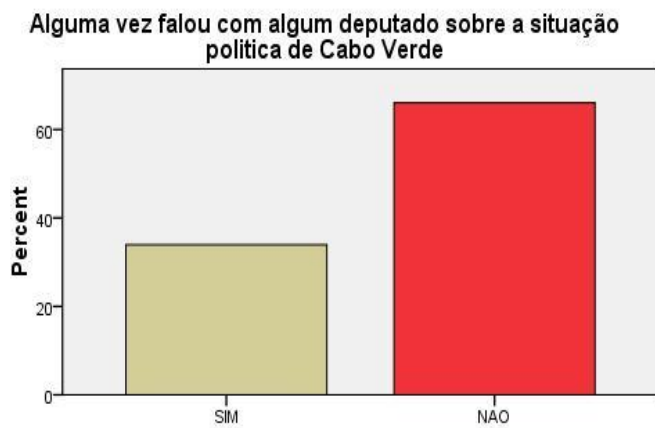
COMO AVALIA O DESEMPENHO DOS DEPUTADOS NA ASSEMBLEIA NACIONAL



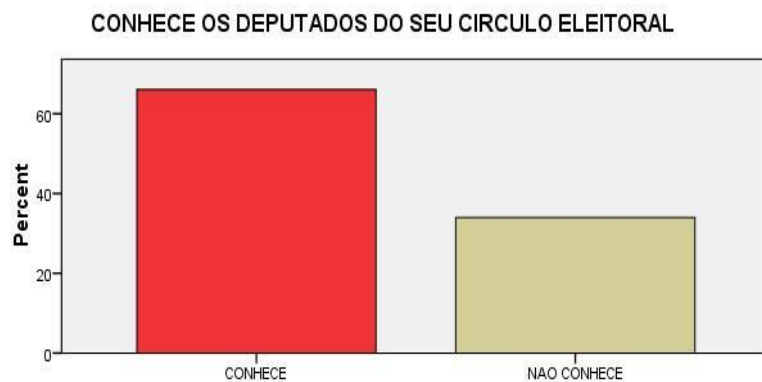
**Gráfico nº13**



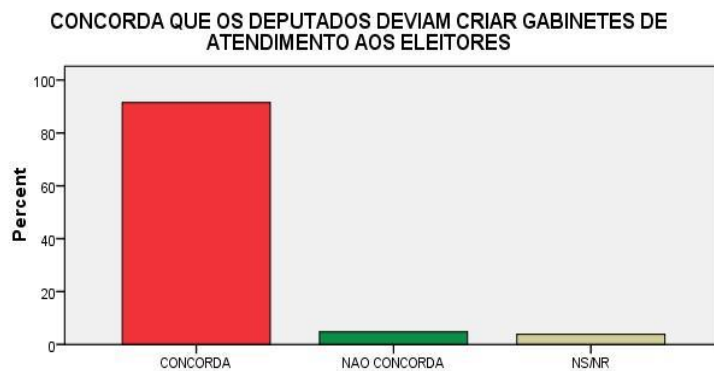
**Gráfico nº14**



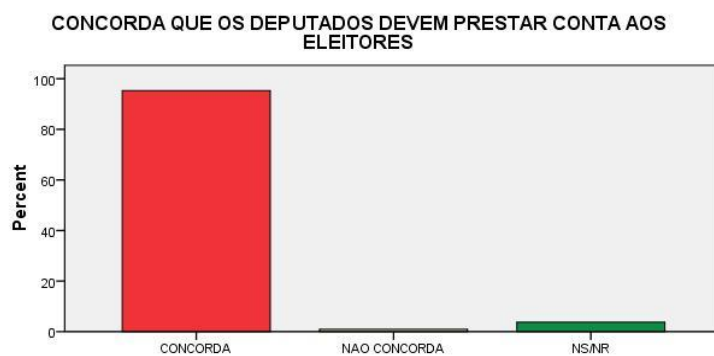
**Gráfico nº15**



**Gráfico nº16**



**Gráfico nº17**



**Gráfico nº18**

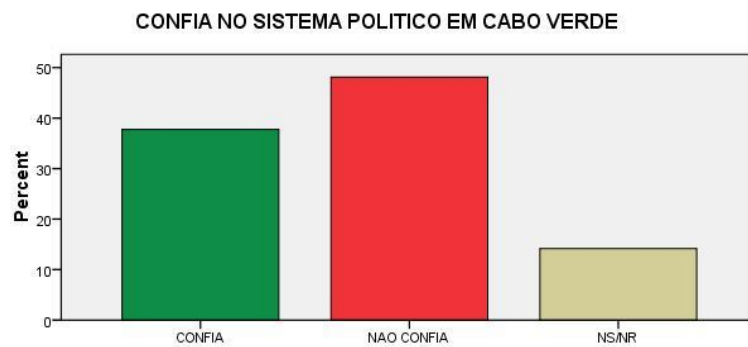


Gráfico nº19

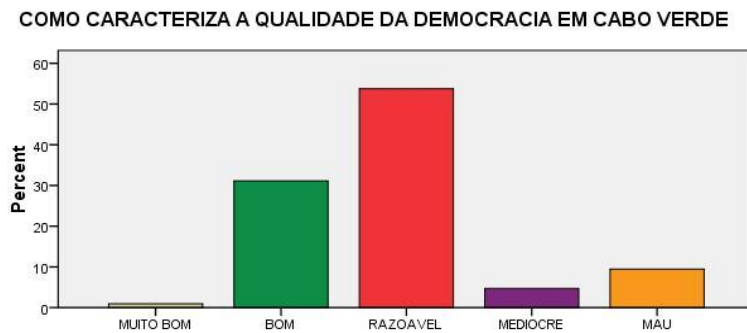


Gráfico nº 20

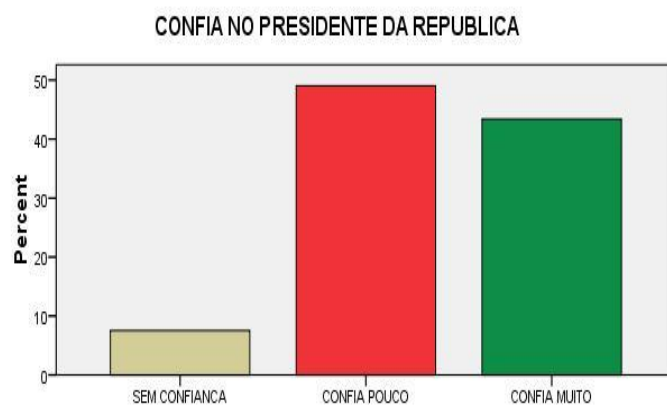


Gráfico nº 20.1

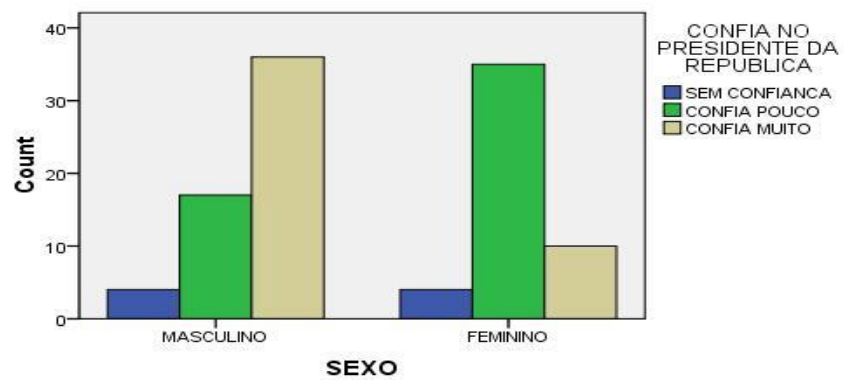


Gráfico nº 20.2

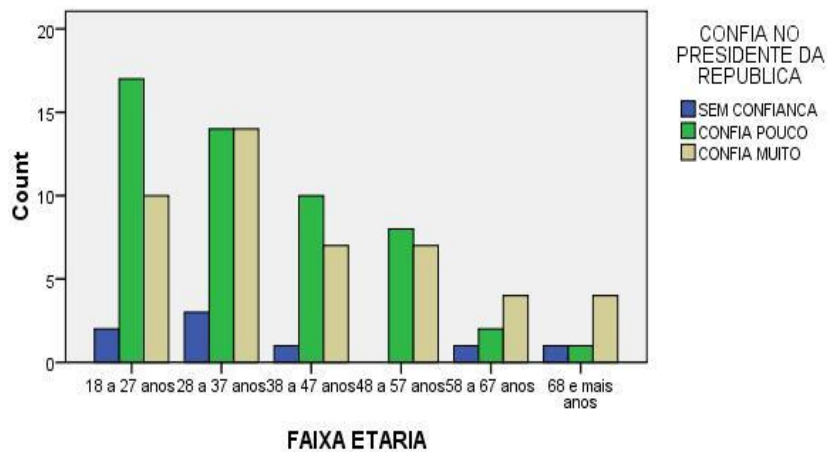


Gráfico nº 21



Gráfico nº 21.1

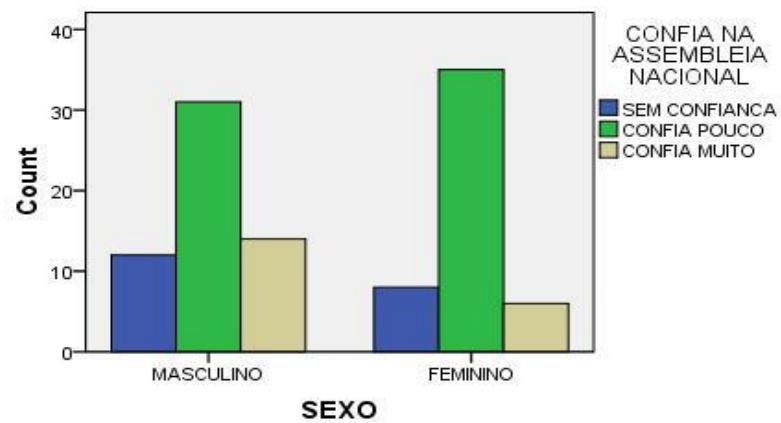


Gráfico nº 21.2

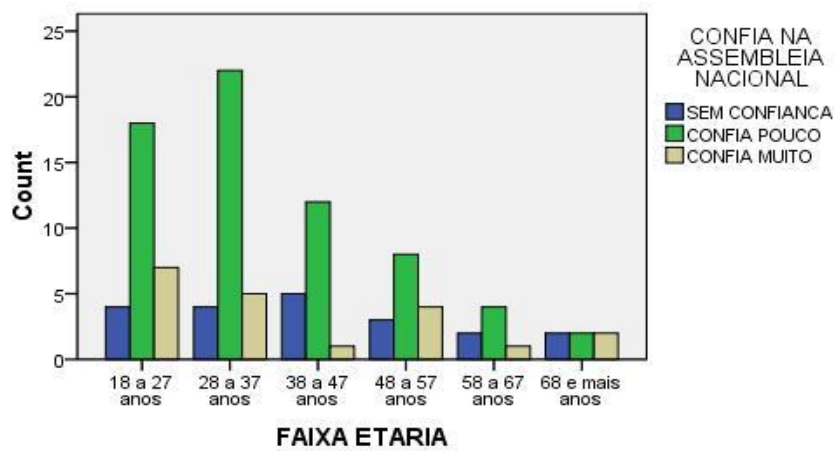


Gráfico nº 22

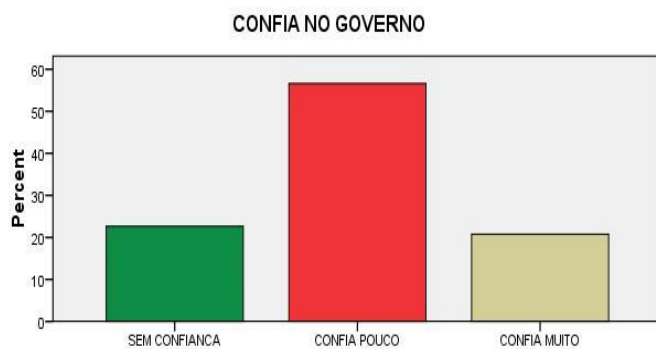


Gráfico nº 22.1

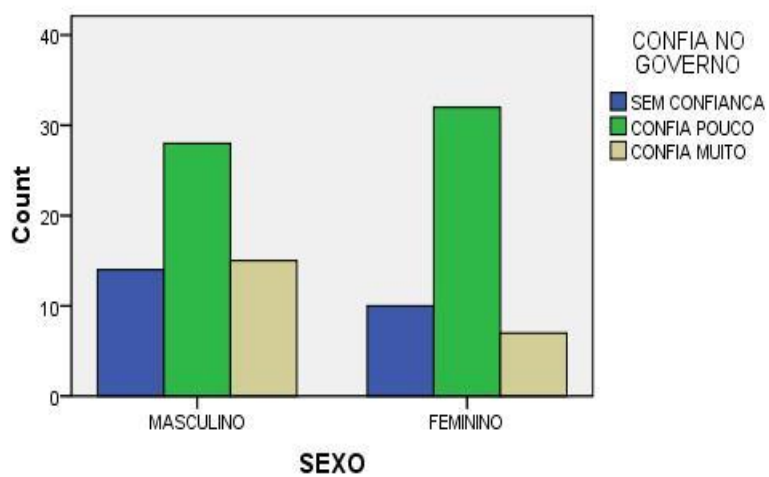


Gráfico n° 22.2

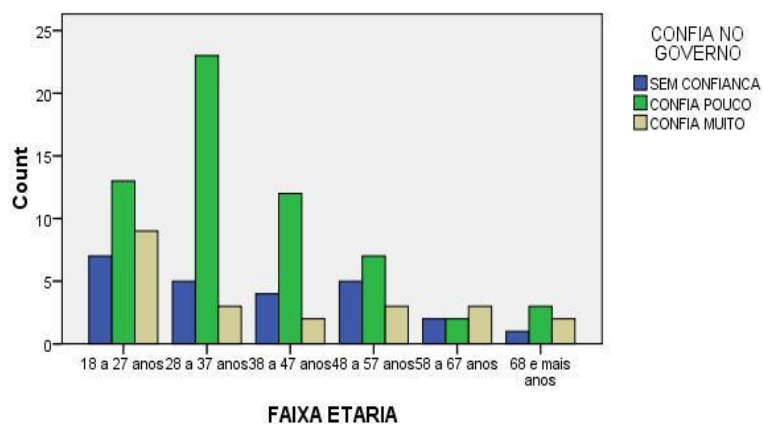


Gráfico n° 23

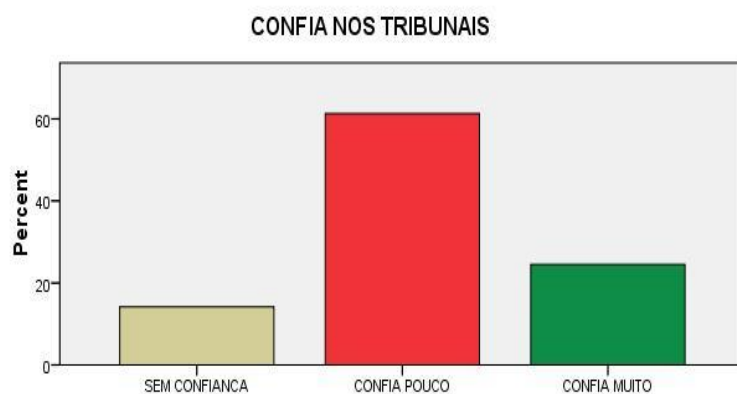


Gráfico n° 23.1

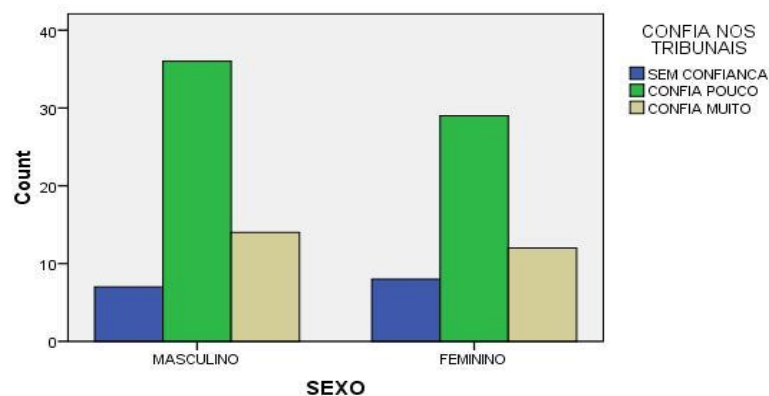


Gráfico n° 23.2

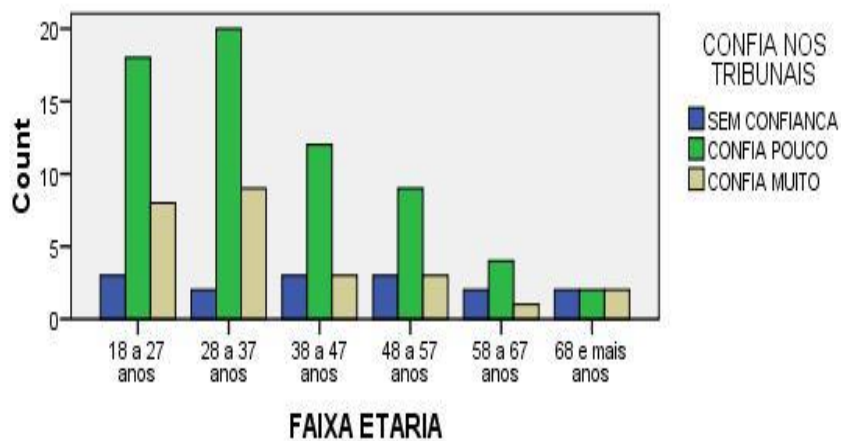


Gráfico n° 24

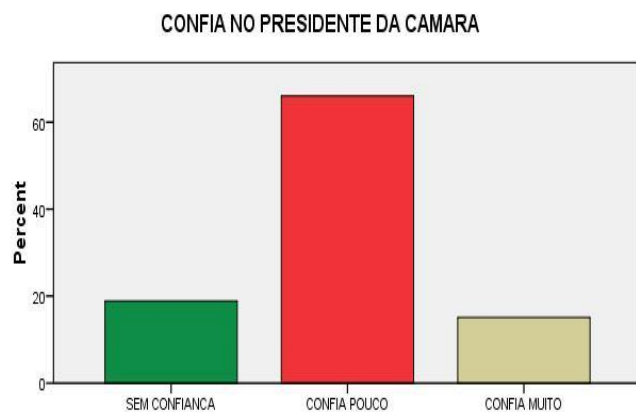


Gráfico n° 24.1

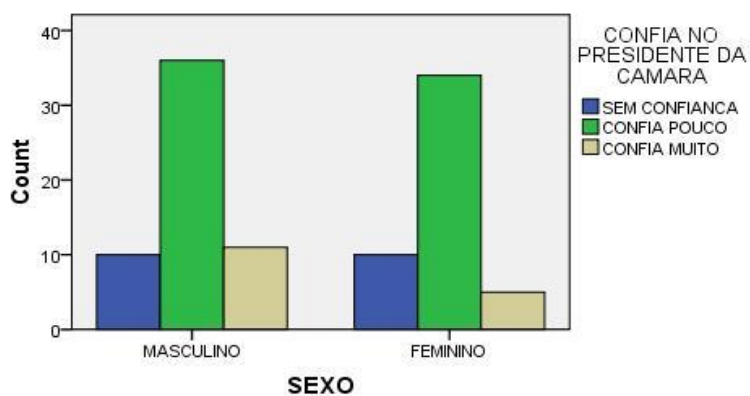




Gráfico nº 24.2

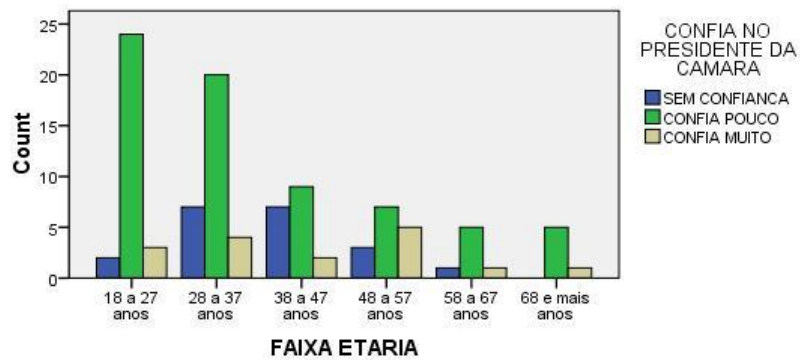


Gráfico nº 25

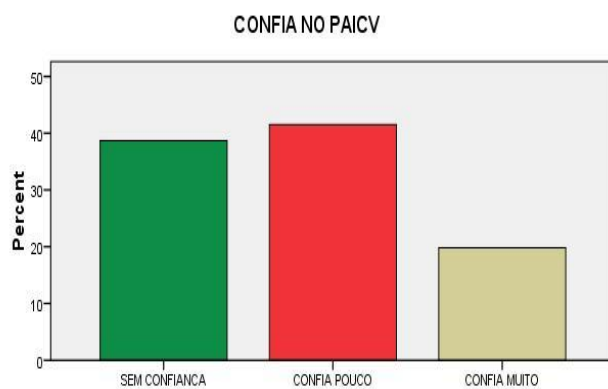


Gráfico nº 25.1

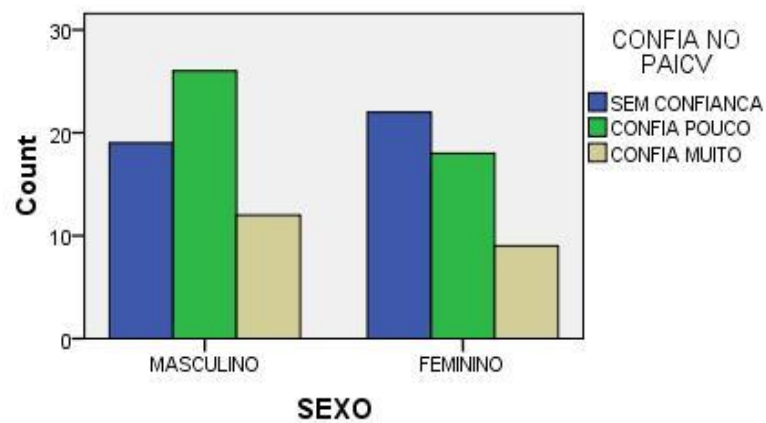


Gráfico nº 25.2

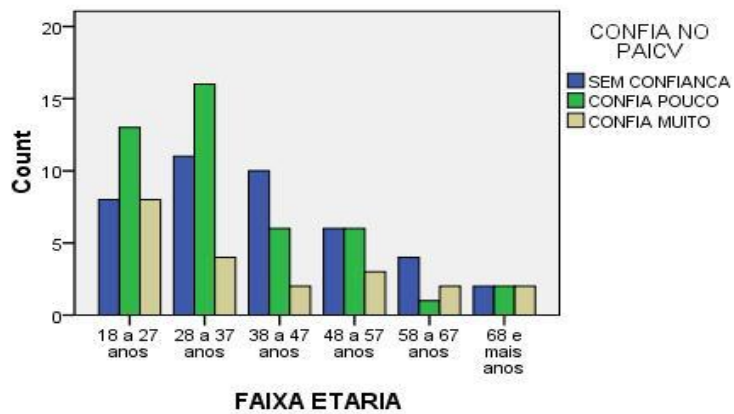


Gráfico nº 26

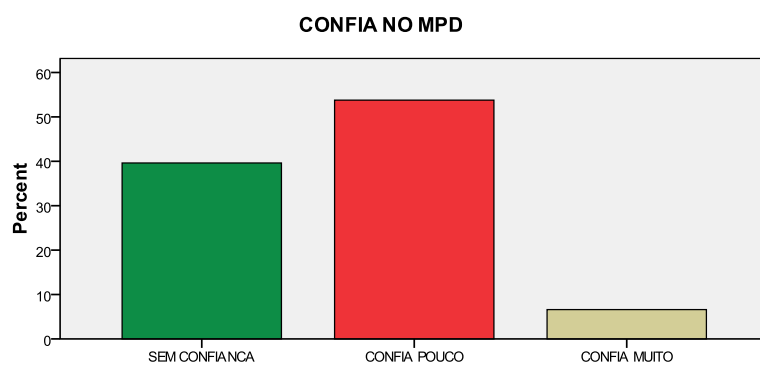


Gráfico nº 26.1

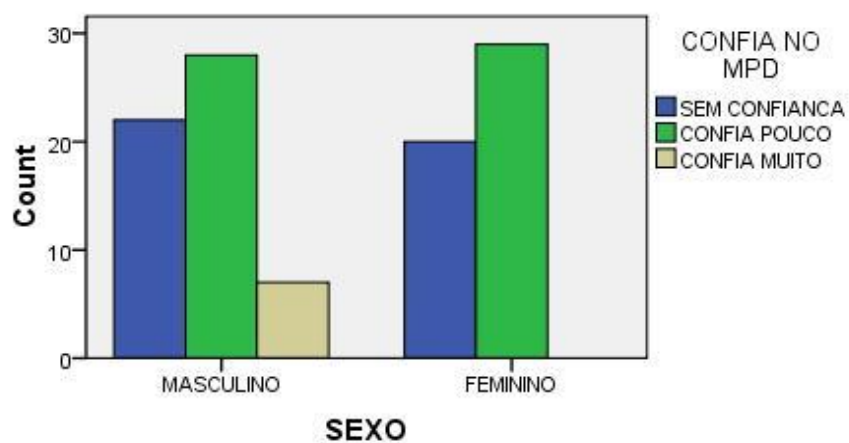


Gráfico nº 26.2

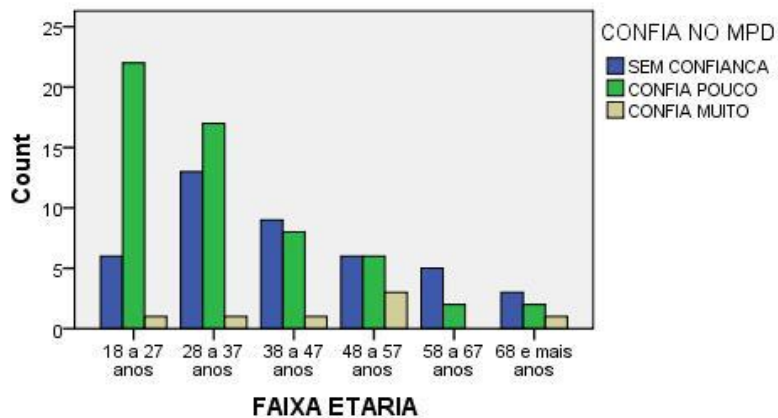


Gráfico nº 27

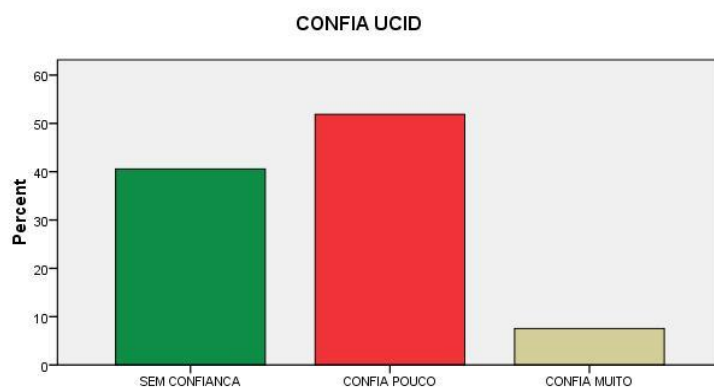


Gráfico nº 27.1

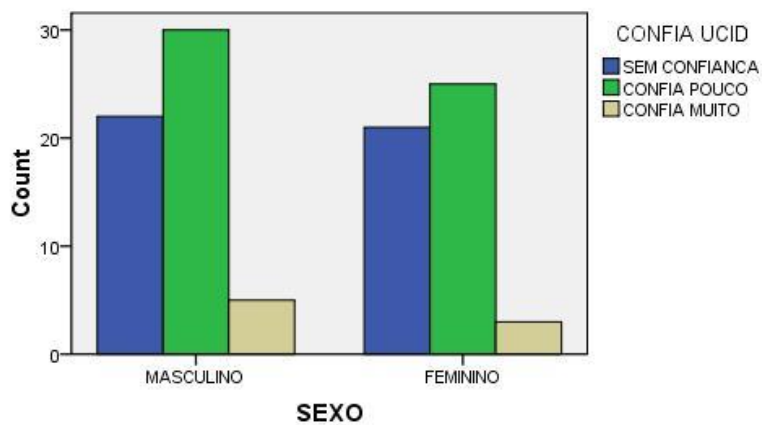


Gráfico nº 27.2

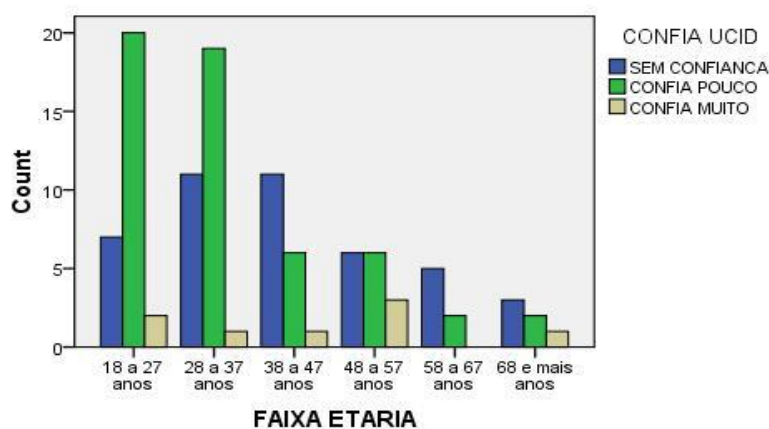


Gráfico nº 28

COMO CARACTERIZA A QUALIDADE DOS POLITICOS EM CABO VERDE

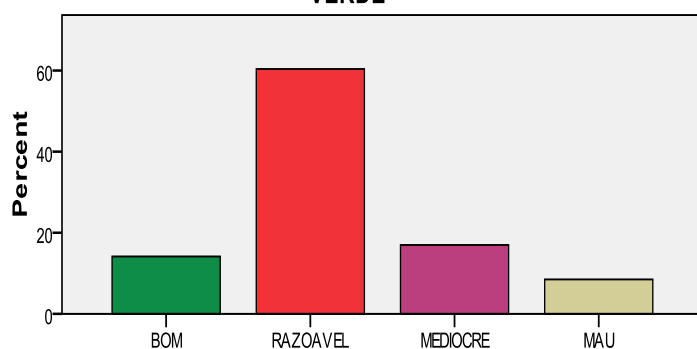


Gráfico nº 29

EM SUA OPINIAO O SISTEMA ELEITORAL CABO-VERDIANO FUNCIONA BEM OU MAL

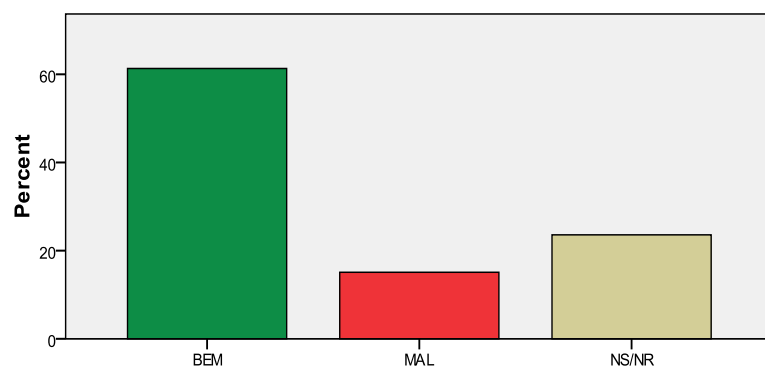


Gráfico nº 30

NA SUA OPINIAO PORQUE HA UM GRANDE NUMERO DE ABSTENCAO

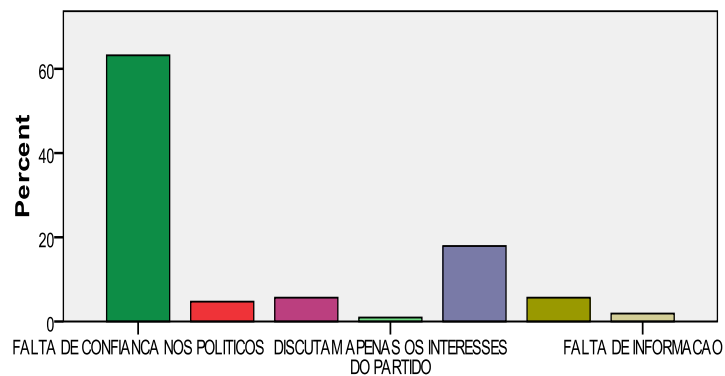


Gráfico nº31

CONFIA NA CNE

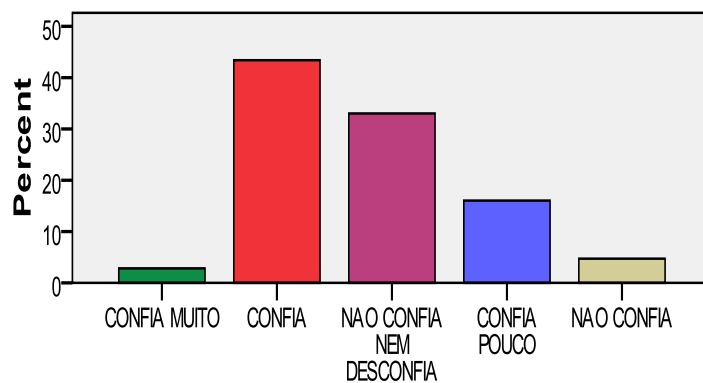
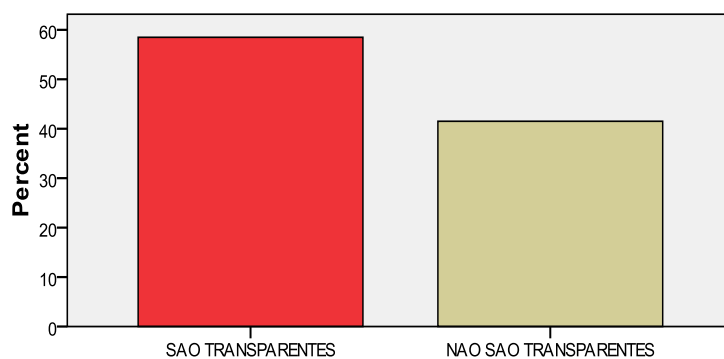
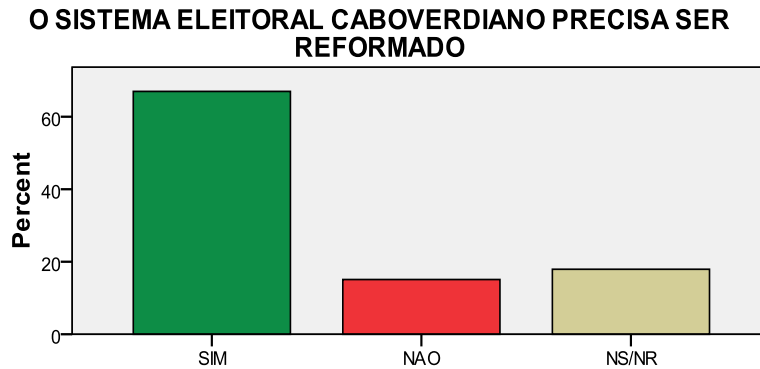


Gráfico nº32

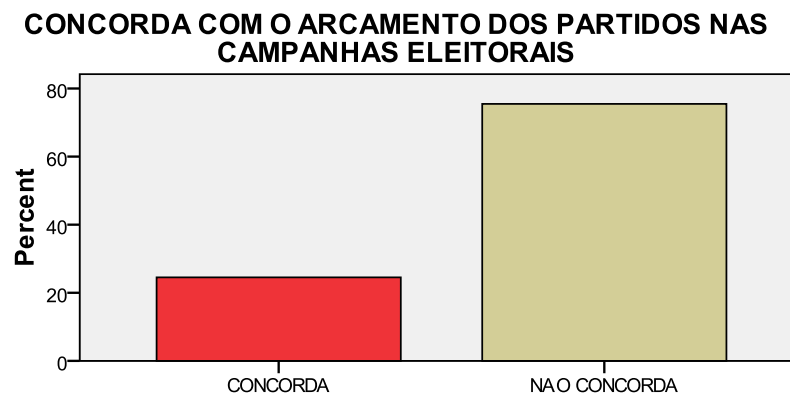
NA SUA OPINIAO AS ELEICOES EM CABO VERDE SAO TRANSPARENTES



**Gráfico nº33**



**Gráfico nº 34**



**Gráfico nº 35**

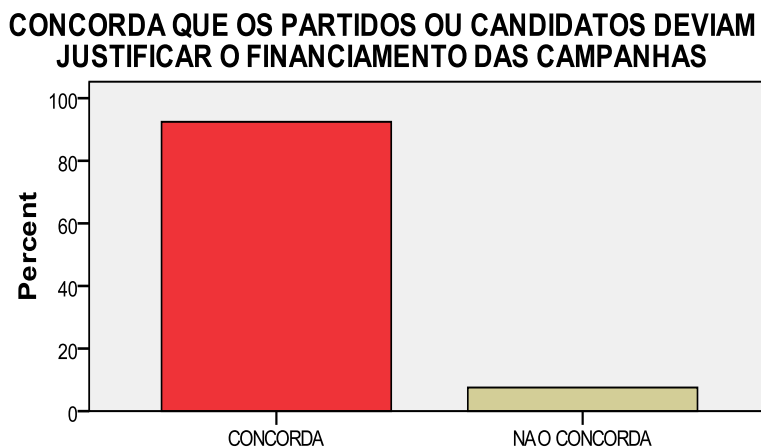
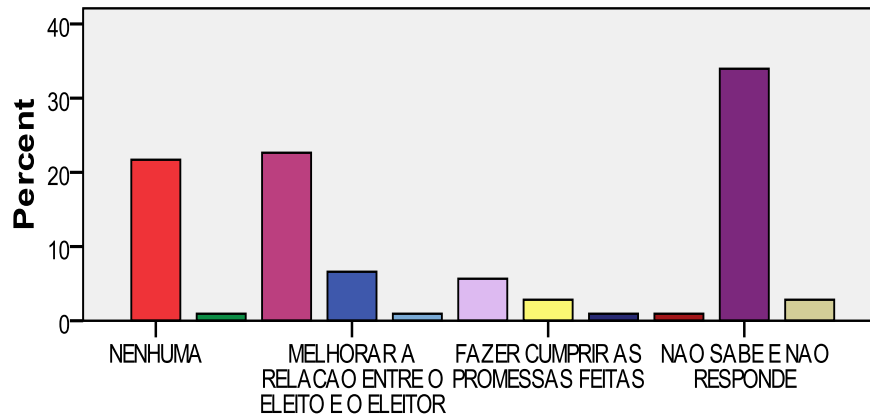


Gráfico nº36

**QUE ALTERACOES INTRODUIRIA NO SISTEMA ELEITORAL  
CABOVERDIANO**



## BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, N. (2000). *Teoria Geral da Política*, Rio de Janeiro: Elsevier Editora.

Código eleitoral cabo-verdiano, Lei nº 56/VII/2010, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Suplemento, I Série Nº 9, 09 de Março de 2010.

Constituição da Republica de Cabo Verde, 2ª Revisão ordinária, in Boletim Oficial de Cabo Verde, Suplemento, I Série Nº 17 de 03 de Maio de 2010 (Retificado pelo BO nº 28 de 26 de Julho de 2010, I Série)

COLOMER, Josep M. (2005), “*It’s parties that choose electoral systems (or Duverger’s laws upside down)*”, Political Studies, Nº53.

COTTERET, Jean-Marie e EMERI, Claude, (1975). Os Sistemas Eleitorais, Livros do Brasil, Lisboa.

CRUZ, M, Braga. (1995). *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Venda Nova: Bertrand.

DAHL, R. (1966). *Political Oppositions in Western Democracies*, New Haven, Yale University Press.

DUVERGER, M. (1951). *Os Partidos Políticos*, Rio de Janeiro, Guanabara.

ÉVORA, R. (2004). *Cabo Verde a abertura Política e a Transição para a Democracia em Cabo Verde*. Praia, Spleen editora.

FARRELL, D. (1997), *Comparing Electoral Systems*, London, Prentice Hall.

FARREL, D. (2001), *Electoral Systems. A comparative introduction*, New York, Palgrave.



FERNANDES, A. (2008), *Introdução à Ciência Política: teorias, métodos e temáticas*. Portugal, Porto Editora.

FREIRE, A. e MAGALHÃES, P. (2002). *A abstenção Eleitoral em Portugal*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

FREIRE, A. MEIRINHO, M. e MOREIRA, D. (2008). *Para uma melhoria da representação política. A reforma do sistema eleitoral*, Lisboa, Sextante Editora.

LIJPHART, A. (1999). *Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries*, Yale University Press.

LOPES, F. e FREIRE, A. (2002). *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais*. Oeiras, Celta editora.

MARTINS, M. (2004). *Participação Política e Democracia – O Caso Português (1976 – 2000)*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Universidade técnica de lisboa).

MARTINS, M. (2008), *Representação política eleições e sistemas eleitorais: uma introdução*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

NOHLEN, D. (2007), *Os sistemas eleitorais: o contexto faz a diferença*, Lisboa, Livros Horizonte.

NORRIS, P. (1997). “*Choosing Electoral Systems: Proportional, Majoritarian and Mixed Systems*”, in *International Political Science Review*, Vol. 18, N.º 3.

NORRIS, P. (1999). *Critical Citizens: Global support for Democratic Government*, Oxford, Oxford University Press.

PASQUINO, G. (2010), *Curso de Ciência Política*, 2ª edição, Revista e Atualizada.

TAAGEPERA, R. e SHUGART, M. (1989), *Seats and Votes*, New Haven, Yale University Press.

TEIXEIRA, M. (2009), *O Povo Semi-Soberano: Partidos Políticos e Recrutamento Parlamentar em Portugal (1990-2003)*. Edições Almeida, SA.

Varela, Bartolomeu (2011). *Notas sobre o sistema eleitoral Cabo-verdiano e o papel da comunicação social no âmbito das eleições*. [Em linha].

Disponível em «[http://www.academia.edu/769540/O\\_Sistema\\_Eleitoral\\_Cabo-verdiano\\_e\\_o\\_papel\\_da\\_Comunicacao\\_Social\\_no\\_ambito\\_das\\_Eleicoes](http://www.academia.edu/769540/O_Sistema_Eleitoral_Cabo-verdiano_e_o_papel_da_Comunicacao_Social_no_ambito_das_Eleicoes)» [Consultado em 15/05/2014].

VIEGAS, J, M., e FARIA, S. (2004). *A abstenção nas eleições legislativas de 2002*, in A. Freire, M. C. Lobo e P. Magalhães (eds.), *Portugal a Votos. As Eleições Legislativas de 2002*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

**Anexo – Questionário**

SISTEMA ELEITORAL CABO-VERDIANO – QUESTIONARIO Nº \_\_\_\_\_

A1 – Sexo?

- 1- Masculino
- 2- Feminino

A2 – Idade?

\_\_\_\_\_ anos

A3 – Naturalidade?

- 1- Santo Antão
- 2- São Vicente
- 3- Sal
- 4- S. Nicolau
- 5- Boa Vista
- 6- Maio
- 7- Fogo
- 8- Santiago
- 9- Brava

A4 – Nível de Escolaridade?

- 1 – Sem escolaridade
- 2 – Ensino básico
- 3 – Ensino Secundário
- 4 – Ensino superior

A5 – Local de Residência?

\_\_\_\_\_

A6 - Tem hábito de participar nas eleições?

- 1- Sim

2- Não

3- NS/NR

A7 - Em que eleição já participou?

1- Legislativa

2- Autárquicas

3- Presidenciais

A8 - Já participou em alguma reunião de campanha ou comício?

1- Sim

2- Não

A9 - Alguma vez trabalhou para um candidato ou partido político?

1- Sim

2- Não

A10 - Já tentou convencer outras pessoas a votar num determinado candidato ou partido político?

1- Sim

2- Não

A11 - Aprova ou desaprova a maneira com o Primeiro-ministro tem desempenhado as suas funções?

1- Aprovo Fortemente

2- Aprovo

3- Não aprovo nem desaprovo

4- Desaprovo

5- Desaprovo Fortemente

6- NS/NR

A12 - Como avalia o desempenho dos Deputados na Assembleia Nacional?

1- Muito Bom

2- Bom

3- Razoável

- 4- Medíocre
- 5- Mau

A13 - Acha que os deputados defendem os interesses do partido ou do povo?

- 1- Do partido
- 2- Do povo
- 3- De ambos
- 4- NS/NR

A14 - Alguma vez falou com algum deputado sobre a situação política de cabo verde?

- 1- Sim
- 2- Não

A15 - Conhece os deputados do seu círculo eleitoral?

- 1- Conhece
- 2- Não Conhece

A16 - Concorda que os deputados deveriam criar gabinetes de atendimento aos eleitores?

- 1- Concorda
- 2- Não Concorda
- 3- NS/NR

A17 - Concorda que os deputados devem prestar conta aos eleitores?

- 1- Concorda
- 2- Não Concorda
- 3- NS/NR

A18 - Confia no sistema Político em Cabo Verde?

- 1- Confia
- 2- Não Confia
- 3- NS/NR

A19 - Como caracteriza a qualidade da democracia em Cabo Verde?

- 1- Muito bom
- 2- Bom
- 3- Razoável
- 4- Medíocre
- 5- Mau

A20 - Confia nas instituições abaixo assinaladas?

Instituição	Sem Confiança	Confia Pouco	Confia Muito
Presidente da Republica			
Assembleia Nacional			
Governo			
Tribunais			
Presidente da Camara			
PAICV			
MPD			
UCID			

A21 - Como caracteriza a qualidade dos políticos em Cabo Verde?

- 1- Muito Bom
- 2- Bom
- 3- Razoável
- 4- Medíocre
- 5- Mau

A22 - Em sua opinião o sistema eleitoral Cabo-verdiano funciona bem ou mal?

- 1- Bem
- 2- Mal
- 3- NS/NR

Porque acha isso? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

A23 - Tem-se verificado altas taxas de abstenção nas eleições em Cabo Verde. Na sua opinião porque há um grande número de abstenção?

---

---

---

A24 - Confia na Comissão Nacional de Eleições?

- 1- Confia Muito
- 2- Confia
- 3- Não confia nem desconfia
- 4- Confia pouco
- 5- Não Confia

A25 - Confia nos resultados eleitorais?

- 1- Confia Muito
- 2- Confia
- 3- Não confia nem desconfia
- 4- Confia pouco
- 5- Não Confia

A26 - Na sua opinião as eleições em Cabo Verde são transparentes?

- 1- São transparentes
- 2- Não são transparentes

A27 - O sistema eleitoral cabo-verdiano precisa ser reformado?

- 1- Sim
- 2- Não
- 3- NS/NR

A28 - Concorde com o orçamento dos partidos nas campanhas eleitorais?

- 1- Concorde
- 2- Não Concorde

A29 - Concorda que os partidos ou candidatos deviam justificar o financiamento das campanhas?

1- Concorda

2- Não Concorda

A30 - De uma forma em geral, que alterações introduziriam no sistema eleitoral cabo-verdiano?

---

---

---

---